

REVISTA DE
ESTUDOS INTERDISCIPLINARES



ISSN: 2674-8703

EQUIPE EDITORIAL

EDITOR CHEFE

Me. Ewerton da Silva Ferreira, Centro de Estudos Interdisciplinares, Brasil

APOIO TÉCNICO

Ricardo Macuglia, Centro de Estudos Interdisciplinares, Brasil

Tiara Cristiana Pimentel dos Santos, Universidade de Passo Fundo, Brasil

Maria Fernanda Coffi Ávila, Universidade Federal do Pampa, Brasil

Eduardo Lima, Universidade Federal de Santa Catarina, Brasil

Conselho Editorial Internacional

Dr. Alberto Elisavetsky, Universidad Nacional Tresa de Febrero, Argentina

Dra. Dália Maria de Sousa Gonçalves da Costa, Universidade de Lisboa, Portugal

Conselho Editorial Nacional

Dra. Carmen Lúcia Silva Lima, Universidade Federal do Piauí, Brasil

Dra. Jaqueline Carvalho Quadrado, Universidade Federal do Pampa, Brasil

Dra. Joana Maria Pedro, Universidade Federal de Santa Catarina, Brasil

Dra. Lauren de Lacerda Nunes, Universidade Federal do Pampa, Brasil

Dra. Lisianne Sabedra Ceolin, Universidade Federal do Pampa, Brasil

Dr. Pablo Luiz Martins, Universidade Federal de São Joao del-Rei - UFSJ, Brasil

Dra. Rita de Cássia Grecco dos Santos, Universidade Federal de Rio Grande, Brasil

Dr. Ronaldo Bernardino Colvero, Universidade Federal do Pampa, Brasil

Dr. Thiago Ranniery, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Brasil

Dr. Victor da Silva Oliveira, Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará, Brasil

CAPA

Eduardo Lima, Universidade Federal de Santa Catarina, Brasil

**O USO DO WHATSAPP COMO RECURSO DIDÁTICO-PEDAGÓGICO NO
CONTEXTO DA PANDEMIA DE COVID-19: UMA ANÁLISE SOB A
PERSPECTIVA DOS PROFESSORES**

**THE USE OF WHATSAPP AS A TEACHING-PEDAGOGICAL RESOURCE IN THE
CONTEXT OF THE COVID-19 PANDEMY: AN ANALYSIS FROM THE
TEACHERS' PERSPECTIVE**

Recebido em: 08/05/2021

Aceito em: 10/01/2022

Antonio Edson Alves da Silva¹ 

Lucas de Sousa Moura² 

Resumo: Este artigo investiga a (in) eficiência do uso do aplicativo *WhatsApp* pelos professores da área de Linguagens (Língua Portuguesa, Língua Inglesa, Artes e Ed. Física) dos anos finais do Ensino Fundamental, do município de Iaporanga-CE, durante a pandemia de covid-19. Para tanto, a metodologia adotada é de natureza quali-quantitativa, uma vez que analisa e interpreta dados coletados através de um questionário aplicado aos educadores via *Google Forms*, e toma como referencial teórico principal Silva (2019), Feliciano (2016), Souza, Freitas e Santos (2016), dentre outros. Diante das análises empreendidas, conclui-se que as Tecnologias da Informação e Comunicação têm, cada vez mais, ganhado espaço nos mais diversos campos de atuação da nossa sociedade. O *WhatsApp*, por exemplo, tornou-se um dos aplicativos mais populares do mundo e um dos recursos mais viáveis para auxiliar o processo educativo em tempos como os vivenciados, tendo em vista sua acessibilidade e funcionalidades que possibilitam dinamizar o trabalho docente e, conseqüentemente, o aprendizado dos estudantes.

Palavras-chave: *WhatsApp*; Pandemia de covid-19; Educação.

Abstract: This article investigates the (in) efficiency of the use of the *WhatsApp* application by teachers in the area of Languages (Portuguese Language, English Language, Arts and Physical Education) of the final years of elementary school in the city of Iaporanga-CE, during the covid-19 pandemic. For this, the methodology adopted is of quali-quantitative nature, since it analyzes and interprets data collected through a questionnaire applied to educators via *Google Forms*, and takes as main theoretical reference Silva (2019), Feliciano (2016), Souza, Freitas and Santos (2016), among others. In view of the analyses undertaken, it is concluded that Information and Communication Technologies have increasingly gained space in the most diverse fields of action in our society. *WhatsApp*, for example, has become one of the most popular applications in the world and one of the most viable resources to assist the educational process in times like these, given its accessibility and features that make it possible to streamline the teaching work and, consequently, the students' learning.

Keyword: *WhatsApp*; covid-19 pandemic; Education.

¹ Doutorando e Mestre em Linguística Aplicada pelo Programa de Pós-Graduação em Linguística Aplicada da Universidade Estadual do Ceará (Posla-UECE). Professor temporário da Universidade Estadual do Maranhão (UEMA) e da Rede Pública Estadual do Ceará (SEDUC-CE). E-mail: edson.crat@gmail.com

² Licenciado em Letras - Português pelo Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará (IFCE), *Campus Crateús*. Professor temporário da Secretaria Municipal de Educação (SME) de Iaporanga-CE. E-mail: lucasmouraprofessor150@gmail.com

INTRODUÇÃO

A globalização e a evolução tecnológica promoveram mudanças significativas nas relações sociais de todo o mundo. De modo especial, é fato que vivemos numa sociedade cujo avanço da internet tem crescido exponencialmente, favorecendo a aproximação entre as pessoas, o acesso à informação, a evolução da ciência, etc., não sendo mais possível, portanto, desprezar o seu uso. Isso ficou ainda mais evidente com a chegada da pandemia do novo coronavírus (Sars-Cov-2), causador da doença extremamente infectocontagiosa denominada de covid-19, declarada pela Organização Mundial da Saúde (OMS).

A princípio, o vírus foi identificado na cidade de Wuhan, na China, e rapidamente se alastrou por todos os continentes do planeta terra. No Brasil, o primeiro caso de covid-19 foi confirmado em 26 de fevereiro de 2020, deixando o país em alerta. A partir daí, os governos estaduais começaram a estabelecer medidas protetivas para evitar aglomerações e o avanço da doença, ao passo que o governo federal voltava sua atenção às ações de incentivo à economia.³

No Ceará, o governador, Camilo Santana, em 16 de março daquele ano, decretou situação de emergência em saúde⁴, fechando todos os serviços considerados não essenciais, dentre eles, as escolas, que tiveram que replanejar suas atividades, de modo a atender às medidas de contenção do vírus.

Nesse cenário de distanciamento social e de adaptação das atividades escolares, as Tecnologias da Informação e Comunicação (TIC's) ganharam cada vez mais notoriedade e usabilidade pelos profissionais da educação que buscavam dar continuidade às aulas, mesmo que de modo remoto.

Até então despreparados para lidar com o trabalho docente no novo contexto, muitos professores recorreram a ferramentas tecnológicas já conhecidas, como, por exemplo, o aplicativo de troca de mensagens instantâneas, *WhatsApp*, muito prático e popular, para chegar aos estudantes e garantir seu aprendizado.

Diante dessa situação, surgiu a necessidade de investigar a (in) eficiência do uso do aplicativo *WhatsApp* pelos professores da área de Linguagens (Língua Portuguesa, Língua

³ Disponível em: <<https://g1.globo.com/bemestar/coronavirus/noticia/2020/04/06/coronavirus-veja-a-cronologia-da-doenca-no-brasil.ghtml>>. Acesso em: 17 jul. 2021.

⁴ Decreto nº 33.510, de 16 de março de 2020. Disponível em: <<https://www.ceara.gov.br/wp-content/uploads/2020/04/DECRETO-N%C2%BA33.510-de-16-de-mar%C3%A7o-de-2020.pdf>>. Acesso em: 15 jul. 2021.

Inglesa, Artes e Ed. Física) dos anos finais do Ensino Fundamental, do município de Ipaporanga-CE, durante a pandemia de covid-19. A escolha do município para realização da investigação se deu pela aproximação dos autores com o contexto escolar da cidade, uma vez que ambos são profissionais da educação nesse *lócus*.

Para tanto, fazemos uso dos métodos de investigação qualiquantitativo, uma vez que aplicamos questionários com os educadores dos anos finais do Ensino Fundamental no município de Ipaporanga-CE, além da interpretação dos resultados obtidos através da plataforma do *Google Forms* que facilitou o alcance dos resultados. Participaram desta pesquisa 20 professores que utilizavam a ferramenta de mensagem *Whatsapp* como recurso didático-pedagógico, praticamente exclusivo, durante a pandemia de covid-19.

AS TECNOLOGIAS DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO (TICS) NA EDUCAÇÃO

Com a popularização da internet, nos últimos 20 anos, a tecnologia avança cada vez mais na nossa sociedade. Embora, a princípio, fosse privilégio de uma pequena parcela de pessoas, como o caso dos universitários estadunidenses, hoje a internet faz parte da rotina de mais da metade da população mundial, como aponta um estudo da Organização das Nações Unidas⁵, em 2019.

Tendo isso em vista, é fato que vivenciamos uma nova cultura: a *Cibercultura*. Segundo Levy (1999, p. 17 *apud* SILVA; GOMES, 2015, p. 29):

O ciberespaço [...] é o novo meio de comunicação que surge da interconexão mundial dos computadores. O termo especifica não apenas a infraestrutura material da comunicação digital, mas também o universo oceânico de informações que ela abriga, assim como os seres humanos que navegam e alimentam esse universo. Quanto ao neologismo “cibercultura”, especifica aqui o conjunto de técnicas (materiais e intelectuais), de práticas, de atitudes, de modos de pensamento e de valores que se desenvolvem juntamente com o crescimento do ciberespaço.

Assim, de acordo com o autor, a cibercultura compreende todo e qualquer processo cultural desencadeado na era tecnológica, não se restringindo, portanto, apenas à infraestrutura material do ciberespaço, que nos últimos dias tem ganhando mais destaque, em

⁵ Disponível em:

<https://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/economia/2019/11/04/internas_economia,803503/51-da-populacao-mundial-tem-acesso-a-internet-mostra-estudo-da-onu.shtml>. Acesso em: 08 de maio de 2021.

virtude da necessidade de se manter o distanciamento social, por conta da pandemia da COVID-19 (SARS-CoV-2).

No que se refere ao uso das TICs no contexto educacional, os profissionais da educação, cientes de que não é mais possível retroceder, muito menos desprezar o uso das tecnologias digitais, começaram a desfrutar do potencial pedagógico dessas tecnologias no ambiente escolar, com vistas a dinamizar o processo de ensino e aprendizagem.

As TICs, conforme Silva (2019), são um “conjunto de recursos tecnológicos usados de maneira integrada” (SILVA, 2019, p. 14), tendo como objetivo servir de suporte para o processo de ensino e aprendizagem nas mais diversas áreas do conhecimento. No entanto, para que as tecnologias possam ser incorporadas no contexto escolar, é necessário que os profissionais da educação tenham a oportunidade de conhecê-las, a fim de verificarem suas potencialidades no ambiente escolar.

Nessa perspectiva, Almeida (2010, s/p *apud* SILVA e GOMES, 2015, p. 28) salienta que:

O importante é que o professor tenha oportunidade de reconhecer as potencialidades pedagógicas das TIC e então incorporá-las à sua prática. Nem todas as tecnologias que surgirem terão potencial. Outras inicialmente podem não ter, mas depois o quadro muda. Primeiro, é preciso utilizar para si próprio para depois pensar sobre a prática pedagógica e as contribuições que as TIC podem trazer aos processos de aprendizagem.

Silva (2019) aponta o avanço da globalização como um importante fator para implementação e expansão das TICs no processo de ensino e aprendizagem das mais diferentes áreas do conhecimento, haja vista que essa integração econômica, política, social, e cultural favoreceu o barateamento dos recursos digitais.

Para o autor, as TICs começaram a ser inseridas no trabalho docente a partir de 1999, ano que marca a chegada da internet. Desde então, sua implementação no espaço escolar espalhou-se rapidamente, sendo impulsionada pelo surgimento do computador como ferramenta capaz de permitir um turbilhão de informações ao alcance de seus usuários.

A partir daí, além do quadro negro, do giz, do livro didático, do computador, dentre outros, os professores passaram a contar também com outras ferramentas capazes de viabilizar o aprendizado dos alunos, tais como: TVs, tablets, smartphones, etc.

É válido destacar que, embora tenha havido evoluções no contexto escolar, muitos desses aparatos tecnológicos ainda não fazem parte da realidade de muitas escolas do nosso país, as quais dispõem apenas dos rudimentos básicos (quadro negro, giz, etc.), que também têm sua funcionalidade e eficiência.

Em vista disso, é necessário salientar que a utilização das TICs na educação, por si só, não resolverá todos os desafios que assolam os processos educativos. Isso porque sua implementação deve estar aliada a novas concepções de educação que estejam alinhadas ao que solicita esse novo contexto.

Com a chegada da pandemia da COVID-19, os professores precisaram reinventar-se para dar continuidade ao seu trabalho. Suas casas, que antes eram seus locais de repouso e descanso, tornaram-se seus ambientes de trabalho. O celular, que por muito tempo foi visto como inimigo do aprendizado dos alunos, passou a ser a ferramenta mais viável para a continuidade dos estudos.

Desde então, professores e alunos estão dando novas funcionalidades aos recursos digitais dos quais já dispunham, transformando-os em ferramentas didático-pedagógicas. Dentre eles, destacamos o aplicativo *WhatsApp*, sobre o qual nos deteremos na seção a seguir.

O USO DO *WHATSAPP* COMO RECURSO DIDÁTICO-PEDAGÓGICO

Fundado por Jan Koum e Brian Acton, o *WhatsApp* é um aplicativo que permite o envio e o recebimento de mensagens instantâneas a seus usuários. Através dele, é possível o compartilhamento de textos, fotos, vídeos, documentos e localização, além de chamadas de voz e de vídeo. Em 2014, o aplicativo juntou-se ao Facebook, no entanto, continua funcionando de forma independente.⁶

De acordo com o próprio *WhatsApp*:

Mais de dois bilhões de pessoas, em mais de 180 países, usam o WhatsApp para manter o contato com amigos e familiares, a qualquer hora ou lugar. O WhatsApp é gratuito e oferece um serviço de mensagens e chamadas simples, seguro e confiável para celulares em todo o mundo (WHATSAPP, 2021).

⁶ Disponível em: <https://www.whatsapp.com/about/?lang=pt_br>. Acesso em: 15 mai. 2021.

Devido à acessibilidade e às vantagens que oferece a seus usuários, o *WhatsApp* tornou-se um aplicativo popular usado por diversas pessoas em vários lugares do mundo, principalmente entre jovens e adolescentes, que o acessam através de seus celulares. Segundo dados divulgados pelo IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), via PNAD - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios, em 2019, 98,6% das pessoas com 10 anos ou mais de idade acessam à internet por meio do celular.⁷

Tendo esses dados em vista, os profissionais da educação, no intuito de dinamizar o processo de ensino e aprendizagem, trazendo para o ambiente escolar recursos que já fazem parte do cotidiano dos estudantes, começaram a utilizar o *WhatsApp* para fins didático-pedagógicos.

Nessa perspectiva, Burdinhão e Motter (2016) utilizaram o *WhatsApp* como recurso didático para o ensino de Língua Inglesa, durante a participação no Programa de Desenvolvimento Educacional - PDE do Estado do Paraná. As atividades foram desenvolvidas em turmas de 2º e 3º anos do Ensino Médio, numa escola localizada em Terra Roxa/PR. Os resultados de seu estudo mostraram que:

A utilização do *WhatsApp* no contexto educacional proposto no projeto confirmou que tanto para os docentes quanto dos (sic) discentes foi positiva [...] Utilizar um aparelho móvel em sala de aula tem a vantagem do aluno não precisar se locomover para outro local para efetuar uma pesquisa em relação à atividade proposta pelo professor (BURDINHÃO; MOTTER, 2016, p. 11).

Feliciano (2016), apresentou o resultado de uma prática pedagógica com o uso do aplicativo *WhatsApp*, desenvolvida durante uma aula de geografia numa turma de 7º ano do Ensino Fundamental de uma escola municipal de Joinville/SC. De acordo com o autor, o uso do aplicativo foi fundamental para o desenvolvimento da capacidade argumentativa dos estudantes.

[...] depois que eles começaram a participar no grupo do whatsapp passaram a se manifestar na sala de aula, defender seus pontos de vista e contribuir trazendo informações novas referentes ao tema estudado no grupo, na sala de aula, e outro

⁷Disponível em: <

tema pertinente e relevante para o conhecimento dos alunos (FELICIANO, 2016, p. não tem número da página).

Araújo e Bianchini (2018) também investigaram o uso do *WhatsApp* como recurso pedagógico. O objetivo de seu estudo era avaliar como o aplicativo contribui para o processo de motivação e autonomia discente no que diz respeito ao ensino e a aprendizagem de Filosofia na educação básica. Em consonância com os autores, o uso do aplicativo possibilitou uma maior interação nas aulas, assim como o desenvolvimento da capacidade argumentativa dos estudantes:

Alunos que a princípio nas aulas eram distantes, após o uso do aplicativo móvel *WhatsApp* passaram a ser mais participativos, percebemos então, que o uso do recurso enquanto ferramenta pedagógica acabou proporcionando uma maior interação entre os alunos, alguns em função de timidez e dificuldades em se por nos debates tiveram uma maior facilidade para se posicionarem com a mediação do aplicativo, assim entendemos que houve um desenvolvimento significativo do discurso argumentativo e pesquisador dos discentes em questão, tornando-se um importante aliado no processo de ensino e aprendizagem nas aulas de Filosofia (ARAÚJO; BIANCHINI, 2018, p. 249).

Os resultados desses estudos evidenciam a acessibilidade e o potencial pedagógico do aplicativo *WhatsApp*, o que justifica sua implementação no contexto escolar. Diante da pandemia da covid-19, muitos profissionais da educação enxergaram nesse aplicativo a possibilidade de dar continuidade ao trabalho docente, transformando-o numa sala de aula virtual que permite a interação entre professores e alunos, através do compartilhamento de textos, áudios, vídeos, dentre outros.

ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS DADOS

A fim de analisar o uso do aplicativo *WhatsApp* pelos professores da área de Linguagens (Língua Portuguesa, Língua Inglesa, Artes e Ed. Física) dos anos finais do Ensino Fundamental, do município de Iraporanga-CE durante a pandemia da covid-19, foi elaborado um questionário a esse respeito, conforme o quadro 1 a seguir.

QUADRO 1 - QUESTIONÁRIO PARA OS PROFESSORES.

PERGUNTAS
01. Você utiliza o WhatsApp como recurso didático-pedagógico em sua prática docente?
02. Com que frequência você utiliza o WhatsApp durante as aulas?
03. Participou de alguma formação sobre o uso do WhatsApp para fins didático-pedagógicos?
04. Sente alguma dificuldade para manusear o WhatsApp?
05. O uso do aplicativo WhatsApp tem contribuído para a sua prática docente durante a pandemia da covid-19? Como?
06. Quais os pontos positivos e negativos em relação ao uso do WhatsApp durante sua prática docente?

Fonte: elaborado pelos autores.

Na primeira pergunta, os professores foram questionados se utilizam o WhatsApp como recurso didático-pedagógico em sua prática docente, ao que todos os respondentes afirmaram que sim, como mostra o gráfico 1 abaixo.

GRÁFICO 1



Fonte: elaborado pelos autores através do *Google Forms* com base no questionário.

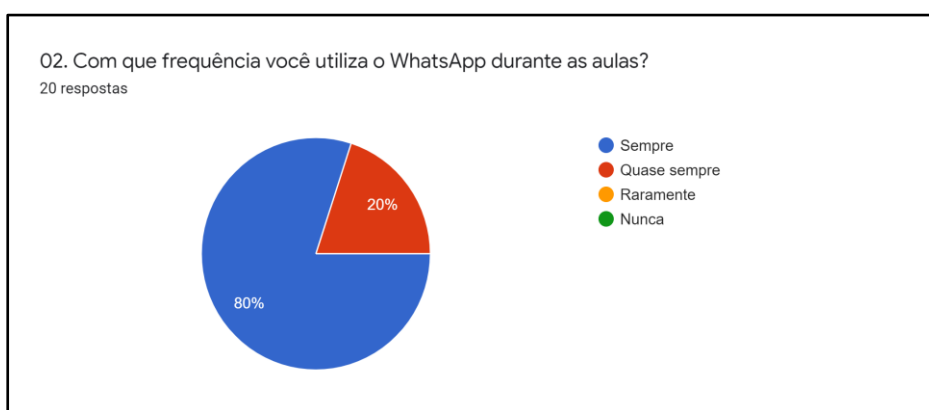
Tais respostas evidenciam que, devido à popularização do WhatsApp, os professores entendem que neste contexto de distanciamento social no qual vivemos o uso do aplicativo é

uma das formas mais viáveis para alcançar o alunado e dar continuidade ao processo de ensino e aprendizagem, tendo em vista a sua acessibilidade.

No que concerne ao uso das tecnologias da informação e comunicação na sala de aula durante a pandemia da covid-19, Silva (2020) também salienta a predisposição dos docentes em utilizar a tecnologia “para se chegar ao estudante e dar continuidade ao processo de aprendizagem” (SILVA, 2020, p. 33).

A segunda pergunta aos professores diz respeito ao tempo de utilização do WhatsApp durante as aulas (ver gráfico 2 a seguir).

GRÁFICO 2

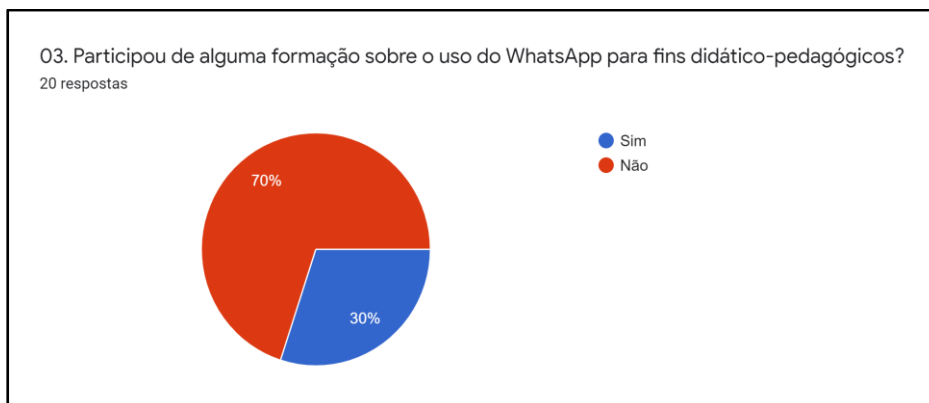


Fonte: elaborado pelos autores através do *Google Forms* com base no questionário.

Conforme o gráfico 2 acima, as respostas obtidas mostraram que 80% dos professores sempre fazem uso do aplicativo durante as aulas, em detrimento a 20% dos professores que o utilizam quase sempre. É válido destacar que nenhum dos professores respondentes afirmou utilizá-lo de forma rara ou que nunca o tenha utilizado, ratificando a importância desse recurso tecnológico para interagir com os estudantes que têm acesso à internet neste contexto pandêmico.

O gráfico 3 abaixo mostra as respostas dos professores para a terceira pergunta do questionário, que os indaga sobre a (não) participação em alguma formação relacionada ao uso do WhatsApp para fins didático-pedagógicos.

GRÁFICO 3



Fonte: elaborado pelos autores através do *Google Forms* com base no questionário.

De acordo com o gráfico, 70% dos professores respondentes afirmam não terem participado de nenhuma formação sobre o uso do WhatsApp para fins didático-pedagógicos, apenas 30% afirmam terem participado.

Para que os professores possam integrar as tecnologias digitais ao contexto escolar, faz-se necessário que primeiramente eles tenham a oportunidade de conhecê-las para em seguida incorporá-las à sua prática docente. Nessa perspectiva, Moran (2004) destaca que o professor “precisa hoje aprender a gerenciar vários espaços e a integrá-los de forma aberta, equilibrada e inovadora.” (MORAN, 2004, p. 2).

Como todos foram surpreendidos com a chegada da pandemia e conseqüentemente com a implementação do ensino de modo remoto, o uso do WhatsApp pelos professores para fins didático-pedagógicos sem a devida formação pode ser justificado pela familiaridade que esses profissionais já tinham com o aplicativo, desde quando o utilizavam apenas para tratar assuntos pessoais.

Isso justifica também suas respostas para a quarta pergunta do questionário, a respeito de sentirem ou não alguma dificuldade para manusear o aplicativo, como mostra o gráfico 4 abaixo.

GRÁFICO 4



Fonte: elaborado pelos autores através do *Google Forms* com base no questionário.

Os dados desse gráfico revelam que a expressiva maioria dos professores (95%) entrevistados não sentem dificuldade em manusear o WhatsApp, em oposição a minoria (5%) que afirmam sentir dificuldades.

Na quinta pergunta, os professores foram questionados se o uso do WhatsApp tem contribuído para sua prática docente durante a pandemia e de que maneira isso acontece. Assim, estas foram algumas das respostas registradas:

QUADRO 2 - RESPOSTAS DOS PROFESSORES PARA A QUINTA PERGUNTA: O USO DO APLICATIVO WHATSAPP TEM CONTRIBUÍDO PARA A SUA PRÁTICA DOCENTE DURANTE A PANDEMIA DA COVID-19? COMO?

Resposta 1	“Sim. Como sendo a ferramenta mais acessível para manter o contato com os estudantes. Uma vez que nem todos possuem computador ou memória no celular suficiente para baixar outros aplicativos.”
Resposta 2	“Sim, primeiro pelo fato de ser um dos aplicativos mais acessíveis para todos os alunos (no caso quem tem celular e acesso a internet), e pelas multifunções do WhatsApp. Mesmo sabendo que outras plataformas são bem mais interessante e boas, o whatsapp foi o que melhor se adaptou no contexto dos educandos.”
Resposta 3	“Sim. Através dele eu posso me comunicar com os alunos em grupo ou individualmente, enviando textos, imagens, áudios, e links, sem excluir alunos que não possuem outros aplicativos.”

Fonte: elaborado pelos autores.

Com base nessas respostas, observamos que o *WhatsApp* tem contribuído de forma significativa para a continuidade do processo de ensino e aprendizagem durante a pandemia da covid-19, devido à sua acessibilidade e à possibilidade de compartilhamento de “textos, imagens, áudios, e links” entre docentes e discentes. O uso do aplicativo tem sido uma das formas adotadas pelos professores para incluírem a maioria dos estudantes que têm acesso à internet, uma vez que, em muitos casos, é o único recurso disponível em seus aparelhos celulares cuja capacidade de armazenamento é precária.

A respeito do uso desse recurso para fins didático-pedagógicos, Souza, Freitas e Santos (2016) ressaltam que “a utilização do WhatsApp já está instalada no dia a dia dos alunos, extrapolando os fins para os quais foi inicialmente desenvolvido. Por essa razão não é mais possível ignorar a utilização deste aplicativo como uma ferramenta didático-pedagógica” (SOUZA; FREITAS e SANTOS, 2016, p. 6).

Por fim, quando os professores foram questionados sobre os pontos positivos e negativos no que se refere ao uso do WhatsApp durante o ensino de modo remoto, obtivemos as seguintes respostas que podem ser visualizadas no quadro 3, a seguir.

QUADRO 3 - RESPOSTAS DOS PROFESSORES PARA A SEXTA PERGUNTA: QUAIS OS PONTOS POSITIVOS E NEGATIVOS EM RELAÇÃO AO USO DO WHATSAPP DURANTE SUA PRÁTICA DOCENTE?

PONTOS POSITIVOS	PONTOS NEGATIVOS
<ul style="list-style-type: none"> - É um aplicativo popular e de fácil manuseio; - Possibilita comunicações síncronas e assíncronas com os estudantes; - Permite interagir com os estudantes através do envio de áudio, vídeo, mensagens verbais e não verbais, etc.; - Deixa a aula mais dinâmica e atraente; - Comunicação rápida e direta. - A maioria dos alunos/as têm acesso ao aplicativo. 	<ul style="list-style-type: none"> - A preferência dos alunos em interagir através de mensagens escritas, ao invés de áudios; - A impossibilidade de realizar uma videochamada com uma grande quantidade de alunos/as; - O acúmulo de lixo eletrônico que provoca a sobrecarga do armazenamento do aparelho celular; - Não oferece a possibilidade de armazenamento em nuvem.

Fonte: elaborado pelos autores.

Os pontos positivos elencados pelos professores reforçam que a adoção do *WhatsApp* para dar continuidade ao processo de ensino e aprendizagem neste cenário de distanciamento social, foi uma das alternativas mais viáveis para esses profissionais. Em contrapartida, os pontos negativos expõem os “ruídos” desse canal que atrapalham a interação entre professores e alunos/as.

Neste ensejo, Moreira e Simões (2017) frisam que "É necessário compreender previamente que, as ferramentas de aprendizagem não são capazes de solucionar todos os problemas, apresentando vantagens e desvantagens que as caracterizam." (MOREIRA e SIMÕES, 2017, p. 36). Portanto, é comum haver desafios, no entanto, as possibilidades de uso dessas tecnologias no ambiente escolar são bem maiores.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo principal deste trabalho foi investigar a (in) eficiência do uso do aplicativo *WhatsApp* como recurso didático-pedagógico pelos professores de Linguagens dos anos finais do Ensino Fundamental, do município de Iaporanga-CE. Sendo assim, através das análises empreendidas, constatamos a importância do uso do aplicativo para a continuidade do processo de ensino e aprendizagem durante o período de distanciamento social em decorrência da pandemia de covid-19.

É notório que as Tecnologias da Informação e Comunicação têm, cada vez mais, ganhado espaço nos mais diversos campos de atuação da nossa sociedade. O *WhatsApp*, por exemplo, tornou-se um dos aplicativos mais populares do mundo e um dos recursos mais viáveis para auxiliar o processo educativo em tempos como os vivenciados, tendo em vista sua acessibilidade e funcionalidades que possibilitam dinamizar o trabalho docente e, consequentemente, o aprendizado dos estudantes.

Nesse sentido, esperamos que as reflexões aqui realizadas possam contribuir para que mais professores, conscientes de suas funcionalidades, utilizem esse aplicativo no ambiente escolar, com vistas a encurtar distâncias, promover diálogos e reflexões, nas mais diversas unidades de ensino deste país.

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, E. A. dos; BIANCHINI, A. R. O uso do WhatsApp como um recurso pedagógico para o desenvolvimento do sujeito autônomo. **Revista Interdisciplinar em Cultura e Sociedade** (RICs), São Luís, v. 4, p. 243-254, jul/dez. 2018.

BURDINHÃO, V. S. dos; MOTTER, R. M. B. WhatsApp como recurso didático pedagógico no processo ensino-aprendizagem de Inglês. **Os desafios da escola pública paranaense na perspectiva do professor PDE**, Paraná, v. 1, p.1-14.

FELICIANO, L. A. S. dos. O uso do WhatsApp como ferramenta pedagógica. In: **Anais do Encontro Nacional de geógrafos**, 18., 2016, São Luís/MA.

MORAN, J. M. Os novos espaços de atuação do professor com as tecnologias. **Revista Diálogo Educacional**, Curitiba, v. 4, n.12, p.13-21, maio/ago. 2004. DOI: <http://dx.doi.org/10.7213/rde.v4i12.6938>. Disponível em: <https://periodicos.pucpr.br/index.php/dialogoeducacional/article/view/6938>. Acesso em: 06 jul. 2021.

MOREIRA, M. L.; SIMÕES, A. S. M de. O uso do whatsapp como ferramenta pedagógica no ensino de química. **Revista ACTIO: Docência em Ciências**, Curitiba, v. 2, n. 3, p. 21-43, out/dez. 2017. DOI: <http://dx.doi.org/10.3895/actio.v2n3.6905>. Disponível em: <https://periodicos.utfpr.edu.br/actio/article/view/6905>. Acesso em: 07 jul. 2021.

SILVA, A. E. A. da. O USO DO GOOGLE CLASSROOM COMO RECURSO PEDAGÓGICO EM TEMPOS DE COVID-19: UMA PRÁTICA DE ENSINO NA ESCOLA MARIA VIEIRA DE PINHO, EM IPAPORANGA-CE. **Revista Nova Paideia - Revista Interdisciplinar em Educação e Pesquisa**, [S. l.], v. 2, n. 2, p. 25 - 38, 2021. DOI: 10.36732/riep.v2i2.45. Disponível em: <https://ojs.novapaideia.org/index.php/RIEP/article/view/45>. Acesso em: 6 jul. 2021.

SILVA, F. J. **Uso das TICs como auxílio ao ensino híbrido com o uso de aplicativos educacionais: Google Sala de Aula e Khan Academy**. 2019. 80f Dissertação (Mestrado Profissional em Matemática) - Instituto de Matemática, Universidade Federal de Alagoas, Maceió, 2019.

SILVA, S. M. O. C. da; GOMES, F. C. Tecnologias e mídias digitais no contexto escolar: uma análise sobre a percepção dos professores. In: **Anais do Congresso Nacional de Educação**, 12.; 2015, Paraná/PR. p. 25-39.

SOUZA, L. R. A. de; FREITAS, C. B. de; SANTOS, J. M. M. S. Whatsapp - inimigo ou aliado na educação: um estudo de caso sob a ótica dos discentes. In: **ANAIS DO CONGRESSO INTERNACIONAL ABED DE EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA - CIAED**, 22., 2016, [Águas de Lindóia]. Anais... [São Paulo]: ABED, 2016. Disponível em: <http://www.abed.org.br/congresso2016/trabalhos/113.pdf>. Acesso em: 07 jul. 2021.


PANDEMIA DA COVID-19: IMPACTOS PARA O CONTINENTE AFRICANO


COVID-19 PANDEMIC: IMPACTS ON THE AFRICAN CONTINENT

Recebido em: 11/08/2021

Aceito em: 07/02/2022

Rosário Martinho Sunde¹ 

Sónia da Conceicao Duarte Giquira² 

Lúcia Maurício³ 

Resumo: Este é um artigo de Revisão Sistemática da Literatura, cujo objetivo foi avaliar os impactos da pandemia da COVID-19 no continente africano. A coleta de dados foi realizada em fevereiro de 2021 em 5 bases (Science Direct, SciElo, LILACS, BVS e PubMed), com o recurso de PRISMA, usando os seguintes descritores: “Impacts AND COVID-19 OR Coronavirus AND Africa”, “COVID-19 OR Coronavirus AND Africa”, “COVID-19 OR Coronavirus AND Africa”, “Effects OR Impacts AND COVID-19 OR Coronavirus AND Africa” e “Impacts AND COVID-19 AND Africa”. Foram encontrados 1434 estudos, dos quais, depois da exclusão por duplicação e triagem, sobraram 18 artigos, que foram adicionados com dois estudos achados pela busca manual, perfazendo 20 artigos, que serviram para a análise final. Os resultados desta análise conduzem a concluir que os impactos da COVID-19 na África são imensuráveis, dado que, para além da pandemia, os países são vulneráveis a muitas intempéries, e são dependentes economicamente de outros países. Sugere-se, com a pesquisa, a necessidade de implementação de medidas de prevenção menos duras, contemplando a assistência financeira entre os povos e disponibilizando apoios externos, sempre que possível.

Palavras-chave: Impacto; COVID-19; Desafio; África.

Abstract: This is a Systematic Literature Review article, whose objective was to assess the impacts of the COVID-19 pandemic on the African continent. Data collection was carried out in February 2021 in 5 databases (Science Direct, SciElo, LILACS, BVS and PubMed), using PRISMA, using the following descriptors: “Impacts AND COVID-19 OR Coronavirus AND Africa”, “COVID-19 OR Coronavirus AND Africa”, “COVID-19 OR Coronavirus AND Africa”, “Effects OR Impacts AND COVID-19 OR Coronavirus AND Africa” and “Impacts AND COVID-19 AND Africa”. 1434 studies were found, of which, after exclusion by duplication and screening, 18 articles remained, which were added with two studies found by manual search, totaling 20 articles, which served for the final analysis. The results of this analysis lead to the conclusion that the impacts of COVID-19 in Africa

¹ Doutorando do Programa de Pós-graduação em Psicologia da Escola de Ciências da Saúde e da Vida da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul – PUCRS: Grupo de Pesquisa-Avaliação em Bem-Estar e Saúde Mental, Bolsista CAPES-Brasil. Especialista em Terapia Cognitivo-Comportamental pela FACEFI-Porto Alegre-Brasil. Docente da Universidade Rovuma (UniRovuma) - Moçambique. E-mail: rsunde@unirovuma.ac.mz

² Mestre em Gestão de Marketing e Comunicação Empresarial pela Universidade Católica Nampula, Moçambique. Graduada em Psicologia e Pedagogia pela Universidade Pedagógica Nampula, Moçambique. Docente da Universidade Rovuma (UniRovuma) Nampula- Moçambique. GEDAC: Grupo de Pesquisa para Desenvolvimento Aprendizagem e Cognição UniRovuma. E-mail: sgiquira@unirovuma.ac.mz

³ Mestre em Educação com Especialização em Psicologia Educacional pela Universidade Pedagógica de Maputo, Moçambique. Graduada em Psicologia e Pedagogia pela Universidade Pedagógica Nampula, Moçambique, Docente da Universidade Rovuma Nampula, Moçambique. GEDAC: Grupo de Pesquisa para Desenvolvimento Aprendizagem e Cognição E-mail: luciamauricio10@gmail.com

are immeasurable, given that, in addition to the pandemic, countries are vulnerable to many storms, and are economically dependent on other countries. The research suggests the need to implement less harsh prevention measures, including financial assistance among peoples and providing external support, whenever possible.

Keywords: Impact; COVID-19; Challenge; Africa.

INTRODUÇÃO

Em dezembro de 2019, fez-se sentir o primeiro surto de uma pneumonia inexplicável na cidade de Wuhan, província de Hubei, na China. Logo após, em 7 de janeiro de 2020, foi confirmado um novo tipo de coronavírus chamado SARS-CoV-2, vírus causador da COVID-19, que veio abalar todo o mundo. Em 11 de março do mesmo ano, foi declarada pela OMS uma pandemia global, que atingiu 114 países, com registo de mais de 118 mil casos positivos e 4.291 mortes (GUAMBE, 2020, YANG *et al.*, 2020).

No continente africano, o primeiro caso de *Coronavírus* foi detectado em Lagos, capital econômica da Nigéria, na África Subsaariana, e confirmado pelas autoridades sanitárias do país em 27 de fevereiro de 2020. A segunda notificação oficial de contaminação ocorreu em Dakar (Senegal), no dia 02 de março do mesmo ano. A partir daí, os governos e autoridades sanitárias do continente adotaram, quase imediatamente, políticas, medidas e protocolos de prevenção e tratamento semelhantes aos do resto do mundo (MONIÉ, 2020).

Devido à natureza do vírus, ou seja, maior capacidade de transmissão e disseminação, fácil infecção com manifestação ou não de sintomas, associado a condições sanitárias inadequadas para atender ao rápido avanço, e a ausência da vacina para a prevenção e cura, a preocupação com a doença foi crescendo em escala internacional. A maior ameaça é a precariedade dos sistemas de saúde africanos, o que possibilita índices elevados de contaminação e elevada taxa de mortalidade, apesar de existirem outros fatores de risco (BESSA, 2020).

Os riscos para o continente africano não se restringem somente à pandemia. O grande efeito se manifesta entre a população marginalizada, com poucos recursos de sobrevivência. Por isso, o impacto causado pela pandemia nas cadeias produtivas e de suprimentos mundiais pode afetar drasticamente a economia do continente pela sua forte dependência do comércio exterior.

Nesse cenário, os impactos econômicos da pandemia atingiram a África antes mesmo de os casos da doença surgirem, devido à diminuição da demanda por *commodities*, à saída de capitais, à redução do turismo e do transporte aéreo em virtude do fechamento de fronteiras, e à desvalorização das moedas locais (BESSA, 2020).

É neste contexto do panorama da COVID-19 que se desenvolve a presente pesquisa, com o objetivo de avaliar os impactos do novo coronavírus sobre a população africana. Refere-se a um continente com condições incompatíveis com as estratégias de contenção do vírus, que exigem medidas mais pesadas em algumas realidades. Este estudo pode servir como mais um subsídio para a percepção dos impactos da pandemia da COVID-19 e ajudar os países africanos a buscarem estratégias mais concretas para o enfrentamento da pandemia.

DESENVOLVIMENTO

Este é um estudo de Revisão Sistemática conduzido por *Preferred Reporting Items for Systematic Reviews and Meta-Analyses* (PRISMA). As buscas pelos artigos foram feitas em 20 de fevereiro de 2021, em cinco bases de dados (Science Direct, SciELO, LILACS, BVS e PubMed), usando os seguintes descritores: “Impacts AND COVID-19 OR Coronavirus AND Africa”, “COVID-19 OR Coronavirus AND Africa”, “COVID-19 OR Coronavirus AND Africa”, “Effects OR Impacts AND COVID-19 OR Coronavirus AND Africa” e “Impacts AND COVID-19 AND Africa”, todos consultados nos dicionários de descritores na área da saúde MeSH da base de dados PubMed e Thesaurus, da PsycINFO. Feitas as buscas nas bases, os artigos foram exportados para o *Rayyan QCRI*. É a partir dele que são executadas todas as atividades preliminares, desde a identificação, triagem, inclusão e exclusão de artigos, e a interação entre os avaliadores (OLOFSSON *et al.*, 2017; OUZZANI, HAMMADY, FEDOROWICZ, & ELMAGARMID, 2016).

A análise e a seleção dos artigos foram realizadas de forma independente, inicialmente por três juízes, sendo que a terceira pessoa (juiz) era responsável para desempatar as decisões, nos casos de conflitos. Foram usados estudos inéditos e pesquisas sobre impactos da COVID-19 na África como critérios para a inclusão, gratuitos e disponíveis na íntegra, de forma online, publicados em 2020, em português, inglês, espanhol e francês. Por outro lado, constituíram critérios de exclusão os artigos duplicados e todos os estudos que não passaram pelo processo de avaliação por pares. A Tabela 1 descreve a estratégia de busca dos artigos em cada base de dados.

Este é um estudo de Revisão Sistemática conduzido por *Preferred Reporting Items for Systematic Reviews and Meta-Analyses* (PRISMA). As buscas pelos artigos foram feitas em 20 de fevereiro de 2021, em cinco bases de dados (Science Direct, SciELO, LILACS, BVS e PubMed), usando os seguintes descritores: “Impacts AND COVID-19 OR Coronavirus AND Africa”, “COVID-19 OR Coronavirus AND Africa”, “COVID-19 OR Coronavirus AND

Africa”, “Effects OR Impacts AND COVID-19 OR Coronavirus AND Africa” e “Impacts AND COVID-19 AND Africa”, todos consultados nos dicionários de descritores na área da saúde MeSH da base de dados PubMed e Thesaurus, da PsycINFO. Feitas as buscas nas bases, os artigos foram exportados para o *Rayyan QCRI*. É a partir dele que são executadas todas as atividades preliminares, desde a identificação, triagem, inclusão e exclusão de artigos, e a interação entre os avaliadores (OLOFSSON *et al.*, 2017; OUZZANI, HAMMADY, FEDOROWICZ, & ELMAGARMID, 2016).

A análise e a seleção dos artigos foram realizadas de forma independente, inicialmente por três juízes, sendo que a terceira pessoa (juiz) era responsável para desempatar as decisões, nos casos de conflitos. Foram usados estudos inéditos e pesquisas sobre impactos da COVID-19 na África como critérios para a inclusão, gratuitos e disponíveis na íntegra, de forma online, publicados em 2020, em português, inglês, espanhol e francês. Por outro lado, constituíram critérios de exclusão os artigos duplicados e todos os estudos que não passaram pelo processo de avaliação por pares. A Tabela 1 descreve a estratégia de busca dos artigos em cada base de dados.

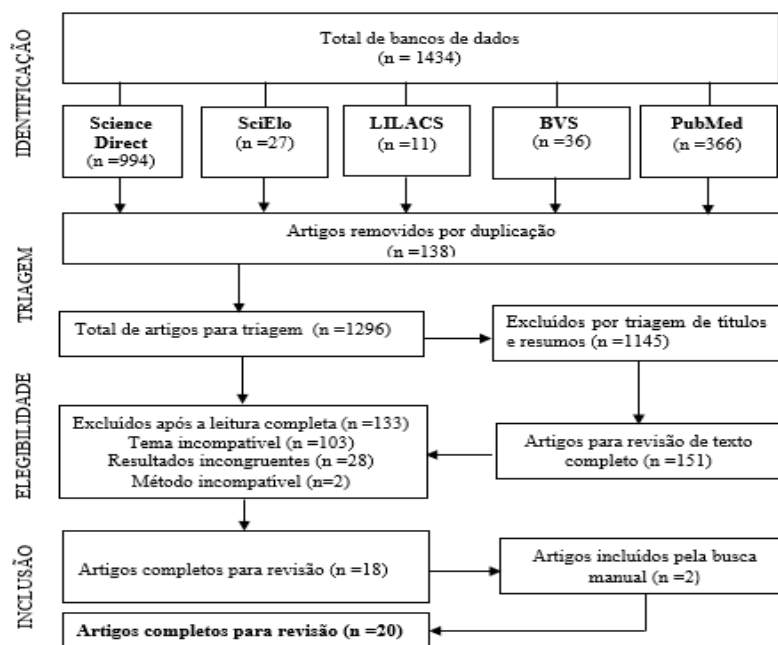
Tabela 1: Estratégia de busca em cada base de dados

Bases	Descritores	Datas de busca	Critérios de Inclusão	Critérios de Exclusão	Artigos achados
Science Direct	Impacts AND COVID-19 OR Coronavirus AND Africa	20/02/2021	-Estudos inéditos	-Artigos duplicados	994
SciElo	COVID-19 OR Coronavirus AND Africa	20/02/2021	-Pesquisa sobre impactos da COVID-19 na África	-Estudos que não passaram pelo processo de avaliação por pares	27
LILACS	COVID-19 OR Coronavirus AND Africa	20/02/2021	-Gratuitos e disponíveis na íntegra de forma online		11
BVS	Effects OR Impacts AND COVID-19 OR Coronavirus AND Africa	20/02/2021	-Publicados em 2020		36
PubMed	Impacts AND COVID-19 AND Africa	20/02/2021	-Artigos publicados em português, inglês, espanhol e francês		367

No total, foram achados 1434 estudos (Science Direct – 994; SciElo – 27; LILACS – 11; BVS – 36; PubMed -366), que, após exclusão por estarem repetidos (138 artigos), procedeu-se a triagem e leitura dos títulos e dos resumos, num total de 1296 artigos, dentre os quais somente 151 atenderam aos critérios de inclusão e foram analisados na íntegra; destes, foram

excluídos ainda 133 artigos, 103 deles com temas incompatíveis, 28 com resultados incongruentes, e dois artigos com métodos incompatíveis, restando, assim, 18 artigos, adicionados a dois estudos achados pela busca manual, somando 20 artigos, que serviram para a análise final. A Figura 1 ilustra como foi o processo de busca e tratamento dos artigos.

Figura 1: Fluxograma da seleção dos artigos



A Tabela 2 resume e descreve os resultados e conclusões dos estudos selecionados para a análise final. Os artigos foram publicados em 2020, nas línguas inglesa (17), portuguesa (2) e espanhola (1). Na generalidade, os estudos falam sobre impactos da pandemia da COVID-19 na África, havendo alguns com um olhar específico de um país e outros de um grupo de países, ou da África no seu todo.

Tabela 2: Síntese dos artigos incluídos

Referências	Título	Resultados e conclusões
1. ANJORIN <i>et al.</i> (2020)	Comorbidities and the COVID-19 Pandemic Dynamics in Africa	O impacto das comorbidades na taxa de mortalidade por infecção foi amplamente observado em outras regiões que estavam em estágios mais avançados da pandemia. À medida que a África aprende com essas regiões, a resposta à pandemia em andamento e o planejamento de programas pós-pandêmicos devem levar em consideração peculiaridades na epidemiologia de comorbidades e coinfeções, fatores fisiopatológicos relevantes e de prestação de cuidados à saúde. A África é uma grande região com variações locais com fatores que podem moldar a dinâmica da pandemia e uma resposta de tamanho único não será ideal, mas há amplas

<p>2. KIM, NYENGERAI & MENDENHAL (2020)</p>	<p>Evaluating the mental health impacts of the COVID-19 pandemic: perceived risk of COVID-19 infection and childhood trauma predict adult depressive symptoms in urban South Africa</p>	<p>lições relacionadas às diferenças na epidemiologia e nos fatores de prestação de cuidados de saúde que devem ser cuidadosamente considerados como parte de um quadro de resposta regional à COVID-19. Para melhor conhecimento, esta é a primeira investigação dos impactos na saúde mental das experiências da COVID-19 durante a pandemia de coronavírus de 2020 e bloqueio nacional na África do Sul. Enquanto a grande maioria dos participantes relatou que as experiências da pandemia da COVID-19 não afetaram sua saúde mental (ou 'mente'), 10–20% dos participantes relataram experiências potentes de ansiedade, medo e 'pensar demais' como resultado da pandemia. Os resultados destacam os efeitos combinados de histórias traumáticas passadas e exposições recentes ao estresse na exacerbação da gravidade dos sintomas depressivos entre adultos que vivem em um contexto urbano sul-africano.</p>
<p>3. Nyasulu & Pandya (2020)</p>	<p>The effects of coronavirus disease 2019 pandemic on the South African health system: A call to maintain essential health services</p>	<p>O surgimento da pandemia da COVID-19 colocou grande sobrecarga no sistema de saúde, afetando negativamente sua funcionalidade. Propomos a estrutura dos sistemas de saúde da OMS como uma abordagem para avaliar e priorizar os serviços dos sistemas de saúde, a fim de encontrar um equilíbrio entre as respostas à pandemia da COVID-19, e a prestação de serviços de saúde essenciais de qualidade, com foco na ampliação de programas de imunização e HIV. Recomenda-se a representação e estreita colaboração entre a COVID-19 e as equipes de serviços essenciais a todos os níveis.</p>
<p>4. Etteh, Adoga & Ogbaga (2020)</p>	<p>COVID-19 Response in Nigeria: Health System Preparedness and Lessons for Future Epidemics in Africa</p>	<p>É alarmante que, em cerca de cinco meses desde a confirmação do primeiro caso da COVID-19 do continente, no Egito, em 14 de fevereiro de 2020, a taxa de infecção permanece em uma fase exponencial, com quarenta e sete países africanos que relataram um total de 766.803 casos, 13.191 mortes e 486.925 recuperações em 31 de julho de 2020, dos quais a Nigéria relatou 42.689 casos, 878 mortes e 19.290 recuperações, com o estado de Lagos respondendo por quase metade de todos os casos na Nigéria. É importante ressaltar que as lições aprendidas durante a epidemia de Ebola tiveram um impacto significativo na resposta para a COVID-19 na Nigéria. Neste artigo, discute-se a resposta da Nigéria, a preparação do sistema de saúde e as lições que são críticas para a contenção de futuros surtos, epidemias ou pandemias de qualquer doença infecciosa na África.</p>
<p>5. PALLANGYO, NAKATE, MAINA & FLEMING (2020)</p>	<p>The impact of covid-19 on midwives' practice in Kenya, Uganda and Tanzania: A reflective account</p>	<p>No Quênia, Tanzânia e Uganda, as taxas de mortalidade materna e neonatal já são consistentemente altas, mas a pandemia da COVID-19 exacerbou isso. Juntamente com a resposta necessária para lidar com a COVID-19, outras questões nacionais, como pragas de gafanhotos e inundações, também estão causando problemas significativos. É provável que, em um futuro próximo, apesar dos melhores esforços das parceiras e de outros profissionais de saúde, ocorra um aumento no número de mortes relacionadas à COVID-19 em mulheres em idade reprodutiva, incluindo mulheres grávidas e pós-parto.</p>

6. BUONSENSO <i>et al.</i> (2020)	Social consequences of COVID-19 in a low resource setting in Sierra Leone, West Africa	As consequências econômicas e psicológicas do bloqueio em ambientes de poucos recursos na África rural são desconhecidas. Todos entrevistados declararam uma redução de 51 80% (19,2%) a 81 100% (79,4%) da renda semanal em comparação com o período de pré-bloqueio, declarando dificuldades em fornecer alimentação para os familiares (82%) e ansiedade (60%). As análises mostraram que as pessoas perderam seus empregos e têm dificuldade em fornecer alimentos para suas famílias como consequência do bloqueio da COVID-19.
7. IDRISSEI <i>et al.</i> (2020)	Sleep quality and mental health in the context of COVID-19 pandemic and lockdown in Morocco	O bloqueio da COVID-19 está associado a vários fatores estressantes, que podem afetar negativamente a qualidade do sono e a saúde mental das pessoas. Os resultados destacaram crenças falsas generalizadas sobre o sono e a prevalência de distúrbios do sono, ansiedade e sintomas relacionados à depressão na população marroquina. Quase 82,3% dos entrevistados revelaram falsas crenças sobre o sono. O estudo revelou uma alta prevalência de distúrbios do sono, ansiedade e sintomas depressivos na população marroquina durante o período de bloqueio da COVID-19. Além disso, as falsas crenças sobre a compreensão do sono eram prevalentes e apresentavam um fator de risco para distúrbios do sono, ansiedade e sintomas depressivos.
8. MADANI, BOUTEBAL & BRYANT (2020)	The Psychological Impact of Confinement Linked to the Coronavirus Epidemic COVID-19 in Algeria	Os resultados mostraram que 50,3% dos entrevistados estavam ansiosos durante as primeiras três semanas de confinamento. Além disso, 48,2% sentiam-se estressados, 46,6% dos entrevistados afirmaram sentir-se mal-humorados e 47,4% disseram não parar de pensar ao longo do dia nessa epidemia, e em como se proteger. Além disso, o estudo mostra que 87,9% dos entrevistados na Argélia acharam difícil seguir as instruções para contenção total e parcial do vírus. Observa-se uma mudança significativa nos hábitos da população confinada, principalmente quanto à hora de dormir e acordar, o que evidencia o aumento do nível de repercussões psicológicas.
9. GOVENDER <i>et al.</i> (2020)	Beyond the Disease: Contextualized Implications of the COVID-19 Pandemic for Children and Young People Living in Eastern and Southern Africa	Os países da África Oriental e Austral terão de equilibrar a resposta direta à pandemia da COVID-19 com a defesa dos direitos humanos e o apoio a crianças e jovens, particularmente grupos mais vulneráveis (por exemplo, crianças com HIV, mulheres jovens), para garantir que comida, educação e serviços de aconselhamento estejam disponíveis durante as restrições de movimento impostas pelo governo. De forma mais geral, a crise de saúde pública da COVID-19 destaca a importância de fornecer apoio fiscal para melhorar os sistemas de saúde e outras capacidades institucionais na África Oriental e Austral, como educação e segurança nacional.
10. KASSA & GRACE (2020)	Race against death or starvation? COVID-19 and its impact on African populations	Um rápido comunicado e distribuição de informações são necessários para prevenir e administrar o impacto na saúde, no social, econômico e político da pandemia da COVID19, e para garantir que não seja uma corrida contra a morte nem contra a fome para as populações africanas. Portanto, os países africanos requerem estratégias de gestão de pandemia culturalmente relevantes e nativas nos próximos anos para torná-los

11. EL-ZOGHBY, SOLTAN & SALAMA (2020) Impact of the COVID-19 Pandemic on Mental Health and Social Support among Adult Egyptians
12. ARAFA, MOHAMED, SALEH, & SENOSY (2020) Psychological Impacts of the COVID-19 Pandemic on the Public in Egypt
13. COLOMBO, SC UCCATO, FADDA & CUMBI (2020) COVID-19 in Africa: the little we know and the lot we ignore
14. BUKULUKI *et al.* (2020) The Socio-economic and Psychosocial Impact of Covid-19 Pandemic on Urban Refugees in Uganda
- responsivos a pandemias que podem afetar suas economias, a saúde e a vida dos cidadãos.
- O impacto psicológico dos surtos em indivíduos inclui uma ampla e intensa variedade de morbidades psiquiátricas. As pessoas tendem a experimentar sentimentos, como preocupação em ser infectado ou ficar doente, aumento da autculpa e desamparo. Houve aumento do estresse de trabalho em 174 (34,1%), do estresse financeiro em 284 (55,7%) e do estresse de lar em 320 (62,7%). Metade deles se sentiu horrorizado e desamparado, 275 (53,9%) e 265 (52%), respectivamente, enquanto 338 (66,3%) se sentiram apreensivos. Apenas 24,2% relataram maior apoio de amigos, enquanto maior apoio de familiares ficou em 207 (40,6%). 46,5% compartilham seus sentimentos com os familiares, enquanto 176 (34,5%) compartilham com outras pessoas.
- Os participantes relataram alta prevalência de depressão (67,1%: leve a moderada 44,6% e grave a muito grave 22,5%), ansiedade (53,5%: leve a moderada 30,6% e grave a muito grave 22,9%), estresse (48,8%: leve a moderado 33,8% e grave a muito grave 15,0%) e sono inadequado (<6 h / dia) 23,1%. Sexo feminino, trabalhar em outros setores que não o setor de saúde, assistir / ler notícias da COVID-19 ≥ 2 h / dia e falta de apoio emocional da família e da sociedade foram associados a uma alta prevalência de depressão severa a muito severa, ansiedade e estresse. Concluindo, os impactos psicológicos da COVID-19 sobre o público no Egito foram enormes. Portanto, fornecer apoio psicológico e aconselhamento é fundamental.
- O vírus tem demonstrado grande capacidade de adaptação, passando por mudanças evolutivas em seu material genético, o que lhe permite infectar humanos e se espalhar de pessoa para pessoa. Para responder a isso, estratégias de resposta eficazes devem ser “projetadas e destinadas a se adaptarem à mudança”, como, por exemplo, relaxando algumas intervenções e mantendo outras, conforme novas evidências se tornam disponíveis, ou modulando a resposta aos diferentes contextos.
- A atenção abaixo do ideal à situação difícil dos refugiados urbanos durante os planos de preparação e resposta para a pandemia da COVID-19 não apenas exacerba os impactos devastadores da COVID-19 para este grupo, mas também apresenta riscos e desafios maiores para as comunidades anfitriãs. Este apelo abraça o princípio de "não deixar ninguém para trás", promovido pelas Nações Unidas.

15. AJIDE, IBRAHIM & ALIMI (2020)	Estimating the impacts of lockdown on Covid-19 cases in Nigeria	Este estudo examina a extensão do impacto das medidas de bloqueio nos casos confirmados da COVID-19 na Nigéria, e tem algumas implicações políticas relevantes. O bloqueio foi quantitativamente confirmada como eficaz no combate à propagação dos casos de COVID-19, o foco deve ser colocado nas residências, que atuam como um estímulo para o vírus. Isso pode ser alcançado de forma eficaz por meio de programas de esclarecimento público e conscientização geral sobre a necessidade de cumprir as medidas de bloqueio. Mais importante ainda: o governo deve garantir e assegurar o fornecimento constante de eletricidade para as pessoas.
16. MOGAJI (2020)	Impact of COVID-19 on transportation in Lagos, Nigeria	O documento reconhece o efeito sobre o transporte nas economias emergentes, onde bloqueios e restrições ao movimento podem ser ineficazes em um estado com alta densidade populacional, infraestrutura de transporte deficiente e uma grande economia informal. Adotando a estrutura "evitar-mudar-melhorar", este artigo apresenta implicações práticas para os formuladores de políticas do setor público e privado, à medida que navegam neste momento precário e traçam um novo caminho para os indivíduos e a Nigéria.
17. CHESEREM <i>et al.</i> (2020)	A Continental Survey on the Impact of COVID-19 on Neurosurgical Training in Africa	Houve uma redução acentuada nas atividades clínicas, incluindo uma redução média de cirurgia eletiva (80%), clínicas (83%) e cirurgia de emergência (38,50%). Um total de 23,58% dos residentes não recebia um salário formal, com 50% recebendo menos de US \$1.000 brutos por mês. Essa é a primeira pesquisa continental de estagiários de neurocirurgia na África. A COVID-19 afetou significativamente as oportunidades clínicas e de aprendizagem. Há preocupações com os efeitos de longo prazo em suas atividades de treinamento por um período incerto de tempo durante esta pandemia. Embora tenha havido um aumento global no e-learning, é necessário avaliar se ele é acessível a todos os trainees.
18. DE ARANZABAL <i>et al.</i> (2020).	COVID-19 y África: sobrevivendo entre la espada y la pared	Consciente dos muitos desafios apresentados em ambientes com abundância de recursos e sistemas de saúde robustos, onde a mortalidade tem sido significativa e a transmissão difícil de controlar, havia uma preocupação lógica em ver como o vírus poderia impactar os países africanos e sua saúde frágil e fracos sistemas. Tal antecipado “tsunami”, com consequências potencialmente devastadoras, parece, no entanto, ainda não ter chegado, e os países africanos, embora testemunhando um grau crescente de transmissão autóctone, parecem até hoje relativamente não afetados pela pandemia.
19. SOTOLA, PILLAY & GEBRESELAS (2020)	COVID-19 in Africa: a comparative analysis of early policy responses	A pandemia da COVID-19 causou grande turbulência em todo o mundo. Entre os países africanos, pode-se perceber semelhanças e diferenças tanto em relação à natureza do surto como nas respostas políticas implementadas. Alguns elementos que refletem essa similaridade na gestão foram identificados, entre eles a adoção de medidas rápidas e precoces, a experiência recente no gerenciamento de epidemias/crises de saúde, e a existência de alguma forma de resiliência da comunidade, adquirida ao longo de anos de experiência em lidar com um estado de falta de governança.

20. MARTINS & HANSINE (2020)	Análise epidemiológica e demográfica da COVID-19 na África	A África tem 17% da população mundial, mas na data de encerramento desta análise (12 de outubro de 2020), só tinha 4,2% dos casos e 3,5% dos óbitos da COVID-19 do mundo. As densidades populacionais são muito variáveis, desde os 222 habitantes/ km ² do Uganda aos 26 hab/km ² de Angola. O mesmo sucede com a percentagem de população urbana, que varia de 21% na Etiópia a 73% na Argélia. Contudo, na África situam-se algumas das megacidades do mundo, com densidades populacionais altas, o que, do ponto de vista teórico, potencia a transmissibilidade do vírus. Foi feita a análise epidemiológica da evolução do número de casos, do número de casos recuperados, número de óbitos e número de testes realizados por milhão de habitantes em cada um dos 15 países selecionados, e ilustrou-se com gráficos de barras a evolução dos registos diários de casos e óbitos, e com curvas das respectivas médias dos últimos 7 dias.
------------------------------	--	--

COMORBIDADES E FATORES DE RISCO ASSOCIADOS AO NOVO CORONAVÍRUS NA ÁFRICA

Descrevem-se, nesta categoria, algumas doenças que agravam a COVID-19. O novo coronavírus trouxe consigo múltiplas exigências relacionadas à atenção, tanto no que concerne à higienização das mãos, uso de máscaras em espaços públicos, quanto ao cuidado com alguns grupos de pessoas consideradas de risco por condições preexistentes associadas à infecção.

De acordo com o artigo 1, entre as comorbidades associadas com a COVID-19, estas podem ser agrupadas de duas formas: as que estão relacionadas com a coinfeção (malária, infecções respiratórias virais (não COVID-19), infecções bacterianas / fúngicas secundárias, HIV/SIDA e tuberculose), e as comorbidades propriamente relacionadas, como a obesidade, subnutrição, doença cardiovascular, doença renal, doença hepática, diabetes (ANJORIN *et al.*, 2020).

Por sua vez, o artigo 2 distingue as comorbidades mentais (depressão, ansiedade, transtorno de estresse pós-traumático e ideação ao suicídio) das comorbidades infecciosas (tuberculose, HIV/SIDA) e doenças cardiometabólicas, como, por exemplo, a hipertensão, diabetes, dislipidemia e obesidade (KIM, NYENGERAI, & MENDENHAL, 2020).

O artigo 5, que pesquisa os impactos da COVID-19 na prática das parteiras no Quênia, Uganda e Tanzânia, aponta a falta de cuidados pré-natais (consultas regulares por causa da pandemia) associados com a infecção de HIV/SIDA, Hepatites e outras enfermidades não diagnosticadas (PALLANGYO, NAKATE, MAINA, & FLEMING, 2020).

Segundo o artigo 10, os fatores de risco ao novo coronavírus estão relacionados com a idade avançada dos pacientes, sendo mais vulneráveis à contaminação. Nos idosos e pessoas com deficiência, hipertensão, diabetes, doença cardiovascular, doença renal e doença respiratória são as comorbidades mais prevalentes (KASSA & GRACE, 2020).

O artigo 20, por sua vez, apresenta várias doenças não transmissíveis (hipertensão, diabetes, doenças cardiovasculares e síndrome metabólica) associadas a baixos níveis plasmáticos de vitamina D. Essas comorbidades, juntamente com a deficiência frequentemente concomitante de vitamina D, aumentam o risco de evolução grave da COVID-19 (MARTINS & HANSINE, 2020).

IMPACTOS DA PANDEMIA DA COVID-19 NA ÁFRICA

A pandemia do novo coronavírus vem produzindo repercussões a nível internacional, desde consequências de natureza epidemiológica e biomédica a efeitos sociais, econômicos, culturais e até políticos. Os efeitos da COVID-19 são abordados sob várias perspectivas.

Segundo o artigo 3, o surgimento da pandemia da COVID-19 tem impacto direto no Sistema de Saúde, afetando negativamente sua funcionalidade, porque é iminente o esgotamento de recursos para conter a emergência. Por causa da pandemia, registra-se desvio da força de trabalho de saúde, suspensão de serviços, redução do comportamento de busca de saúde, indisponibilidade de suprimentos, deterioração no monitoramento de dados e redução de financiamento. Estes são alguns dos desafios observados. Em tais emergências, a capacidade de fornecer serviços essenciais depende da capacidade básica do sistema de saúde (NYASULU & PANDYA, 2020).

De acordo com o artigo 5, o impacto da COVID-19 nas áreas rurais é preocupante, visto que as mulheres lutam para ter acesso aos cuidados de saúde. O estudo descreve que as parteiras entrevistadas relataram um baixo número de atendimentos em clínicas de saúde materna. Mulheres têm medo de recorrer aos hospitais por medo de contrair o coronavírus. Temem serem testadas para COVID-19, pois um resultado positivo significaria serem enviadas para quarentena obrigatória, longe de suas famílias. Isso levou mulheres a entrarem em hospitais tarde demais, às vezes terminando com resultados indesejáveis, como natimortos, morte neonatal e materna (PALLANGYO, NAKATE, MARINA, & FLEMING, 2020).

O artigo 6 fundamenta que a rápida difusão mundial da COVID-19 e a chegada do SARS-CoV-2 na África Subsaariana foi inesperada, com impactos potencialmente dramáticos na saúde, dado que apenas um ventilador está disponível para toda a população de Serra Leoa.

Este cenário acontece não só na Serra Leoa, mas também em muitos outros países africanos. O bloqueio parecia ser a única medida para atrasar o contágio, mas esta decisão teve consequências para as pessoas, especialmente as que vivem nas zonas piscatórias e turísticas do país (BUONSENSO et al., 2020). Como se descreve no artigo 7, a pandemia da COVID-19 impactou dramaticamente a vida da população mundial em comparação com epidemias anteriores. Entre os efeitos da pandemia destacam-se os distúrbios do sono e o impacto psicológico associados à disseminação da COVID-19 e ao bloqueio das atividades básicas (IDRISSI *et al.*, 2020).

Os impactos da COVID-19, segundo o artigo 8, são muito ameaçadores. Após a aplicação de medidas de contenção total e/ou parcial, houve certa desorganização social. Os resultados deste estudo mostram que 50,3% dos entrevistados estavam ansiosos durante as primeiras três semanas de confinamento. Além disso, 48,2% sentiram-se estressados, 46,6% dos entrevistados afirmaram sentirem-se mal-humorados e 47,4% não pararam de pensar nessa epidemia ao longo do dia, e em como se proteger. Além disso, o estudo mostra que 87,9% dos entrevistados na Argélia acharam difícil seguir as instruções para contenção total e parcial. Observou-se uma mudança significativa nos hábitos da população confinada, principalmente quanto à hora de dormir e acordar, o que evidencia o aumento do nível de repercussões psicológicas (MADANI, BOUTEBAL, & BRYANT, 2020).

O artigo 9 fala das vulnerabilidades relacionadas com a COVID-19 e considera as consequências físicas, psicológicas e sociais das restrições da mobilidade humana. Neste estudo, os autores falam abordam sobre o impacto do encerramento da escola na saúde, insegurança alimentar nas famílias e comunidades. Portanto, as medidas implementadas para conter o vírus, incluindo restrições à liberdade de mobilidade, limites para o contato social físico e isolamento e quarentena impostos, podem ter um impacto negativo na saúde e no bem-estar de crianças e jovens. As consequências das ordens de permanência em casa são provavelmente exacerbadas em países com poucos recursos, onde a capacidade financeira para sustentar crianças e jovens é limitada. Em relação aos problemas de saúde existentes, contam-se cargas virais não suprimidas e baixas contagens de CD4, HIV/SIDA e tuberculose não diagnosticados. No entanto, os impactos das restrições e bloqueios impostos incluem as complicações de saúde relacionadas com a inatividade física e mobilidade restrita, angústia psicológica precipitada pelo confinamento e medo de contrair SARS-CoV-2, interrupções na programação de imunização, aprendizagem comprometida durante o fechamento da escola, violação dos direitos humanos, insegurança financeira e alimentar das famílias (GOVENDER *et al.*, 2020).

No artigo 10, segundo Kassa e Grace (2020), os impactos da COVID-19 estão reunidos em 4 grupos:

a. **Impacto na saúde:** neste estudo são apresentados mais de 1.039.678 casos confirmados e 22.966 mortes, com aumento do risco de morbidade e mortalidade entre pessoas com comorbidades, deficiências e idosos. Vitimização dos profissionais de saúde da linha de frente e aumento da pressão sobre os sistemas de saúde com poucos recursos, falta de infraestrutura de tratamento médico adequada, aumento da carga de doenças existentes como HIV / SIDA, tuberculose, malária, diarreia e infecções do trato respiratório inferior foram os principais reflexos da COVID-19.

b. **Impacto Social:** refere-se, neste ponto, à quebra na coesão social após distanciamento social e isolamentos interpessoais: a maioria das instituições acadêmicas encerradas; proibições de viagens em nível internacional, nacional e local; mercados de alimentos fechados, acesso limitado a fontes de alimentos; a fome aumentou entre as comunidades vulneráveis; encontros religiosos restritos; criação de isolamento e discriminação provocados pelo medo; violação dos direitos humanos, crescimento de práticas ilegais, como aumento da criminalidade; notícias falsas nas redes sociais levam as comunidades a respostas incorretas de prevenção de vírus; desigualdades exacerbadas; vitimização de mulheres e idosos.

c. **O impacto econômico:** inclui a suspensão das indústrias de aviação e transporte marítimo para bens e pessoas; indústrias primárias, secundárias e terciárias afetadas por vários estados de bloqueio; produção de itens domésticos limitada; a indústria do turismo fez uma pausa e possivelmente afetou a longo prazo; o valor das cadeias de abastecimento diminuiu; as importações e exportações diminuíram, afetando a receita externa; comércio e indústria suspensos; aumento da dívida para enfrentar a pandemia; oferta e demanda de certos produtos diminuíram; recessão / depressão financeira; aumento do desemprego com redução da renda per capita; maior pressão sobre as políticas monetária e fiscal.

d. **Impacto político:** das organizações governamentais, não governamentais e do setor privado fechadas; países fecham suas fronteiras, impedindo o movimento de bens e serviços; a discriminação de refugiados e imigrantes aumentou; a evacuação de cidadãos para os seus países de origem resulta em desconfiança entre os líderes; o adiamento das eleições nacionais exacerba conflitos e agitação (KASSA & GRACE, 2020).

O artigo 11, que investiga os impactos da pandemia da COVID-19 na saúde mental entre os egípcios, aponta uma variedade de morbidades psiquiátricas, como preocupação em ser infectado ou ficar doente e aumento da autculpa e desamparo. Entre os participantes,

demonstraram em média da escala de eventos de impacto $34,3 \pm 15$, sendo que 211 casos (41,4%) sofreram forte impacto. Houve aumento do estresse de trabalho em 174 (34,1%), do estresse financeiro em 284 (55,7%) e do estresse de lar em 320 (62,7%). Metade deles se sentiu horrorizado e desamparado em 275 (53,9%) e 265 (52%), respectivamente, enquanto 338 (66,3%) se sentiram apreensivos. Apenas 24,2% relataram maior apoio de amigos, enquanto maior apoio de familiares ficou em 207 (40,6%). 46,5% compartilham seus sentimentos com os familiares, enquanto 176 (34,5%) compartilham com outras pessoas. Cuidar dos sentimentos dos familiares aumentou em 330 (64,7%). Idade e residência rural foram preditores negativos para o impacto do escore do evento, enquanto o sexo feminino ou presença de condição crônica foi um preditor positivo para o impacto do escore do evento (EL-ZOGHBY, SOLTAN & SALAMA, 2020). No entanto, o artigo 12 sublinha que os efeitos psicológicos da pandemia COVID19 no público em geral foram enormes, especialmente entre mulheres e pessoas que não trabalham no setor da saúde. Portanto, fornecer apoio psicológico ao público é altamente desejável (ARAFI, MOHAMED, SALEH, & SENOSY, 2020).

O artigo 13, desenvolvido por Colombo, Scuccato, Fadda e Cumbi (2020), subestima a pandemia na África Subsaariana. A escassez de dados reflete a baixa capacidade geral de teste, o acesso limitado aos serviços de saúde, suas fraquezas e restrições políticas. O artigo destaca o impacto da epidemia entre os profissionais da saúde e o impacto geral da pandemia na África Subsaariana, que é grave. Para o primeiro caso, relata que cerca de 1.810 profissionais de saúde (cerca de 4% de todos os casos positivos) haviam sido infectados com a COVID em 31 países da África Subsaariana, com dois outliers: Libéria 18,6% e Níger 18,7% logo em março de 2020. No contexto mais genérico, descreve impactos secundários da epidemia, que podem ser ainda mais graves do que seus efeitos diretos na saúde, como ocorreu na epidemia de Ebola na África Ocidental em 2014-15. Um aumento na morbidade e mortalidade indiretas não relacionadas com a COVID pode resultar de várias causas.

Segundo a fonte, a maioria dos recursos de saúde e os esforços mudam para a resposta à epidemia às custas de cuidados de saúde essenciais. Os gastos com saúde são desviados para o controle da epidemia, em detrimento de outras necessidades de saúde. Os profissionais de saúde são infectados, e vários morrem. Os pacientes podem se abster de usar os serviços de saúde por medo de contágio, restrições de movimento ou empobrecimento. O diagnóstico tardio de doenças potencialmente fatais, como o câncer, e a negligência com as doenças crônicas aumenta a mortalidade. Cadeias de suprimentos médicos são interrompidas, um fator crítico no

contexto da alta dependência do continente de produtos farmacêuticos importados (COLOMBO, SCUCCATO, FADDA, & CUMBI, 2020).

Um outro estudo que descreve detalhadamente os impactos da COVID-19 é o artigo 14, desenvolvido por Bukuluki *et al.* (2020), sobre efeitos em refugiados. Refere-se às pessoas deslocadas à força devido às perseguições ou conflitos, violações dos direitos humanos ou fatores ambientais. Existe, portanto, a ameaça de negligenciar os aspectos socioeconômicos e psicossociais da pandemia sobre a população vulnerável, especialmente os refugiados urbanos. Os autores examinam o impacto social, econômico e psicossocial da pandemia da COVID-19 em refugiados urbanos em Uganda.

a. **Impacto sociocultural** - refere-se a muitos refugiados urbanos que vivem nos subúrbios mais pobres de Kampala, como Kisenyi, Bwaise, Makindye, Nsambya, Kirombe e Kasaato, em acomodações inadequadas e instalações públicas. O acesso limitado à informação e aos planos de resposta nacionais devido à barreira da língua exacerba o risco de refugiados urbanos para a COVID-19. O direito dos refugiados à informação sobre prevenção e proteção da COVID-19 é restringido por barreiras linguísticas e de comunicação. O fato de que a maioria dos refugiados não entende inglês e as principais línguas locais significa que eles não obtêm informações em primeira mão e em tempo hábil sobre a COVID-19. No entanto, a falta de informações e serviços cultural e linguisticamente acessíveis relacionados à COVID-19 pode aumentar os riscos de contrair e espalhar o vírus entre as populações vulneráveis.

b. **Impacto econômico** – relaciona-se ao bloqueio em uma tentativa de reduzir a disseminação da COVID-19. Isso afetou os meios de subsistência dos refugiados e criou insegurança de renda entre os refugiados urbanos, porque eles dependem da economia de mercado informal e de pequenas empresas, como artesãos, alfaiates, cabeleireiros, comerciantes de metais preciosos e diamantes e vendedores de alimentos e roupas de segunda mão. No entanto, o bloqueio em vários países implica que seus sistemas informais de apoio social por meio de remessas (como transferências de dinheiro) foram afetados pela perda de empregos em muitos países do Norte, onde seus parentes vivem e trabalham devido à COVID-19.

c. **Impacto psicossocial** - embora a proteção social como uma agenda para reduzir a vulnerabilidade e o risco de famílias de baixa renda em relação ao consumo e serviços básicos tenha se tornado uma parte importante do discurso do desenvolvimento, a proteção social atual, especialmente a assistência social instituída pelo governo de Uganda, não é adequada à situação e necessidades dos refugiados urbanos no contexto da COVID-19. Os critérios de direcionamento para o direito a apoio / distribuição alimentar às populações vulneráveis

afetadas pela COVID-19 não visam explicitamente os refugiados urbanos (BUKULUKI *et al.*, 2020).

É neste contexto que, no artigo 20, se reconhece a fragilidade dos países africanos para enfrentar a pandemia da COVID-19. Muitos países adotaram medidas menos duras para evitar situações mais drásticas de confinamento.

As lideranças de muitos dos países africanos tomaram a opção certa da não aplicação de medidas rigorosas de confinamento obrigatório, por terem consciência de que, nas condições de vida concretas das suas populações, isso não seria possível, porque traria consequências graves e efeitos adversos perniciosos para a vida social e econômica da população, que na sua grande parte vive em economia de subsistência, incompatível com o confinamento obrigatório (MARTINS & HANSINE, 2020, p. 35).

Portanto, os estudos enfatizam a existência de vários fatores de risco associados ao novo coronavírus. É assim que alguns estudos agrupam os riscos em doenças infecciosas, que inclui a malária, infecções respiratórias virais, infecções bacterianas, HIV/SIDA e tuberculose, e as comorbidades propriamente ditas, como a obesidade, subnutrição, doença cardiovascular, doença renal, doença hepática, diabetes entre outras. Outros estudos ainda mencionam comorbidades mentais e a questão idade do paciente (quanto mais avançada, mais vulneráveis à contaminação).

Na verdade, a pandemia afetou diretamente a vida humana nos aspectos econômicos, sociais, culturais, saúde, e até nos aspectos políticos. O sistema de saúde é apontado como o mais afetado pela pandemia da COVID-19, uma vez que é visível a iminência de esgotamento de recursos para manter a emergência. O medo do surto contribuiu para que as pessoas tivessem medo de sair de casa em busca de necessidades básicas, como é o caso de cuidados primários de saúde. Nas zonas rurais, as mulheres evitam recorrer aos hospitais por receio de contrair o vírus ou serem testadas positivamente. Por conseguinte, esta redução na procura por cuidados primários pela população tem trazido resultados indesejáveis para o sistema de saúde: aumento da carga de doenças existentes, como HIV/SIDA, tuberculose, malária, diarreia e infecções do trato respiratório inferior, ocasionando maior número de mortes em todas as faixas etárias.

Por outro lado, a falta de recursos essenciais para combater o surto fazem com que as consequências do vírus sejam drásticas na África. Nos hospitais especializados no tratamento da COVID-19, é comum encontrar apenas um único ventilador disponível para um vasto número de pessoas. Os efeitos da pandemia da COVID-19 também se fazem sentir na saúde mental, particularmente no bem-estar psicológico dos profissionais da saúde que, pela exaustão

do trabalho associado à disseminação da COVID-19, acabam tendo problemas de sono, estresse, mau humor, ansiedade, entre outros problemas psicológicos.

ESTRATÉGIAS DE ENFRENTAMENTO AO NOVO CORONAVÍRUS NA ÁFRICA

As estratégias de enfrentamento do novo coronavírus são medidas adotadas pelos países, províncias e municípios para conter o índice de contaminação do vírus. Na África, cada país foi implementando essas medidas de prevenção segundo o seu contexto sociocultural e político-histórico, associado com gravidade de infecções e condições sanitárias vigentes.

Segundo Govender *et al.* (2020), as estratégias de enfrentamento ao novo coronavírus podem ser analisadas sob duas perspectivas: problemas de saúde existentes e consequências de restrições e bloqueios impostos. A partir dessas perspectivas, formulam-se 4 grupos de estratégias: estratégias comportamentais individuais (prevenção, automonitoramento e detecção precoce); estratégias baseadas na escola e na comunidade; estratégias de nível de sistemas de saúde e estratégias de legislação / estratégias políticas.

Segundo os autores, as estratégias comportamentais individuais consistem na prevenção, automonitoramento e detecção precoce da doença, e envolve:

- Melhorar a autoeficácia para adotar comportamentos de prevenção à COVID-19 (por exemplo, medidas de restrição de movimentos, lavagem das mãos, distanciamento social);
- Melhorar a autoeficácia para teste de carga viral de HIV, teste de TB e teste SARS-CoV-2;
- Autoidentificar sintomas da COVID-19 e autoquarentena;
- Usar ferramentas de autossuporte para promover a adesão à medicação;
- Melhorar a capacidade de monitorar níveis saudáveis de nutrição;
- Completar as recargas de prescrição antecipadamente e obter estoques para vários meses dos medicamentos necessários (GOVENDER *et al.*, 2020).

Por outro, as estratégias baseadas na escola e na comunidade evitam a propagação do índice de contaminação do vírus. Como considera Sunde, Júlio e Nhaguaga (2020, p.8),

com a pandemia, muitas instituições de ensino foram buscar estas técnicas apelidando de ensino remoto, ou ainda por ensino à distância, como estratégias de resposta às novas demandas do sistema educativo que exige o distanciamento social. O ensino remoto, ou o ensino à distância, como se apelida em muitos estudos, garante a continuidade do processo de ensino e aprendizagem, constitui uma oportunidade para ampliar o uso de metodologias remotas no ensino. É uma modalidade que promove um ensino mais dinâmico, reflexivo e motivador, incorporando atividades de aprendizagem ativa, centrada no aluno.

Para Govender *et al.* (2020), as estratégias tomadas no contexto da escola e da comunidade incluem:

- Apoiar a prevenção integrada da comunidade, vigilância e detecção precoce de HIV/SIDA, tuberculose e SARS-CoV-2, ligando aos serviços sociais e de saúde da comunidade para que atendam crianças e jovens;
- Aumentar o apoio baseado na família e na comunidade para jovens vivendo com HIV/SIDA, através de caminhos alternativos (por exemplo, grupos de mídia social, clubes de adesão à terapia antirretroviral online e apoio de pares) que cumpram os requisitos de distanciamento social;
- Aconselhamento telefônico para aqueles com altas cargas virais;
- Capacitar jovens vivendo com HIV/SIDA para cumprir aprendizagem baseada em currículo fora da escola (por exemplo, plataformas online, biblioteca comunitária, ensino em casa);
- Monitorar estigma, discriminação e abusos dos direitos humanos de jovens vivendo com HIV/SIDA durante os bloqueios (GOVENDER *et al.*, 2020).

No concernente às estratégias de nível de sistemas de saúde, estas consistem no fornecimento dos equipamentos de proteção individual e respectivo treinamento para o uso correto e consistente, lavagem das mãos, quarentena obrigatória quando há sinais de infecção, rápido isolamento de casos suspeitos, reduzindo o contacto com os demais pacientes e profissionais, a disponibilização de instruções sobre higiene e etiqueta respiratória em locais visíveis, entre outras medidas que protegem não só o paciente, mas também o profissional e a comunidade, no geral (SUNDE & NIPERIA, 2020).

Para Govender *et al.* (2020), as estratégias envolvem:

- Oferecer cuidados primários de saúde ininterruptos, com vigilância intensificada de SARS-CoV-2;
- Centros de triagem para sintomas de SARS-CoV-2 e COVID-19;
- Continuar a alocar recargas de prescrição de HIV/SIDA e tuberculose de vários meses, enquanto monitora para que não haja falta de estoque;
- Teste de SARS-CoV-2 para incluir avaliação da disponibilidade de medicamentos e adesão a medicamentos entre jovens vivendo com HIV/SIDA;
- Garantir que as instalações de cuidados pediátricos de alto nível estejam disponíveis para pacientes com COVID-19 graves;
- Monitorar pacientes com COVID-19 com alta e recuperados.

Em relação às estratégias políticas, propõe-se que haja aumento de orçamentos para garantir que os programas de teste e tratamento de HIV/SIDA, tuberculose e SARS-CoV-2 sejam intensificados e continuados durante os bloqueios; que a vigilância do SARS-CoV-2 seja integrada aos programas existentes de HIV/SIDA e tuberculose; e aumento da capacidade legislativa para responder aos abusos de direitos contra jovens vivendo com HIV/SIDA durante bloqueios (GOVENDER *et al.*, 2020).

Como se pode notar, na África, cada país foi implementando medidas de prevenção segundo o seu contexto sociocultural e político-histórico, associado com gravidade de infecções e condições sanitárias vigentes. Por outro lado, essas medidas são traçadas sem muita

rigoriedade por se ter consciência de que, nas condições de vida concretas das populações, isso não seria possível, porque traria consequências graves e efeitos adversos perniciosos para a vida social e econômica da população, que na sua grande parte vive em economia de subsistência, incompatível com o confinamento obrigatório (MARTINS & HANSINE, 2020).

Portanto, o continente africano tem enfrentado ascendência no número de casos confirmados da COVID-19 desde que os primeiros casos foram registrados. Os países não têm estruturas adequadas para enfrentar a pandemia, nem as mínimas restrições recomendadas, porque grande parte dos países não consegue seguir a rotina de confinamento por viverem de rendas a partir de trabalho informal, que não traz segurança durante a pandemia, e que pode trazer mais risco devido à exposição. No contexto africano, o confinamento é quase impossível. Além do nível de vida, que é desfavorável, o sistema de saúde é inadequado para atender casos da COVID-19, que exigem cuidados intensivos adequados. Esses desafios acontecem por quase todo mundo.

Por outro lado, em um estudo sobre o impacto da COVID-19 na relação indivíduo-sociedade no Brasil, a sobrecarga de profissionais e sistema de saúde foi destacada como principal preocupação neste período da pandemia. Alguns centros de saúde já estavam quase saturados por outras doenças crônicas muito antes do diagnóstico do primeiro caso da COVID-19. Isso obrigou os serviços de saúde a darem conta de outra parcela de doentes crônicos ainda mais graves pelas sequelas da Covid-19 (COUTO, BARBIERI, & MATOSA, 2021). No entanto, apesar de o primeiro caso da Covid-19 ter sido confirmado no país em 26 de fevereiro de 2020, os efeitos mais severos da pandemia na economia começaram a ser sentidos a partir de março, quando iniciou-se a adoção das medidas de isolamento social (TRECE, 2020).

Os estudos analisados nesta pesquisa destacam o impacto social, econômico, político e psicossocial da pandemia da COVID-19 no continente africano. No setor econômico, a pandemia afetou a produção de alimentos básicos, houve redução na importação e exportação, aumento de dívidas para enfrentar a pandemia, e teve uma forte influência na área do turismo, devido ao fechamento de empreendimentos turísticos, fronteiras, entre outros espaços que permitem uma mobilidade de pessoas de um lugar para outro, utilizando em geral diferentes modos de transporte. Os impactos socioeconômicos são enfatizados por Fernandes e Simões (2020), ao considerarem que a pandemia da COVID-19 representa um choque sobre a saúde pública mundial, com um impacto econômico sem precedentes na história recente, refletindo efeitos adversos tanto do lado da procura como do lado da oferta, generalizados a um conjunto muito alargado de países. Este choque na economia terá efeitos negativos no nível da produção,

do emprego, da produtividade, do sistema financeiro e da confiança dos agentes econômicos, que, contudo, deverão ser mitigados pelas medidas implementadas, quer a nível nacional, quer a nível internacional. A incerteza sobre a duração, magnitude e dispersão geográfica tornam particularmente difícil a quantificação destes impactos na economia (FERNANDES & SIMÕES, 2020).

Além dos setores sociais ora destacados, a pandemia da COVID-19 afetou grandemente a saúde mental e o bem-estar afetivo e emocional das pessoas. O aumento de casos de contaminação e de óbitos pelo vírus, associado às restrições impostas pelo bloqueio, deu lugar a múltiplos transtornos psicológicos e de humor. Como descrevem Ornell, Schuch e Sordi (2020), durante as epidemias, o número de pessoas cuja saúde mental é afetada, tende a ser maior que o número de pessoas afetadas pela infecção. Tragédias anteriores mostraram que as implicações para a saúde mental podem durar mais tempo e ter maior prevalência que a própria epidemia, e que os impactos psicossociais e econômicos podem ser incalculáveis se considerarmos sua ressonância em diferentes contextos (Idem). Esse novo componente não é destacado na nossa análise, apesar de impactar na saúde pública. Na verdade, a pandemia da COVID-19 afeta todas as pessoas (infectadas e não infectadas), tornando-se mais letal quando não há pronta intervenção.

Portanto, muitas empresas privadas nacionais e internacionais sentiram-se obrigadas a fechar as portas, reduzindo, deste modo, a receita, e promovendo o aumento do desemprego. Outrossim, os estudos mostram que, nos ambientes de poucos recursos, como as zonas rurais de África, as famílias que perderam o seu emprego durante o bloqueio da COVID-19 têm maiores dificuldades de fornecer alimentos para suas famílias.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pandemia do novo coronavírus vem desafiando a capacidade das sociedades em responder à crise e outras emergências humanitárias associadas à doença. Na África, os impactos da crise pandêmica sobre as sociedades podem ser devastadores, considerando que muitos países são desprovidos de estruturas e técnicas sanitárias sofisticadas para o enfrentamento da pandemia.

O grau de exposição das populações em situação de maior vulnerabilidade socioeconômica e sanitária se reflete num crescente exponencial do número de vítimas da pandemia. São visíveis as implicações sociais, econômicas e psicossociais da pandemia da

COVID-19 entre os países africanos, particularmente em refugiados. Essas consequências estão associadas à fragilidade dos países para enfrentar a pandemia.

As sociedades africanas se deparam com sistemas de saúde globalmente precários e de baixa capacidade de responder à situação de larga demanda. Em termos globais, avalia-se que mais da metade da população não tem acesso a serviços de saúde e de bem-estar social adequados: precariedade dos estabelecimentos e dos equipamentos, carência de material e remédios, falta de leitos e de unidades de terapia intensiva, dificuldades de acesso entre outras condições. Essa precariedade dos sistemas de saúde se deve a fatores estruturais e conjunturais. A pandemia do coronavírus pode também prejudicar os programas de luta contra doenças e epidemias preexistentes (HIV/SIDA, tuberculose, sarampo, malária, diabetes entre outras).

No entanto, as políticas, medidas e protocolos adotados na luta contra a pandemia são de difícil aplicação, porque as exigências vão além das condições essenciais, como acesso direto à água limpa deficitária, o que dificulta a adoção das medidas básicas de higiene para evitar a contaminação. Por outro lado, o fechamento das fronteiras internacionais limita grandemente a capacidade dos circuitos formais de transporte de alimentos para garantir o abastecimento alimentar em fluxos contínuos nas cidades africanas.

Portanto, é difícil mensurar os impactos da pandemia da COVID-19 na África. Além da incerteza sobre a cura, os países enfrentam sérios problemas socioeconômicos e de estruturação sanitária. Os centros de saúde não reúnem condições para assegurar o atendimento de pacientes infectados. A população africana vive majoritariamente na base da renda e do mercado informal, dificultando, assim, o processo de confinamento. Essas e outras situações afetam não só a saúde física da população, mas também a vida emocional, psicológica e político-cultural.

Apesar do estudo ter proporcionado uma visão sobre os impactos da pandemia da COVID-19, algumas limitações foram identificadas, como é o caso do estudo se basear em realidades culturais e políticas diferentes, com medidas de prevenção contextuais. Apesar de alguns países comungarem efeitos similares, há certas particularidades entre os países africanos, dificultando, deste modo, uma discussão mais profunda. Em suma, destaca-se a importância da pesquisa por trazer uma visão geral sobre os efeitos da pandemia, o que possibilita discutir estratégias de enfrentamento. Sugere-se, assim, mais pesquisas relacionadas a esta matéria, para o enfrentamento do vírus e dos seus impactos.

REFERÊNCIAS

AJIDE, Kazeem Bello; IBRAHIM, Ridwan Lanre; ALIM, Olorunfemi Yasiru. Estimating the

impacts of lockdown on Covid-19 cases in Nigeria. **Transportation Research Interdisciplinary Perspectives**, 2020, 1-7, 100217. doi:10.1016/j.trip.2020.100217

ANJORIN, A.A. et al. Comorbidities and the COVID-19 Pandemic Dynamics in Africa. **Tropical Medicine & International Health.**, 2020; v. 26, n.1, 2-1313504- doi:10.1111/tmi.13504

ARAFI, Ahmed et al.. Psychological Impacts of the COVID-19 Pandemic on the Public in Egypt. **Community Mental Health Journal**; 2020, doi:10.1007/s10597-020-00701-9

BESSA, M. (2020). Africa's disproportionate Covid-19 pandemic. **E-InternationalRelations**. Disponível em: <<https://www.e-ir.info/2020/06/02/africas-disproportionate-covid-19-pandemic>> acesso em 01 mar 2021.

BUKULUKI, Paul et al. The Socio-economic and Psychosocial Impact of Covid-19 Pandemic on Urban Refugees in Uganda. **Social Sciences & Humanities Open**, 2020, 100045. doi:10.1016/j.ssaho.2020.100045

BUONSENSO, Danilo et al. Social consequences of COVID-19 in a low resource setting in Sierra Leone, West Africa. **International Journal of Infectious Diseases**. 2020, 4282. doi:10.1016/j.ijid.2020.05.104

CHESEREM, Jebet et al. A Continental Survey on the Impact of COVID-19 on Neurosurgical Training in Africa. **World Neurosurgery**. 2020, 1-8; doi:10.1016/j.wneu.2020.11.008

COLOMBO, Sandro; SCUCCATO, Rino; FADDA, Antonello; & CUMBI, Amélia Jossai. COVID-19 in Africa: the little we know and the lot we ignore. **Epidemiologia & Prevenzione**; 2020, 44(5-6) Suppl 2, 408-422. doi: 10.19191/EP20.5-6. S2.146

COUTO, MarciaThereza; BARBIERI, Carolina Luisa Alves; & MATOSA, Camila Carvalho de Souza Amorim. Considerações sobre o impacto da covid-19 na relação indivíduo-sociedade: da hesitação vacinal ao clamor por uma vacina. **Saúde e Sociedade**; 2021, 30(1) 1-11. DOI 10.1590/S0104-12902021200450

DE ARANZABAL, Maite et al. COVID-19 y África: sobreviviendo entre la espada y la pared. **Anales de Pediatría**; 2020, 2929, 1-6; doi:10.1016/j.anpedi.2020.07.007

EL-ZOGHBY, Safaa M.; SOLTAN, Enayat M.; SALAMA, Hend M. Impact of the COVID-19 Pandemic on Mental Health and Social Support among Adult Egyptians. **Journal of Community Health**, 2020, doi:10.1007/s10900-020-00853-5

ETTEH, C.C.; ADOGA, M.P.; & OGBAGA, C.C. COVID-19 Response in Nigeria: Health System Preparedness and Lessons for Future Epidemics in Africa. **Ethics, Medicine and Public Health**, 2020, 243-257, 100580. doi:10.1016/j.jemep.2020.100580

FERNANDES, A.F, & SIMÕES, M. Impacto económico da pandemia COVID-19. 2020, BMEP N.º 06, 61-70. Disponível em: <<https://www.gee.gov.pt/pt/estudos-e-seminarios/artigos-category/30364-impacto-economico-da-pandemia-covid-19>> acesso em 16 jul 2021.

GOVENDER, Kaymarlin et al.. Beyond the Disease: Contextualized Implications of the COVID-19 Pandemic for Children and Young People Living in Eastern and Southern Africa. **Frontiers in Public Health**, 2020, 1-9. doi:10.3389/fpubh.2020.00504

GUAMBE, J.J.J. Efeitos da Pandemia de Covid19 sobre o turismo na África subsaariana e em Moçambique. **AbeÁfrica: Revista da Associação Brasileira de Estudos Africanos**, 2020, 3(3), 59-78. Disponível em: <<https://revistas.ufrj.br/index.php/abeafrica/article/view/35455>> acesso em 01mar 2021.

JANATI IDRISSE, Abdelkrim et al. Sleep quality and mental health in the context of COVID-19 pandemic and lockdown in Morocco. **Sleep Medicine**. 2020, 74, 248-253. doi:10.1016/j.sleep.2020.07.045

KASSA, Melkamu Dugassa, & Grace, Jeanne Martin. Race against death or starvation? COVID-19 and its impact on African populations. **Public Health Reviews**, 2020, 41(30) 1-17, <https://doi.org/10.1186/s40985-020-00139-0>

KIM, Andrew Wooyoung; NYENGERAI, Tawanda; MENDENHALL, Emily. Evaluating the mental health impacts of the COVID-19 pandemic: perceived risk of COVID-19 infection and childhood trauma predict adult depressive symptoms in urban South Africa. **Psychological Medicine**; 2020, 8, 1–13. doi: 10.1017/S0033291720003414

MADANI, Azzeddine; BOUTEBAL, Saad Eddine; & BRYANT, Christopher Robin. The Psychological Impact of Confinement Linked to the Coronavirus Epidemic COVID-19 in Algeria. **International Journal of Environmental Research and Public Health**, 17(10), 1-13. doi:10.3390/ijerph17103604

MARTINS, Helder F. B.; & HANSINE, Rogers. Análise epidemiológica e demográfica da COVID-19 em África. **Anais do Instituto de Higiene e Medicina Tropical**, 2020, 19: 7-42; Disponível em: <<https://anaisihmt.com/index.php/ihmt/article/view/353/289>> acesso em 20 jan 2021.

MOGAJI, Emmanuel. Impact of COVID-19 on transportation in Lagos, Nigeria. **Transportation Research Interdisciplinary Perspectives**, 2020, 6, 100154, 1-7. doi:10.1016/j.trip.2020.100154

MONIÉ, Frédéric. A África subsaariana diante da pandemia de Coronavírus/COVID-19: difusão espacial, impactos e desafios. **Espaço e Economia**, 2020, 18, 1-26. <https://doi.org/10.4000/espacoeconomia.13629>

NYASULU, J., & PANDYA, H. The effects of coronavirus disease 2019 pandemic on the South African health system: A call to maintain essential health services. **African Journal of Primary Health Care & Family Medicine**. 2020;12(1) 1-5. <https://doi.org/10.4102/phcfm.v12i1.2480>

OLOFSSON, H. et al. Can abstract screening workload be reduced using text mining? User experiences of the tool Rayyan. **Research Synthesis Method**, 2017, 8(3), 2017-275–280. doi:10.1002/jrsm.1237

ORNELL, F., SCHUCH, J.B., SORDI, A.O., & KESSLER, F.H.P. Pandemia de medo e covid-19: impacto na saúde mental e possíveis estratégias. **Revista Brasileira de Psiquiatria**. Editorial, 2020, 1-7, Disponível em:<https://www.academia.edu/42963714/Pandemia_de_medo_e_COVID_19_impacto_na_sa%C3%BAde_mental_e_poss%C3%ADveis_estrat%C3%A9gias> acesso em 16 jul 2021.

OUZZANI, M.; HAMMADY, H.; FEDOROWICZ, Z.; ELMAGARMID, A. Rayyan: A web and mobile app for systematic reviews. **Systematic Reviews**, 2016, 5(210), 2016-1– 10 doi:10.1186/s13643-016-0384-4

PALLANGYO, E., NAKATE, M.G., MAINA, R., & FLEMING, V. The impact of covid-19 on midwives' practice in Kenya, Uganda and Tanzania: A reflective account. **Midwifery**, 2020, 102775. doi:10.1016/j.midw.2020.102775

SOTOLA, D.O., PILLAY, P., & GEBRESELASSIE, H. COVID-19 in Africa: a comparative analysis of early policy responses. **Revista de Administração Pública**. 2020, 55(1), 229-242, Jan. - Feb. 2021. DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/0034-761220200427>

SUNDE, Rosário Martinho; JÚLIO, Ossula Abílio; & NHAGUAGA, Mércia Armino Farinha. O ensino remoto em tempos da pandemia da covid-19: desafios e perspectivas. **Revista Epistemologia e Práxis Educativa**. 2020, 03(03). 1-11; Disponível em: <<https://revistas.ufpi.br/index.php/epeduc/article/view/11176/7075>> acesso em 26 fev 2021.

SUNDE, Rosário Martinho & NIPERIA, Aires de Apriz. Exposição e prevenção à contaminação pela COVID-19 em profissionais de saúde. **Comunicação em Ciências da Saúde**; 2020, 31 (Supl 1)184-194. Disponível em: <<http://www.escs.edu.br/revistaccs/index.php/comunicacaoemcienciasdasaude/article/view/688/316>> acesso em 26 fev 2021.

TRECE, Juliana Carvalho da Cunha. Pandemia da COVID-19 no Brasil: primeiros impactos sobre agregados macroeconômicos e comércio exterior. **Boletim de Economia e Política Internacional**, 2020, 27 18-36. <http://dx.doi.org/10.38116/bepi27art2>

YANG, Y., ISLAM, M. S., WANG, J., LI, Y., & CHEN, X. Traditional Chinese Medicine in the Treatment of Patients Infected with 2019-New Coronavirus (SARS-CoV-2): A Review and Perspective. **International Journal of Biological Sciences**, 2020, 16 (10), 1708-1717. doi: 10.7150/ijbs.45538


UM FUTURO COMUM: COVID-19, SUSTENTABILIDADE E APRENDIZAGENS

A COMMON FUTURE: COVID-19, SUSTAINABILITY AND LEARNINGS

Recebido em: 01/09/2021

Aceito em: 03/12/2021

Gilmar Jose Hellmann¹ 

Maclovio Corrêa Da Silva² 

Resumo: O ano de 2020 foi marcado pela disseminação do vírus Sars-CoV-2 pelo Planeta. A doença, somada à outras moléstias, pode se desdobrar em enfermidades diversas. Este artigo trata de aprendizagens da sociedade providas da pandemia da doença Covid-19 sob o olhar de parâmetros da sustentabilidade. O objetivo deste texto é apresentar aspectos relacionais de aprendizagens, sustentabilidade e Covid-19, os quais estão sintonizados com as ideias de futuro comum e de satisfação de necessidades das gerações presentes e futuras. Predomina a análise qualitativa das relações humanas e da sustentabilidade nos aspectos ambientais e socioeconômicos durante o fenômeno pandêmico. Ressalta-se a contribuição das ciências sociais aplicadas, ciências humanas e outras áreas do conhecimento para a contextualização do evento e dos portadores de doenças. O texto tem três partes: nosso futuro comum; a sustentabilidade e a doença; aprendizagens sociais para a presente e as futuras gerações. Se pudermos inferir sobre as certezas e incertezas nas consequências e nas mediações do fenômeno, será possível identificar aprendizagens, viabilidades globais, nacionais, regionais e locais a serem compiladas, organizadas e socializadas para futuras pandemias. Conclui-se que o fenômeno é um marco de processos de ensino e aprendizagem de comunidades em relação ao futuro comum e à sustentabilidade.

Palavras-chave: Covid-19, Pandemia, Sustentabilidade, Aprendizagens.

Abstract: The year 2020 was marked by the spread of the Sars-CoV-2 virus across the planet. The disease, added to other ailments, can unfold into different illnesses. This article deals with social lessons learned from the Covid-19 disease pandemic under the perspective of sustainability parameters. The objective of this text is to present relational aspects of learning, sustainability and Covid-19, which are in tune with the ideas of a common future and meeting the needs of present and future generations. The qualitative analysis of human relations and sustainability in environmental and socioeconomic aspects prevails during the pandemic phenomenon. It emphasizes the contribution of applied social sciences, human sciences and other areas of knowledge for the contextualization of the event and of people with diseases. The text has three parts: our common future; sustainability and disease; social learning for present and future generations. If we can infer about the certainties and uncertainties in the consequences and mediations of the phenomenon, it will be possible to identify lessons learned, global, national, regional and local viability to be compiled, organized and socialized for future pandemics. We conclude that the phenomenon is a milestone in the teaching and learning processes of communities in relation to the common future and sustainability.

Keywords: Covid-19, Pandemic, Sustainability, Learning.

¹ Aluno do Programa de Pós-graduação em Tecnologia e Sociedade da Universidade Tecnológica Federal do Paraná. E-mail: gilmar.hellmann@ifpr.edu.br

² Aluno do Programa de Pós-graduação em Tecnologia e Sociedade da Universidade Tecnológica Federal do Paraná. E-mail: maclovio.utfpr@gmail.com

INTRODUÇÃO

Talvez nunca se determine data precisa para o início do evento pandêmico, embora, os aspectos temporais e o geográfico sejam tomados como ponto pedagógico de referência e aprendizagem. A cidade de Wuhan na China era um local como qualquer outra cidade do Planeta, quase anônima para a visão de mundo de muitos seres humanos. Tornou-se conhecida na história do fenômeno, não por características identitárias, mas sim pelas novas relações que desafiaram a humanidade e sua bio-espacialidade: o *dominus naturea*.

“A peste pode vir e ir embora sem que o coração do homem seja tocado”, disse Domenico de Masi, citando a frase de Albert Camus, do livro “A peste” (DE MASI, 2020). A pandemia da Covid-19 é um fenômeno que ressoou no universo social, cultural, econômico e ambiental do mundo moderno com variedades de facetas. Podemos compreender as aprendizagens do fenômeno presente conforme as ações e reações de cada ser humano para consigo mesmo, seus semelhantes e o meio que o sustenta, e assim projetar a continuidade da vida. A consciência se dá de alguma forma na análise dos discursos, com a descrição mais completa possível do fenômeno, e poderemos nos aproximar, com evidência e certeza, da própria essência das coisas, e a estrutura lógica necessária (JUNIOR, 1991, p. 16). Segundo o pensamento de Edmund Husserl (1859 – 1938),

É nesta tentativa de conhecer o existente, conforme ele se manifesta na consciência, que Husserl vai desenvolver seu pensamento fenomenológico a partir da palavra-chave: retorno-às-coisas-mesmas, para postular que se observe e descreva cuidadosamente os fenômenos (reais ou imaginários) com o objetivo de apreender a essência de determinada espécie de eventos (JUNIOR, 1991, p. 15-16).

Constatam-se recorrentemente percepções da doença por meio de expressões individuais, como “eu conheci”, “na minha vida”, “no meu caso”, “um colega me falou”, “no meu trabalho”, “na minha família”, entre muitas outras. Ou referências coletivas, como “naquele local, no país, no estado, no município”. Ora pois, estas manifestações são relevantes na medida em que oportunizam conhecer e experimentar uma diversidade de enfoques, e a reflexão sobre a essência e as lógicas que se reproduzem sobre o mesmo fenômeno.

Nas relações sincrônicas e diacrônicas que se estabelecem entre o fenômeno da Covid-19 e o ser humano, expressam-se estruturas de linguagens conceituais (teóricas) e padrões comportamentais (empíricas) em diferentes perspectivas. A fenomenologia, enquanto ciência, pode auxiliar a evidenciar aprendizagens essenciais apreendidas do fenômeno e suas relações.

Com criticidade acadêmica é possível identificar e compreender os "sentidos de tudo isso". Não como verdades puras e únicas, mas como conhecimento científico refutável, discutível, crítico e autocrítico que possibilita alterações, revisões e substituições de paradigmas convencionados (SOUSA, 2006).

Martins (2004), ao estudar a pesquisa qualitativa e as ciências sociais, explica que no século XIX, o analista teria que estar distante do seu objeto de estudo e neutralizar sua postura para se aproximar mais da verdade. Mas isto mudou, e o cientista da atualidade está orientado para um projeto de estudo voltado à solidariedade, à criatividade e à harmonia entre o tema escolhido para desenvolver e a necessidade de dialogar com as comunidades. Por mais que os protocolos e os “distanciamentos” sejam propostos ou estabelecidos, mesmo que por razões sanitárias de sobrevivência, as pessoas não conseguem mais ficar isentas dos contatos com os fatos, notícias, comunicações, emoções e o mundo que as circunda.

Há um dinamismo cognitivo-intelectual que possibilita a revelação do *homo socialis* em locais do mundo onde podem estar vestígios imaginários e ideários de uma doença. Numa tentativa quase darwiniana de identificar a procedência do Coronavírus, ocorreram aprendizagens fomentadas pelo fenômeno pandêmico sob diversas perspectivas, dentre elas a ambiental, a cultural, a econômica, e pelo futuro comum. Este artigo trata de aprendizagens provindas da doença Covid-19 nas dimensões da sustentabilidade sintonizadas com a ideia do futuro comum, destacando a preocupação das ações presentes da humanidade com as gerações futuras. O objetivo deste texto é apresentar aspectos relacionais de aprendizagens, sustentabilidade e Covid-19, os quais estão sintonizados com as ideias de futuro comum e de satisfação de necessidades das gerações presentes e futuras. A análise é qualitativa, desfrutando da produção interdisciplinar publicizada por autores das mais variadas áreas de conhecimento, destacando as relações humanas nos aspectos ambientais, culturais e econômicos que se desdobraram durante o fenômeno da pandemia. O texto tem três partes: nosso futuro comum; a sustentabilidade e a doença; aprendizagens para a presente e as futuras gerações. Dentre certezas e incertezas, projetam-se evidências quantitativas e qualitativas do fenômeno, destacando aprendizagens, viabilidades globais, nacionais, regionais e locais, compiladas, organizadas e socializadas para futuras pandemias. Conclui-se que o fenômeno sanitário de interesse internacional é um marco no processo de ensino e aprendizagem de comunidades em relação ao futuro comum e à sustentabilidade.

NOSSO FUTURO COMUM

Na obra “Nosso Futuro Comum” (1991), a Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento lançou as ideias da finitude de recursos do Planeta, das suas limitações de uso e de consumo, e do atendimento das necessidades das gerações presentes e futuras. Havia um descompasso temporal entre a disponibilidade de materiais e as potencialidades da tecnologia para retirá-los de seus habitats e transformá-los em produtos. Consta-se que as necessidades básicas de alimento, vestuário, habitação e emprego, bem como as perspectivas de melhoria de qualidade de vida não estavam sendo atendidas adequadamente pelo modelo de desenvolvimento econômico adotado.

Esta posição da Comissão, que ocorreu há 30 anos atrás, não concebia as relações e as interações dos contextos de desigualdade que afloraram com o evento pandêmico. Ainda em 2012, por ocasião do evento Rio+20, os problemas apontados retomaram as ideias do Relatório Brundtland de 1987, e da Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento de 1992. A Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável da Câmara dos Deputados, nos encontros da Rio+20, apresentou diagnósticos e propostas consideradas problemáticas para a nação brasileira. Não somente as análises para o futuro, mas também aquelas voltadas para o passado, continuaram orientadas na direção do dilema da conservação e uso sustentável dos recursos naturais e a percepção da sustentabilidade.

Foram cinco os temas debatidos: 1) Biomas; 2) Recursos hídricos; 3) Meio ambiente urbano; 4) Energia; 5) Segurança alimentar. Os debates foram orientados segundo os dois eixos básicos da Rio+20: a economia verde no contexto do desenvolvimento sustentável e da erradicação da pobreza; e as alternativas para uma melhor governança tendo em vista o desenvolvimento sustentável (CÂMARA DOS DEPUTADOS, 2012, p. 11).

A Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável da Câmara dos Deputados foi criada em 1997 para trabalhar os compromissos de alcance global assumidos na Conferência de 1992. Os parlamentares compreendem que os ecossistemas estão interligados e são interdependentes. A Frente Parlamentar Ambientalista, formada por deputados e senadores, procura tratar o desenvolvimento sustentável, no governo de modo transversal “em parceria com a sociedade civil e com os setores produtivos mais avançados da economia brasileira” (CÂMARA DOS DEPUTADOS, 2012, p. 12).

Entende-se “recursos comuns” como o usufruto de recursos naturais, ou produzidos a partir deles, para o bem estar dos seres humanos. Ora, o relatório do Clube de Roma de 1972, que trata dos limites do crescimento (MEADOWS *et al.*, 1972), tentava romper com esta premissa dominante de crescimento contínuo advindo da sociedade industrial. A concepção de desenvolvimento contínuo deteve-se na equação: disponibilidade de recursos, exploração ou meios de transformação deles, e as consequências de poluição e distribuição dos bens e serviços produzidos para oferecer qualidade de vida. Ou seja, as consequências do desenvolvimento são compartilhadas como todos e todas que vivem no Planeta, independentemente onde se encontram.

Fonseca e Seraphim (2009) questionam a neutralidade da ciência e o determinismo da tecnologia ao conformar o conceito de tecnologia social. Para eles, todos os usuários precisam participar dos processos de desenvolvimento tecnológico, colocando assim seus valores e interesses para fazer escolhas no momento de concepção das tecnologias. Os autores propõem a criação de uma Rede de Tecnologia Social, “democrática, dialógica, inclusiva e que ao influenciar o processo de elaboração de políticas públicas, fomentar e articular diversos agentes de desenvolvimento em ações complementares e sustentáveis” (p. 140-141), possa contribuir para enfrentar os problemas do nosso país.

Além desta ideia de se criar uma tecnologia social, na década de 1990, Ignacy Sachs (2009) propôs o ecodesenvolvimento como um programa de ações abrangente, que continha questões econômicas, culturais, sociais, éticas e gestão participativa. O autor se posiciona contrário ao desenvolvimento a qualquer custo, pois se faz premente traçar um conjunto de ações de conservação e preservação ambientais com forças para equilibrar a equação dos limites do desenvolvimento e a disponibilidade e partilha dos recursos. Assim, os resultados podem assegurar dignidade às pessoas, a inclusão e o acesso aos serviços públicos e aos direitos constitucionais.

Este cenário delineado para o futuro comum se ampliou com a chegada da pandemia da Covid-19 em 2020. Houve um descortinamento da falta de solidariedade entre os povos e a multiplicação de crises, risco e perigos que necessitam de reflexões e discussões. Segundo Edgar Morin (LE BAILEY; COURAGE, 2020, *on-line*): “esta crise mostra que a mundialização é uma interdependência sem solidariedade”.

TRÊS DIMENSÕES DA SUSTENTABILIDADE E A DOENÇA COVID-19

DIMENSÃO AMBIENTAL DA SUSTENTABILIDADE, DAS APRENDIZAGENS E DA COVID-19

A pandemia da Covid-19 é um evento mundial que apresentou riscos de morte por desconhecimento técnico-científico da atuação do vírus Sars-CoV-2 no corpo humano. O fluxo informacional da crise epidêmica é controverso, tanto nas consequências, quanto nas medidas mitigatórias para possíveis soluções dos problemas. Quando a comunidade científica contextualizou e identificou o novo Coronavírus, a pertinência dos estudos restringiu-se à área da saúde, ainda com conhecimentos tradicionalmente fragmentados. Porém, os protocolos de prevenção indicados pelas instituições mundiais e nacionais possibilitaram aprendizagens interdisciplinares, uma vez que as mudanças no meio ambiente, na economia e na sociedade assumiram várias facetas e se desdobraram com a multiplicação dos saberes e conhecimentos.

A ideia do presente e do futuro comum para o Planeta foi reforçada, bem como da necessidade do agir sustentável. “A sustentabilidade está cada vez mais presente na vida de todos os indivíduos, ainda que esses não percebam em razão da sua grande abordagem no mundo todo como uma forma de amenizar os problemas ambientais que o próprio ser humano causou ao Planeta Terra”. Por isso, a sustentabilidade assume dimensões múltiplas nas diferentes formas de constituir relações humanas (IAQUINTO, 2018, p. 157).

Ao corroborar a autora, observa-se que a sobrevivência da humanidade depende da moderação do uso dos recursos naturais pelo sistema industrial capitalista, mas também depende da saúde coletiva. Então, a sustentabilidade e a Covid-19 estabelecem relações entre si quanto ao presente e ao futuro das civilizações. Introduce a necessidade de reatar o pacto entre a saúde e a sobrevivência, da humanidade e dos ecossistemas, para as presentes e as futuras gerações. “Refere-se ao direito das gerações atuais, sem prejuízo das futuras, ao ambiente limpo, em todos os aspectos; meio ecologicamente equilibrado, como diz o artigo 225 da Carta Magna” (IAQUINTO, 2018, p.163).

A pandemia da Covid-19 evidenciou também as implicações de sobrevivência, longevidade e de degradação ambiental decorrentes das relações do ser humano com a matéria e os seres vivos. A substância ou ser minúsculo como o vírus Sars-CoV-2 não é matéria orgânica, e assume uma “onipotência” imaterial, com ressonâncias hercúleas nos comportamentos cotidianos e atitudes, aprendizagens, nas relações sociais e de sustentabilidade

desde 2019, quando foi identificado na cidade de Wuhan, na China. A Organização Pan-Americana da Saúde (OPAS), agência especializada em saúde do Sistema Interamericano, e hospedeira do Escritório Regional para as Américas da Organização Mundial da Saúde (OMS), a agência especializada em saúde das Nações Unidas, declarou o surto do novo Coronavírus.

30 de janeiro de 2020 – A Organização Mundial da Saúde (OMS) declarou nesta quinta-feira (30), em Genebra, na Suíça, que o surto do novo coronavírus (2019-nCoV) constitui uma Emergência de Saúde Pública de Importância Internacional (ESPII). Atualmente, há casos em 19 países, com transmissão entre humanos na China, Alemanha, Japão, Vietnã e Estados Unidos da América (ORGANIZAÇÃO PAN-AMERICANA DA SAÚDE, 2020).

“Nasceu”, então, conforme o texto da OMS, um evento global que demandou a organização de “novas” estratégias, ainda que houvesse aprendizagens trazidas por outros surtos epidêmicos registrados pelas gerações passadas. Recordam-se os casos da varíola nos primeiros contatos dos espanhóis com povos autóctones americanos (astecas), e também grupos indígenas brasileiros, da gripe espanhola de 1916, que chegou ao Brasil em meados de setembro de 1918, por meio do “navio da morte” Demerara, os vírus das gripes ‘influenza’ ou H1N1, e outros surtos de gripes epidêmicos e pandêmicos como: São Petersburgo (1889 a 1890), a Espanhola (1918 a 20), a Asiática (1957 a 1958), de Hong Kong (1968 a 1969), a Russa (1977 a 1978), a Aviária (2003 a 2004) e a Suína (2009) (QUALITAS, 2020).

DIMENSÃO ECONÔMICA DA SUSTENTABILIDADE, DAS APRENDIZAGENS E DA COVID-19

A dimensão econômica da sustentabilidade circunda os princípios do equilíbrio entre oferta e a demanda, na medida em que “[...] busca-se um real equilíbrio entre a contínua produção de bens e serviços e a justa distribuição da riqueza (IAQUINTO, 2018, p.165). Esta ideia está sintonizada com o usos dos recursos naturais das presentes gerações e com o futuro comum. Mas, toda esta busca pelo equilíbrio econômico financeiro foi interrompida com a disseminação mundial da pandemia da Covid-19, no primeiro trimestre do ano de 2020. As Nações Unidas (2020) identificaram o incremento de dissonâncias globais afetando as atividades econômicas de modo diverso, o uso de recursos naturais, clima, a resiliência e a eficiência, o qual evidenciou-se assimétrico entre países, estados e regiões.

The economic disruption created by the crisis is leading to a reconsideration of resource use and the fragility of supply lines. This opportunity needs to be used to

strengthen approaches that enhance both resilience and efficiency, such as the circular economy, climate action and raising the ambition of NDCs (UNITED NATIONS, 2020).

Houve um “tsunami” ou uma vaga volumosa de informações que ressoou rapidamente nas atividades econômicas globalizadas. O setor de transporte aéreo internacional, por exemplo, chegou a registrar queda de 80% entre março de 2019 e 2020. Atividades de turismo, manufatura e a indústria de produção foram as mais afetadas de imediato. Contrastam-se no mesmo período o crescimento econômico e a demanda pelos serviços nos setores de saúde, alimentação, comunicação e *e-commerce*.

Claro, é de se imaginar que nem todos os setores do *e-commerce* terão crescimento neste período. Pelo contrário, é possível que muitos deles até encolham ou fechem as portas. Contudo, novamente, se analisarmos sobre um contexto nacional e global de retração ou até depressão, isto não é nada surpreendente (MOREIRA, 2020 *on-line*).

O indicador de empregabilidade repercutiu as desigualdades socioeconômicas semelhante às adversidades das leis trabalhistas, desempregados ou inativos, redução da jornada de trabalho, produção logística, e comércios de bens e serviços. Na globalidade, a *International Labour Organization* (ILO) calculou que a perda chegou a 288 milhões de empregos em tempo integral em julho de 2020, sobre a estimativa de 3,30 bilhões de empregos mundiais. A inatividade e menos horas trabalhadas equivaleram à perda de US \$ 3,7 trilhões ou 4,4% do Produto Interno Bruto global (INTERNATIONAL LABOUR ORGANIZATION, 2021).

Nos Estados Unidos, por exemplo, em quatro semanas de oficialização da Covid-19 perderam-se mais empregos do que os que foram proporcionados em uma década. Foram solicitados 26,4 milhões de novos pedidos de subsídios, enquanto na crise econômica de 2008 e 2009 perdeu-se 8,7 milhões de empregos, calculando a média de 750 mil ao mês. A taxa média de desemprego variava entre 4 e 6%, nas em abril de 2021 chegou a 15,8% (TRADING ECONOMICS, 2021). No Brasil as taxas históricas de desemprego foram mais instáveis: em 1990 era 4,3%, elevou-se a 12,3% em 2004, retrocedeu a 4,8% em 2014, e no ápice pandêmico de 2021 atingiu 14,7%, ou seja 14,6 milhões de “pessoas desocupadas” (IBGE, 2021).

Provavelmente o Coronavírus será motivo para justificar o agravamento da desigualdade mundial de distribuição de emprego e renda. Comparando a renda de 2.153 seres humanos identificados como bilionários monetários, com a mesma renda para dividir entre 4,6

bilhões de pessoas, que corresponde a 60% da população global, verifica-se a concentração de renda e a não distribuição de riquezas por meios de salários e empregos. Todavia, todos consomem e usufruem do mesmo oxigênio, da terra, água e outros elementos do espaço geográfico que sustentam a vida da humanidade (BARROCAL, 2020).

Este cenário de desigualdade de renda, de empregabilidade, de produção de bens e serviços traduz as dificuldades que as gerações presentes e futuras terão se os fins não estiverem alinhados com os meios, e se a intencionalidade e a práxis não forem inseridas no processo de socialização e do desejado desenvolvimento sustentável. A orientação das decisões precisa estar concentrada numa civilização do “ser”, com maior equidade na distribuição do “ter” e da renda, reduzindo as distâncias entre padrões de vida social e econômica, e aumentando o acesso aos recursos e serviços sociais, políticos, econômicos e culturais (IAQUINTO, 2018).

DIMENSÃO SOCIAL DA SUSTENTABILIDADE, DAS APRENDIZAGENS E DA COVID-19

Em 2020, durante a pandemia, o Estado se mobilizou para amenizar os efeitos das desigualdades socioeconômicas, como desemprego, estagnação econômica, dentre outras sequelas. Reproduziram-se mimetismos de iniciativas socioeconômicas, como a Renda Básica Emergencial (RBE). Isto ocorreu em nações do Ocidente ao Oriente, ou em países localizados entre as linhas abissais do norte e sul global.

A característica fundamental do pensamento abissal é a impossibilidade da co-presença dos dois lados da linha. O universo "deste lado da linha" só prevalece na medida em que esgota o campo da realidade relevante: para além da linha há apenas inexistência, invisibilidade e ausência não-dialética (SANTOS, 2007, p. 71).

Indubitavelmente, a pandemia ressaltou a condição e obrigação do Estado em oportunizar, àqueles que estão na periferia das estruturas sociais, a reintegração aos mecanismos de produção e do consumo de bens e serviços por meio de subvenções e subsídios. No Canadá, o auxílio emergencial denominou-se *Subvention Salariale d'Urgence du Canada* (GOUVERNEMANT DU CANADA), nas Filipinas *Emergency Subsidy Program* (ABAD, 2020) e no Brasil popularizou-se com a alcunha *Coronavoucher*, dentre outros.

Algum tipo de transferência de renda, como a RBE e o Programa Bolsa-Família, tornou-se um atendimento eventual e emergencial aos cidadãos excluídos das promessas de bem estar

disseminadas pelo ecodesenvolvimento proposto por Sachs. “Os objetivos do desenvolvimento são sempre sociais, há uma condicionalidade ambiental que é preciso respeitar, e finalmente, para que as coisas avancem, é preciso que as soluções pensadas sejam economicamente viáveis” (SACHS, 2009, p. 232).

No looping da montanha russa, onde podemos colocar a pandemia, a globalização procurou manter-se nos trilhos, ainda que estejamos diante das evidências de “exclusões sociais” desveladas até nas tipificações de distanciamento social: isolamento social vertical e horizontal, quarentena e execução compulsória - por meio de bloqueios socioeconômicos ou *lockdown*.

O vírus Sars-CoV-2 foi mais contundente nas consequências para aqueles indivíduos susceptíveis às más condições sociais, econômicas e ambientais. Por mais que a pandemia tenha sido um evento centrado em questões sanitárias, os efeitos socioeconômicos sugerem a ampliação de situações de vulnerabilidade social e necessidade de ressignificação. Segundo a médica e antropóloga Mendenhall (2017), o modo como pensamos sobre as patologias das doenças e o atendimento às pessoas afetadas pelas desigualdades econômicas e sociais influenciam na condução das agendas políticas, nas prioridades e na alocação de recursos.

Considerando que a dimensão social da sustentabilidade “atua na proteção da diversidade cultural, garantia do exercício pleno dos direitos humanos e combate à exclusão social (IAQUINTO, 2018, p. 167), a orientação da população para “ficar em casa”, deixou vulnerável esta dimensão. De forma semelhante, refletiram-se os efeitos sociais do “achatamento da curva” que visava mitigar a disseminação do vírus Sars-CoV-2. Pretendia-se não sobrecarregar as estruturas de saúde pública e privada, com o surto pandêmico, mas as demandas emergências da pandemia, protelaram os tratamentos pré-pandêmicos de enfermidades e comorbidades preventivas para assegurar o bem-estar pessoal.

Nesta perspectiva não significa dizer que as necessidades econômicas não são determinantes na qualidade de vida, mas que o sociopolítico coloca-se como dimensão ou dimensões importantes na medida em que permite ao cidadão construir representações acerca de seu sustento e de sua família, assim como do acesso às condições de melhorias de sua cidade, melhorias estas geradas pelas atividades econômicas no meio social, tais como disponibilidade de emprego com salários dignos; condições de qualificação; geração, distribuição e equidade de renda, e, dentre outras, o investimento e gerenciamento público que contemple a distribuição de riqueza pública associada à equidade do serviço com qualidade (SILVA *et al.*, 2012, p.26-27).

A pandemia exteriorizou paisagens e cenários ocultos pela sociedade idealizada, expondo os invisíveis, no caso os sem tetos, moradores de rua, migrantes, refugiados, dentre outros. Estas categorizações sociais mesclaram-se a aproximadamente 4,4 bilhões de seres humanos ou 55% da população mundial que estão presentes no cotidiano das cidades (UNITED NATIONS, 2020).

APRENDIZAGENS PARA A PRESENTE E AS FUTURAS GERAÇÕES

Depreende-se do fenômeno da Covid-19 a importância da compreensão da sustentabilidade no âmbito da complexidade das relações sociais para situar as desigualdades humanas, os ônus (responsabilidades) do sistema produtivo, e os bônus (equivalência) distributivos dos lucros para o bem-estar e a qualidade de vida dos seres humanos e do Planeta.

O "sujeito de seus próprios pensamentos", repele soluções alienadamente transplantadas, e privilegia os elementos da realidade cultural e os problemas enquanto possibilidades de aprendizado. Para Peroza (2014, p. 102), discutindo o educador Paulo Freire, a sabedoria de vida está no enfrentamento dos problemas e “encontra nas dificuldades sofridas uma lição que ajuda a lidar melhor com as futuras adversidades que, possivelmente, chegariam uma dia”. No nosso futuro comum, o desassossego provocado pela Covid-19 nos apresentou uma oportunidade para nos apropriarmos de saberes e conhecimentos da nossa realidade cultural, sem “a mimesis” de experiências exteriores e longínquas.

O conhecimento de que se trata não é o conhecimento técnico e dirigido a controlar o mundo externo, mas o autoconhecimento que propicia uma expansão da consciência [...] Sem autoconhecimento, todo saber pode tornar-se deletério. Não compreenderemos de fato, algo “fora” de nós, que não esteja em relação ao nosso ser, à nossa própria dimensão íntima (RAFFAELLI, 2004, p. 226).

O sujeito social pode reeducar-se ao tomar consciência de si e dos reflexos nas relações ambientais e socioeconômicas. Principia-se, no esforço temporal e intelectual, rever as perspectivas de tempo e espaço que o corpo delimita. Percebe-se um ser frágil, que necessita de elementos básicos para a sobrevivência, embora em sua temporalidade e espacialidade, a metafísica de suas crenças e ideais possibilitem subjugar e relativizar a vida cotidiana de milhões de outros seres humanos e a biosfera.

O evento sanitário é oportunidade para pessoas, organizações e instituição revisarem conceitos de vida, percepção de mundo, consciência de si mesmo, das relações, da estruturação e das finalidades que propõe a organização social, mesmo que os efeitos da pandemia sejam experimentados e sentidos de formas diversas. Independente de nível social e econômico, o fenômeno fez as pessoas se perceberem como sujeitos dentro de uma estrutura social hierarquizada, com diversidade linguística, e com diferenças abissais entre o emissor e o receptor, somadas aos ruídos e intencionalidades comunicativas.

Enquanto o ser humano utiliza todos seus meios e conhecimentos para tentar identificar e nominar os causadores e as causas do vírus Sars-CoV-2, e a busca por uma solução sanitária duradoura para a Covid-19, as ações de mitigação da pandemia, em especial o distanciamento social, exigiram resiliência do cidadão aos conceitos de vida e de sociedade.

A resiliência da organização social está sendo posta à prova: a) na forma e finalidade de ensino e aprendizagem dos sistemas educacionais (presencial e a distância); b) na mobilização das Tecnologias de Informação e Comunicação (TICs) por meio da cooperação e da concorrência; c) na evidência das fissuras socioeconômicas latentes no mundo do trabalho; d) nos preconceitos entre pessoas socialmente ativas e passivas; e) na necessidade de conhecimentos técnicos e científicos que possibilitam permutas na evolução cultural.

A pandemia do Coronavírus trouxe muitas formas de aprender, sobretudo aquelas fomentadas pelo medo da morte e pela invisibilidade do vírus. Houve a necessidade de aprendizagens com a busca da solidariedade alheia pessoal (vizinhos), comunitária (organizações) e institucional (Estado). Exemplifica-se com o pequeno país centro americano de Cuba. Destarte da situação quase secular (mais de 70 anos) de controle político e econômico interno e externo, a experiência médica de conhecimento e profissionais cubanos foi compartilhada antes da pandemia com países em desenvolvimento (Brasil), e no auge da Covid-19 com os mais desenvolvidos (Itália). Solicitou-se o destaque *nobel* da virtude caribenha na efetividade do trabalho local. Poder-se-ia recordar também a emergência de oxigênio no norte do Brasil, socorrido pelo país vizinho, a Venezuela.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Há dimensões de abordagem da sustentabilidade a serem implantadas sem divisões que delimitem as interações contínuas entre os seres humanos e o Planeta Terra. A sustentabilidade

ensina que o trabalho é um esforço para além da monetarização. Os estudos, pesquisas que possibilitaram a diminuição das consequências da pandemia não podem somente ser alvo de valoração monetária porque foi um esforço coletivo entre parceiros transfronteiriços.

O evento humanitário questiona se há prosperidade para as pessoas e o Planeta nas intenções e ações que estão sendo desenvolvidas. É um teste de revisão de indicadores, por meio de resultados alcançados e do que se pretende. É o conjunto de todas as notas unidas entre si que constitui a essência da vivência. No tripé da sustentabilidade a dimensão social demonstrou-se preponderante e até determinante nas prioridades, no caso a sobrevivência.

Neste texto, procuramos apresentar aspectos relacionais de aprendizagens, sustentabilidade e Covid-19, os quais estão sintonizados com as ideias de futuro comum e de satisfação de necessidades das gerações presentes e futuras. Para se crer que temos um futuro comum, e que a vida cotidiana apresenta parâmetros para as gerações futuras, faz todo sentido a utilização do avanço tecnológico e conceitual que o ser humano acumulou e registrou até o momento.

As epidemias são possibilidades de aprendizado se houver autorreflexão, sensibilidade e altruísmo, ou seja, capacidade de ver no outro um complemento da natureza. A espécie humana representa aproximadamente 0,01% dos seres vivos do planeta, contudo é desproporcional os efeitos que causa sobre as demais espécies como plantas, bactérias e animais.

O Sars-CoV-2 (Coronavírus) e a Covid-19 são acontecimentos sintomáticos da humanidade em desenvolvimento. Os vírus são parte da natureza, conviver com eles é um processo recíproco de conhecimento. O pós-Coronavírus será sentido e vivido de formas diferentes. Alguns setores sociais são mais sensíveis e terão de se adaptar às transformações ocasionadas pelo evento pandêmico moderno. Outros tentarão propor soluções que se revestem de tecnologias algorítmicas e inteligência artificial, mas talvez reproduzam apenas diferenças nos atributos e não nas essências das relações sociais. Mas, ainda assim, haverá múltiplas alternativas para reproduzir a simplicidade cotidiana, como a higienização e as relações de convivência social, entre pessoas anônimas com as mundialmente famosas, e a revisão da complexidade da interconexão da vida do cidadão moderno.

É a oportunidade da resiliência e do decrescimento como atitudes de transição do homem antropoceno para nova concepção de globalização. O decrescimento é uma

possibilidade crítica de revisão na produção e no consumo do estilo de vida individual e coletivo. A resiliência é uma necessidade exigida pela natureza à condição humana diante do “ponto de mutação” para a sustentabilidade. O resultado ainda é incerto, mas é certeza que a abordagem deverá ser interdisciplinar e compreender várias dimensões: ambientais, econômicas, territoriais, culturais, políticas, jurídicas, éticas e tecnológicas.

REFERÊNCIAS

ABAD, Michelle. **DSWD para LGUs: Distribua subsídio de emergência primeiro, validação posterior.** 16 abr. 2020. Disponível em: <https://www.rappler.com/nation/dswd-says-distribute-emergency-cash-aid-first-validation-later>. Acesso em: 30 ago. 2021.

BARROCAL, André. **Concentração de renda mostra “brasilianização do mundo”.** Carta Capital, Economia. 26 de janeiro de 2020. Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/economia/concentracao-de-renda-mostra-brilianizacao-do-mundo/>. Acesso em: 30 ago. 2021.

CÂMARA DOS DEPUTADOS. Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável da Câmara dos Deputados. **Ciclo de palestras e debates para a Rio+20 em busca de uma economia sustentável Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável 0 Rio+20.** Brasília, 2012.

CAMOLEZ, Edino. **As principais pandemias de gripe dos últimos séculos.** Qualittas. Artigos, 2 de abril de 2020. Disponível em: <https://www.qualittas.com.br/blog/index.php/as-principais-pandemias-de-gripe-dos-ultimos-seculos/>. Acesso em: 30 ago. 2021.

DE MASI, Domenico. **Coronavírus anuncia revolução no modo de vida que conhecemos.** Domenico De Masi relata drama na Itália. 22 mar 2020. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/ilustrissima/2020/03/coronavirus-anuncia-revolucao-no-modo-de-vida-que-conhecemos.shtml>. Acesso em: 30 ago. 2021.

FONSECA, Rodrigo; SERAPHIM, Milena. A tecnologia social e seus arranjos institucionais. In: DAGNINO, R. (org.). **Tecnologia social: ferramenta para construir outra sociedade.** 2. ed. rev. e ampl. Campinas: Komedi, p. 139-153. 2009. Acesso em: 30 ago. 2021.

GOUVERNEMANT DU CANADA. **Subvention salariale d'urgence du Canada.** Disponível em: <https://www.canada.ca/fr/agence-revenu/services/subvention/subvention-salariale-urgence.html>. Acesso em: 30 ago. 2021.

IAQUINTO, Beatriz Oliveira. A sustentabilidade e suas dimensões. **Revista da ESMESC**, v. 25, n. 31, p. 157-178, 2018. Disponível em: <https://revista.esmesc.org.br/re/article/view/187>. Acesso em: 28 ago. 2021.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **PNAD Contínua - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua.** Séries Históricas. 2021. Disponível

em: https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/trabalho/9173-pesquisa-nacional-por-amostra-de-domicilios-continua-trimestral.html?=&t=series-historicas&utm_source=landing&utm_medium=explica&utm_campaign=desemprego. Acesso em: 30 ago. 2021.

INTERNATIONAL LABOUR ORGANIZATION (ILO). **COVID-19 and the world of work**. Seventh edition. Updated estimates and analysis. 25 January 2021. https://www.ilo.org/wcmsp5/groups/public/@dgreports/@dcomm/documents/briefingnote/wcms_767028.pdf. Acesso em: 30 ago. 2021.

JUNIOR, João Ribeiro. **Fenomenologia**. São Paulo: Pancast, 1991.

LE BAILEY, David; COURAGE, Sylvain. Edgar Morin: A mundialização é uma interdependência sem solidariedade. Centro de Estudos Estratégicos da Fiocruz. Disponível em: <https://cee.fiocruz.br/?q=node/1171>. Acesso em: 30 ago. 2021.

MARTINS, Heloisa Helena T. de Souza. Metodologia qualitativa de pesquisa. Universidade de São Paulo. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 30, n. 2, maio-ago., p. 289-300. 2004.

MEADOWS, Donella H.; MEADOWS, Dennis L.; RANDERS, Jorgen; BEHRENS, William W. **The limits to growth**; a Report for the Club of Rome's Project on the Predicament of Mankind. New York: Universe Books, 1972. Disponível em: <http://www.donellameadows.org/wp-content/userfiles/Limits-to-Growth-digital-scan-version.pdf>. Acesso em: 27 ago, 2021.

MENDENHALL, Emily. Syndemics: a new path for global health research. **www.thelancet.com**, v. 389, March 4, p. 889-891. 2017.

MOREIRA, Paulo. **Comércio eletrônico: antes e depois da pandemia do coronavírus**. Disponível em: <https://www.ecommercebrasil.com.br/artigos/comercio-eletronico-antes-e-depois-da-pandemia-do-coronavirus/>. Acesso em: 30 ago. 2021.

NAÇÃO UNIDAS. **ONU prevê que cidades abriguem 70% da população mundial até 2050**. Clima e Meio Ambiente. 19 fevereiro 2019. Disponível em: <https://news.un.org/pt/story/2019/02/1660701>. Acesso em: 30 ago. 2021.

ORGANIZAÇÃO PAN-AMERICANA DA SAÚDE. OMS declara emergência de saúde pública de importância internacional por surto de novo coronavírus. Brasília, 30 de janeiro de 2020. Disponível em: <https://www.paho.org/pt/news/30-1-2020-who-declares-public-health-emergency-novel-coronavirus>. Acesso em: 28 ago. 2021.

PEROZA, Juliano. **Provocações antecipatórias ou a esperança como inédito viável: a contribuição do pensamento utópica de Paulo Freire para a formação de professores**. 295 f. Tese. Pontifícia Universidade Católica do Paraná. (PUCPR). Programa de Pós-Graduação em Educação. Escola de Educação e Humanidades. Curitiba, 2014.

RAFFAELLI, Rafael. Solaris: Conhecimento e autoconhecimento. Universidade Federal de Santa Catarina. **Psicologia USP**, v. 15, n. 3, p. 213-23, 2004.

SACHS, Ignacy. **A terceira margem, em busca do ecodesenvolvimento**. São Paulo: Cia das Letras, 2009.

SANTOS, Boaventura de Souza. Para além do pensamento abissal: das linhas globais a uma ecologia de saberes. **Novos estudos**. Centro Brasileiro de Análise e Planejamento (CEBRAP), 79, p. 71-94. 2007.

SILVA, Antônio Sergio; SOUZA, José Gilberto de; LEAL, Antônio Cezar. A sustentabilidade e suas dimensões como fundamento da qualidade de vida. **GeoAtos**. Revista Geografia em Atos. Departamento de Geografia da FCT/UNESP. Presidente Prudente, v.1, n. 12, jan.-jun., p. 22-42, 2012.

SOUSA, Janara. As sete Teses equivocadas sobre conhecimento científico: reflexões epistemológicas. **Ciências & Cognição**. v. 8, p. 143-152, 2006.

TRADING ECONOMICS. **United States Unemployment Rate. 2021**. Disponível em: <https://tradingeconomics.com/united-states/unemployment-rate>. Acesso em: 30 ago. 2021.

UNITED NATIONS. **Shared responsibility, global solidarity: responding to the socio-economic impacts of Covid-19**. March 2020. Disponível em: https://en.unesco.org/inclusivepolicylab/sites/default/files/publication/document/2020/4/sg_report_socio-economic_impact_of_covid19.pdf. Acesso em: 30 ago. 2021.

**DO NARRAR SOBRE NARRATIVAS: O PROJETO ANANSE NA ALFABETIZAÇÃO
EM CARÁTER REMOTO**

**OF NARRATING ABOUT NARRATIVES: THE ANANSE PROJECT IN REMOTE
LITERACY**

Recebido em: 15/09/2021

Aceito em: 03/12/2021

Fabiana Giovani¹ 

Ana Lúcia Machado² 

Resumo: Ao considerar a narrativa como um caminho de pesquisa e de se fazer ciência, bem como delegar a ela um fundamental papel na formação humana, objetivamos neste texto narrar sobre narrativas construídas por uma criança em fase de alfabetização, durante a participação em um projeto de leitura denominado Ananse, no Colégio de Aplicação da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). A reflexão ganha destaque, uma vez que ocorre num período singular no contexto em que está inserida que é a pandemia da Covid-19. Desse modo, a partir do saber de experiência, narramos como uma criança em fase de alfabetização está dialogando, por meio da escrita, com a literatura e com os conhecimentos que vem construindo sobre os textos de caráter narrativo. Com o apoio teórico-metodológico em autores como Bakhtin (1992) e Larrosa (2002), esperamos compartilhar - por meio da narrativa - como uma experiência mediada por uma tela de computador que, ao mesmo tempo em que torna-se um obstáculo direto é o único meio possível de garantir a interação, está sendo o ponto de partida e de emancipação, especialmente, na formação literária voltada para a humanização das crianças envolvidas.

Palavras-chave: Alfabetização; Literatura; Projeto De Leitura; Narrativa; Pandemia.

Abstract: By considering the narrative as a way of research and doing science, as well as delegating to it a fundamental role in human formation, we aim in this text to narrate about narratives constructed by a child in the literacy phase, while participating in a reading project called Ananse, at the College of Application of the Federal University of Santa Catarina (UFSC). The reflection is highlighted, since it takes place in a unique period in the context in which it is inserted, which is the Covid-19 pandemic. In this way, based on the knowledge of experience, we narrate how a child in the literacy phase is dialoguing, through writing, with literature and with the knowledge he has been building on narrative texts. With theoretical-methodological support from authors such as Bakhtin (1992) and Larrosa (2002), we hope to share - through narrative - as an experience mediated by a computer screen that, while it becomes a direct obstacle, is the only possible way to guarantee interaction is being the starting point and emancipation, especially in the literary education aimed at the humanization of the children involved.

Keyword: Literacy; Literature; Reading Project; Narrative; Pandemic.

¹ Professora adjunta na Universidade Federal de Santa Catarina. Doutora em Linguística e Língua Portuguesa pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (2010) e Pós doutorado no Departamento de Teorias e Práticas Pedagógicas da UFSCar (2017). E-mail: fabiana.giovani@ufsc.br

² Possui graduação em Curso de Pedagogia pela Universidade do Estado de Santa Catarina (1991) e mestrado em Mestrado Em Educação e Cultura pela Universidade do Estado de Santa Catarina (2000). E-mail: ana.lucia.machado@ufsc.br

INTRODUÇÃO

[...] narrar é nosso modo efetivo de existir. Contar ainda é, sob qualquer suporte, a maneira de garantir a história que nos pertence e à qual pertencemos e que faz nossa passagem neste planeta e universo, a história da humanidade: muitas versões (Colasanti).

Sem pedir licença, a pandemia da Covid-19 chegou ao mundo ao final do ano de 2019 e instaurou neste uma nova forma de ser e de estar. No Brasil, quase dois anos depois dos primeiros casos, somamos um total de 583.628 óbitos³ e, apesar de já termos um considerável público imunizado pela vacina, sofremos com as variantes que continuam atingindo o povo brasileiro. No âmbito escolar da educação básica, em 28 de abril de 2020, o Conselho Nacional de Educação, publicou o Parecer CNE/CP nº5/2020 que, além de tratar de questões como carga horária e gestão, dava orientações para o ensino nos diferentes níveis e modalidades da Educação Nacional em meio à pandemia.

O citado documento fazia referência às práticas não presenciais com o objetivo de minimizar a necessidade de reposição das aulas que foram canceladas tendo em vista o alto nível de contágio do vírus em ambientes fechados. Autorizava, então, o uso de meios digitais, de vídeos aulas, de plataformas digitais, de redes sociais, programas de televisão e rádio e de materiais impressos entregues às famílias dos alunos e alunas juntamente com guias e roteiros de orientação para o desenvolvimento do trabalho pedagógico de forma domiciliar (BRASIL, 2020).

A partir das indicações do parecer, os estudantes tiveram que se adaptar ao ensino remoto⁴, uma vez que umas das principais premissas contra a infecção em massa é o isolamento social. Ainda na expectativa de crer que o pior já passou e assistir ao fato de que o trabalho escolar esteja voltando próximo a sua normalidade, muitas escolas ainda continuam com suas atividades em caráter remoto na tentativa de preservar a saúde não só dos estudantes, mas de todos os envolvidos nessa dinâmica de interação.

³ Informação retirada do site <https://covid.saude.gov.br/> em 11/09/2021.

⁴ O ensino remoto em questão buscou oportunizar acesso temporário (enquanto ainda há riscos sanitários em decorrência da Covid-19) aos processos de ensino e aprendizagem combinando o uso das tecnologias da informação e comunicação, encontros síncronos via plataforma digital e roteiro de atividades pedagógicas não presenciais em consonância com Parecer CNE 05/2020.

⁵ Sobre o PNA de 2019, na impossibilidade de traçar neste texto maiores análises acerca do decreto, tendo em vista o objeto de estudo a que se propõe, sugerimos a leitura do artigo de MORTATTI da Revista OLHARES de novembro de 2019, onde a pesquisadora tece severas críticas ao documento. Consulta eletrônica em: <https://periodicos.unifesp.br/index.php/olhares/article/view/9980/7190>

O Colégio de Aplicação da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) é uma das instituições de educação básica que segue com o trabalho em caráter remoto no segundo semestre de 2021, atendendo aos estudantes de primeiro ano do ensino fundamental até o terceiro ano do ensino médio. Dentre as turmas atendidas, temos o segundo ano do ensino fundamental, cujo trabalho é voltado especificamente para a alfabetização das crianças conforme ressalta a BNCC (2017) - quando explicita que a alfabetização é o foco dos dois primeiros anos do Ensino Fundamental –, o próprio Decreto 9.765/ 2019 que trata do Plano Nacional de Educação³ e, como também, assinalam as diferentes políticas públicas ao longo da história da educação do Brasil desde o fim do século XIX, muito embora,

Do ponto de vista das políticas públicas nacionais, a alfabetização tem sido abordada prioritariamente tanto para dar direção de trabalho aos professores para o ensino da leitura e da escrita quanto para aplicar testes e provas para medir habilidades e competências dos alunos. A discussão fundamental sobre o por que alfabetizar, o que é alfabetizar e qual é o objeto em estudo nesse processo, questões tão caras à década de 1980, entra muito pouco em cena (GOULART, 2019, p. 13).

Por ser imprescindível refletir sobre esta fase tão importante na vida de uma criança, em qualquer época e contexto, objetivamos neste texto, narrar uma experiência vivida, tematizando uma proposta de trabalho com essa faixa etária e, como já dito anteriormente, que está sendo desenvolvida por meio das aulas em caráter remoto emergencial tendo em vista as questões sanitárias.

Ao partir da perspectiva narrativa, compartilhamos com Larrosa (2002) que narrar é um caminho de reflexão à medida que o sujeito ao narrar um acontecimento vivido, marca o que *lhe* passa, o que *lhe* acontece e, conseqüentemente, o saber de experiência compartilhado *o* transforma. Nossa narrativa sobre o vivido com a turma de segundo ano versará sobre a compreensão do gênero narrativo que uma criança da turma manifesta no retorno de suas escritas para o projeto de leitura Ananse do qual falaremos mais detalhadamente adiante. Trata-se, portanto de um duplo viés narrativo: por meio da narrativa, analisaremos a narrativa construída pela criança participante de um projeto que é desenvolvido semanalmente nas aulas em caráter remoto e que acreditamos tem contribuído não só para o processo de alfabetização em si, mas para a formação humanizadora das crianças envolvidas, uma vez que tem revelado crianças que mobilizam a escrita para registrar o seu ser/estar/ perceber o mundo. Neste sentido, em seu caráter dialógico, a narrativa se apresenta como metodologia e objeto do estudo a que se propõe e o discurso, a palavra da criança, uma possibilidade de garantir seu direito à expressão, sendo esta o ponto ao mesmo tempo de partida e de emancipação.

Para organizar a nossa narrativa de experiência, estruturamos o texto da seguinte forma: na primeira sessão, trazemos os pilares teórico-metodológicos no qual falamos da pesquisa narrativa e de nossa compreensão sobre alfabetização por meio da leitura e da escrita, bem como da formação do leitor literário. Na segunda sessão, dedicamo-nos a narrar o projeto Ananse com suas ações e interações. A terceira sessão, apresentamos e analisamos um fruto do projeto: dois momentos de escrita narrativa elaborada por uma das crianças do projeto. Por fim, encerramos nossa narrativa com as considerações finais.

O NARRAR COMO FORMA DE COMPREENDER O PESQUISADOR E O SEU OUTRO

Estabelecemos como ponto de partida uma consideração de Giovani (2010) sobre o fato de que a narratividade está presente sempre que o homem enuncia. Desse modo, é produtivo considerá-la como princípio enunciativo com presença quase compulsória - em maior ou menor grau - em qualquer texto estudado. A narrativa pode ser considerada então um gênero que faz parte da história da humanidade e, portanto, também da ciência, uma vez que a experiência da narrativa faz parte da constituição do sujeito.

Lima (2005) afirma que ainda é controvertido o lugar e o papel da narrativa na construção do conhecimento, sobretudo no que diz respeito às produções acadêmicas. Muitas são as objeções feitas a esse gênero vinculadas a concepções que o reduzem à condição de mera 'contação de casos'. A autora ao posicionar-se contra essa visão reducionista que confere à narrativa um lugar de desprestígio, afirma que o narrar é viagem de formação, e viagem implica sempre ir de algum lugar para outro. Refazer caminhos. Permite então indagar de onde viemos e como ao final chegamos transformados. Gagnebin (1999) expõe que o homem aprende narrando, ainda que os textos científicos se orientem por um outro gênero discursivo no qual os sujeitos não têm lugar. Na mesma esteira, Geraldi (2009) reconhece que o que torna algo narrável é o presente; sem ele ninguém narra nada. Para o autor, o momento da narrativa é o momento presente da enunciação, marcado por este e não pelo tempo do acontecimento. O próprio processo de narrar é ele próprio um evento que revela a relação dialógica entre o eu e a cultura.

Como pesquisadoras, ao apoiarmo-nos na pesquisa narrativa por todos os motivos elencados anteriormente, temos por interesse olhar para uma narrativa construída pela criança durante um projeto de leitura desenvolvido nas aulas remotas durante a pandemia. Antes de prosseguirmos, precisamos delimitar o lugar teórico do qual lançamos o nosso olhar.

A escola, a principal instituição responsável pelo processo de alfabetização, somente nas últimas décadas atingiu sua universalização, pelo menos nos contextos urbanos, onde as políticas públicas de erradicação do analfabetismo foram mais contundentes. Entretanto, a universalização da escola ainda não nos garantiu a universalização da alfabetização e do letramento a partir de práticas sociais discursivas e dialógicas (BORTOLOTTI, 1998). Questão que, em meio as restrições ocasionadas pela pandemia, se agravaram ainda mais.

Compreendemos a alfabetização –envolvimento da criança com a leitura e escrita – como um processo discursivo, ou seja, é na e pela linguagem enquanto uma forma de inter(ação) que se dá a constituição de sujeitos únicos, irrepetíveis e singulares. Bakhtin e seu Círculo de estudos (1992) sustentam teoricamente este ponto de vista. Segundo os autores, não são palavras que pronunciamos ou escutamos, mas verdades ou mentiras, coisas boas ou más, importantes ou triviais, etc. E, neste sentido

[...] concebemos o processo de alfabetização de modo dialético e dialógico, caracterizado pela reconstituição contínua do universo de referências das pessoas, não só linguísticas, portanto, gerando transformações e mudanças qualitativas no entendimento que possuem de mundo (GOULART, 2019, p. 14).

Giovani (2006) argumenta que a alfabetização não implica apenas a aprendizagem da escrita de letras, palavras ou orações. Tampouco envolve simplesmente uma relação da criança com a escrita. Assim, a criança pode escrever para si mesma, palavras soltas ou listas para não esquecer ou para organizar o que já sabe. Pode ainda tentar escrever um texto, mesmo que fragmentado, para narrar, registra ou apenas dizer. O importante é saber que essa escrita necessita ser, incondicionalmente, permeada por um sentido, por um desejo, além de implicar ou pressupor, sempre, um interlocutor. Nas palavras de Smolka:

A alfabetização implica, desde a sua gênese, a constituição do sentido. Desse modo, implica, mais profundamente, uma forma de interação com o outro pelo trabalho da escritura - para quem eu escrevo o que escrevo e por quê (SMOLKA, 1993, p. 69).

No bojo dessa reflexão, trazemos a importância da literatura na interação das crianças com a linguagem na escola, o que contribui para a formação humanizada do sujeito. Entendemos que a literatura, patrimônio de toda humanidade, é imprescindível para a promoção da democracia, apropriação e ressignificação de conceitos como alteridade, liberdade,

socialização e cultura. Os inúmeros contatos com a literatura oportunizam refinamento do olhar sobre o mundo, sobre a relação entre eu e o outro. Nos permitem *entender e conhecer o mundo feito linguagem* (Cosson, 2018). Cabe, então, à escola ampliar os contatos e espaços para as diferentes linguagens da arte, e no nosso caso em particular, para a literatura, arte, vida e responsabilidade:

Ler é dialogar? É. Ler é duvidar? É. Ler é entender o significado das coisas, e por isso entender o outro? É. Ler é se transformar através do sentido que a palavra produz? É. Então ler um bom livro é sempre garantir a mudança: nós nunca seremos os mesmos depois de terminada a leitura. Terminada no papel e continuada na vida! (SISTO, 2001, p. 30).

Ao pensar em um trabalho de alfabetização em caráter remoto, destacamos a importância do trabalho com a linguagem em diálogo com a literatura sendo intermediado por uma tela de computador. Aí entra em cena a importância de projetos de leitura como o Ananse que abre o universo de possibilidades das crianças com textos, especialmente, as narrativas. Nesse sentido, Bruner (1998) define a narração como sendo um modo especial de se pensar e, provavelmente, o mais natural e o primeiro, com a base no qual se organiza a própria experiência. E, para consolidar esse pensamento, vem à luz a ideia de Eco (1995) de que a narratividade talvez seja a maneira como se constitui o próprio mundo mental.

Com base nesses pressupostos teórico-metodológicos, vamos narrar a constituição do projeto Ananse e, posteriormente, apresentar a produção narrativa de uma das crianças participantes. A opção por narrar as memórias tem por intuito fugir de uma investigação positivista que pode ditar normas, acertos e erros. Para tanto, apoiamo-nos nas palavras de Bakhtin ao afirmar que

Não se podem contemplar, analisar e definir as consciências alheias como objetos, como coisas: comunicar-se com elas só é possível dialogicamente. Pensar nelas implica conversar com elas, pois do contrário elas voltariam imediatamente para nós o seu aspecto objetificado: elas calam, fecham e imobilizam-se nas imagens objetificadas acabadas (BAKHTIN, 1997, p. 68).

ERA UMA VEZ... O ANANSE

Em sua obra “De olho nas penas”, Machado (1983) nos dá a conhecer a lenda africana da aranha Ananse que, entediada e preocupada com a posse dos deuses sobre todas as histórias,

decide trazê-las ao mundo para compartilhar com o povo de sua aldeia. Após enfrentar certos desafios, eis que Ananse consegue espalhar as histórias pelo mundo e elas, cada vez mais e mais, estão entre nós até hoje.

Sem dúvida, ao contar histórias, oferecemos às crianças um arsenal de vivências e de personagens para brincar de viver. São como tapumes com os quais construirão casas, cidades e avenidas onde morar e por onde transitar. O mais decisivo, porém, durante esses anos, talvez nem sejam esses tapumes, mas a argamassa com a qual eles se sustentarão. Talvez, antes da história, antes dos personagens e dos episódios que possamos combinar, esteja a voz que nunca sabemos de quem é, de onde vem nem para quem fala, que se desvanece ao aparecer e que, entretanto, está sempre ali. A voz que é e não é nossa, e que para cada pessoa é tão singular quanto as impressões digitais (GOLDIN, 2012, p. 46).

Esta lenda serviu de inspiração para uma professora alfabetizadora desenvolver um projeto de leitura com os seus estudantes nas aulas em caráter remoto, mediadas pela tela do computador e/ou do celular. Desse modo, o Ananse, revozeado pela professora da turma, seleciona a cada semana um texto literário para ser lido e discutido. Após o diálogo instaurado pela obra, as crianças são convidadas a registrarem – por escrito e por meio do desenho – a parte da qual mais gostaram.

A forma de interlocução escolhida pela professora por meio do projeto de leitura não objetiva apenas trabalhar com aspectos da linguagem, nem trazer a literatura em um viés moralizante, por exemplo. Como afirmam Giovani e Machado (2021), a concepção do projeto e o seu nome se tramam no contexto da pandemia de Covid-19, um difícil momento de isolamento social de perdas, angústias, frustrações, inseguranças, recolhimentos e isolamentos, e a possibilidade de liberdade, fruição e esperança pode ser instaurado pelo caráter humanizador da literatura:

Porque a literatura, mesmo assim, é uma metáfora da vida que continua reunindo quem fala e quem escuta num espaço comum, para participar de um mistério, para fazer que nasça uma história que pelo menos por um momento nos cure de palavra, recolha nossos pedaços, junte nossas partes dispersas, transpasse zonas mais inóspitas, para nos dizer que no escuro também está a luz, para mostrarmos que tudo no mundo, até o mais miserável, tem seu brilho (ANDRUETTO, 2012, p. 24).

Em trabalho anterior, Giovani e Machado (2021) afirmam que as histórias de Ananse são escolhidas respeitando-se e levando-se em conta um espectador que, mesmo de pouca idade, tem plurais domínios e entendimentos acerca do mundo, marcados, no atual momento, por um

turbilhão de incertezas, informações e afetos impensados poucos anos atrás. Ainda segundo as autoras, este espectador é respeitado na sua inteligência, na sua capacidade de significar e reverberar as questões que lhe atingem. É respeitado na sua capacidade de expressar, de distintas formas, novas sínteses, suas autorias, suas criações de linguagens. E neste sentido, a escolha das histórias, envolve sempre uma preocupação com a obra literária no seu todo: enredo, projeto gráfico, a ampliação vocabular, a relação texto e imagem, o respeito às diferentes culturas e, também e não menos importante, o conceito de criança e infância que a transpassa.

No cenário do no auge de seu desenvolvimento momento, podemos afirmar que Ananse trouxe muitas histórias para compartilhar com as crianças da turma e inúmeras outras seguem esperando o momento de se apresentarem. Com um pouco mais de cinco meses de vida, o projeto já tem rendido bons frutos ao longo do processo. Tem, portanto, cumprido o seu papel de aproximar os pequenos espectadores ao mundo da cultura por meio da literatura, especialmente num tempo tão singular que é o da pandemia da Covid-19, oportunizado, assim, inúmeras outras referências ao universo simbólico.

AS NARRATIVAS DO ESTUDANTE LUCCA EM RESPOSTA AO ANANSE

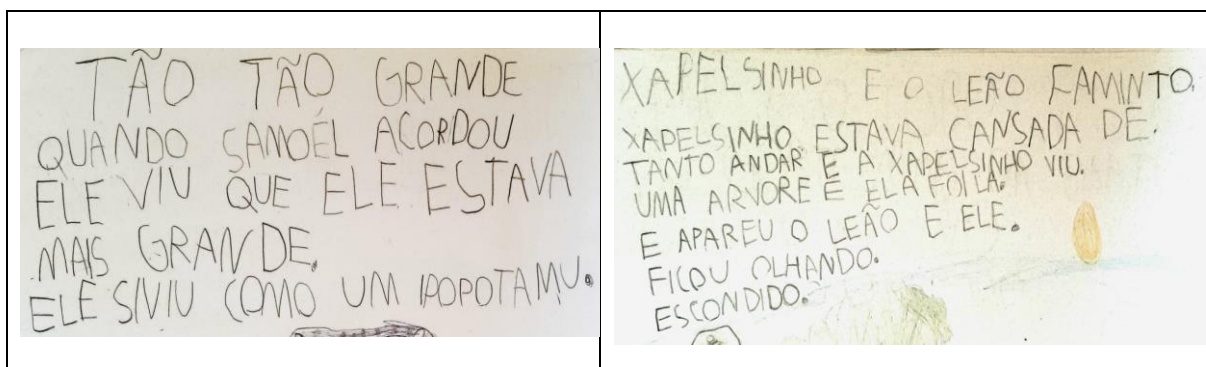
Se a alfabetização já é um processo singular não só para o professor alfabetizador, mas, principalmente, para as crianças que estão se apropriando de uma nova forma de linguagem, a escrita, imagine as agruras de desenvolver esse trabalho com uma tela de computador que ao mesmo tempo em que é obstáculo direto é o meio possível.

Ao ter o Ananse como interlocutor e incentivador desse processo com os estudantes, é possível acompanhar o diálogo que cada uma das crianças tem estabelecido com a leitura e a escrita. Lucca é uma dessas crianças. Aos sete anos, na sala do 2º ano do Colégio de Aplicação da UFSC, aguarda ansiosamente os dias de Ananse e produz os seus textos reescrevendo as narrativas contadas. Para elucidar a nossa narrativa, vamos apresentar dois de seus momentos de escrita a fim de compreender um pouco melhor o seu processo de inter(ação) com a escrita por meio da narrativa.

No primeiro momento, temos duas narrativas construídas por Lucca representativas dos primeiros meses do projeto: a primeira em diálogo com a história “Tão tão grande” de Catarina

Sobral (2019) editado pela Carochinha, e a segunda com a história “Chapeuzinho e o Leão faminto” de Alex T. Smith (2019) editado pela Brinque-Book.

IMAGEM 1 – 1º MOMENTO DE PRODUÇÃO NARRATIVA



Fonte: Própria

Observa-se nas narrativas escritas uma tentativa do autor Lucca em contar a história com um início e um acabamento. Para tanto, ele estabelece uma linha cronológica de acontecimentos e os narra de forma indireta, colocando o personagem como o protagonista das ações. Na primeira história, Samuel acorda, vê que estava maior e se imagina um hipopótamo. Na segunda, Chapeuzinho, cansada de andar vê uma árvore e senta para descansar, momento em que aparece o leão e a observa escondido.

É interessante notar que o discurso indireto assumido pela criança traz informações do lugar de um narrador onisciente, uma vez que o mesmo conhece a história e os detalhes da trama. Na primeira narrativa, o menino se sente grande e se vê um hipopótamo. Na segunda, a Chapeuzinho para de andar pelo cansaço e o leão a observa escondido.

Em ambos os textos, temos uma manipulação de elementos da linguagem em favor da narrativa contada. Nota-se que a criança faz uso de advérbios para tornar a ideia exposta mais completa:

QUANDO SAMOEL ACORDOU...

XAPELSINHO ESTAVA CANSADA DE TANTO ANDAR...

Há também uma certa compreensão da pontuação, uma vez que em mais de um momento em cada texto é marcado com o ponto final. Um exemplo interessante do uso está na passagem:

E APARECEU O LEÃO E ELE.

FICOU OLHANDO.

ESCONDIDO.

Quanto ao domínio do sistema alfabético ortográfico da língua, é possível reconhecer que o estudante está em processo de aprendizagem e as suas escolhas evidenciam um conflito relacionado a escolha de fonemas, o que é compreensível nesta fase vivida:

Hipopótamo é grafado por IPOPOTAMU

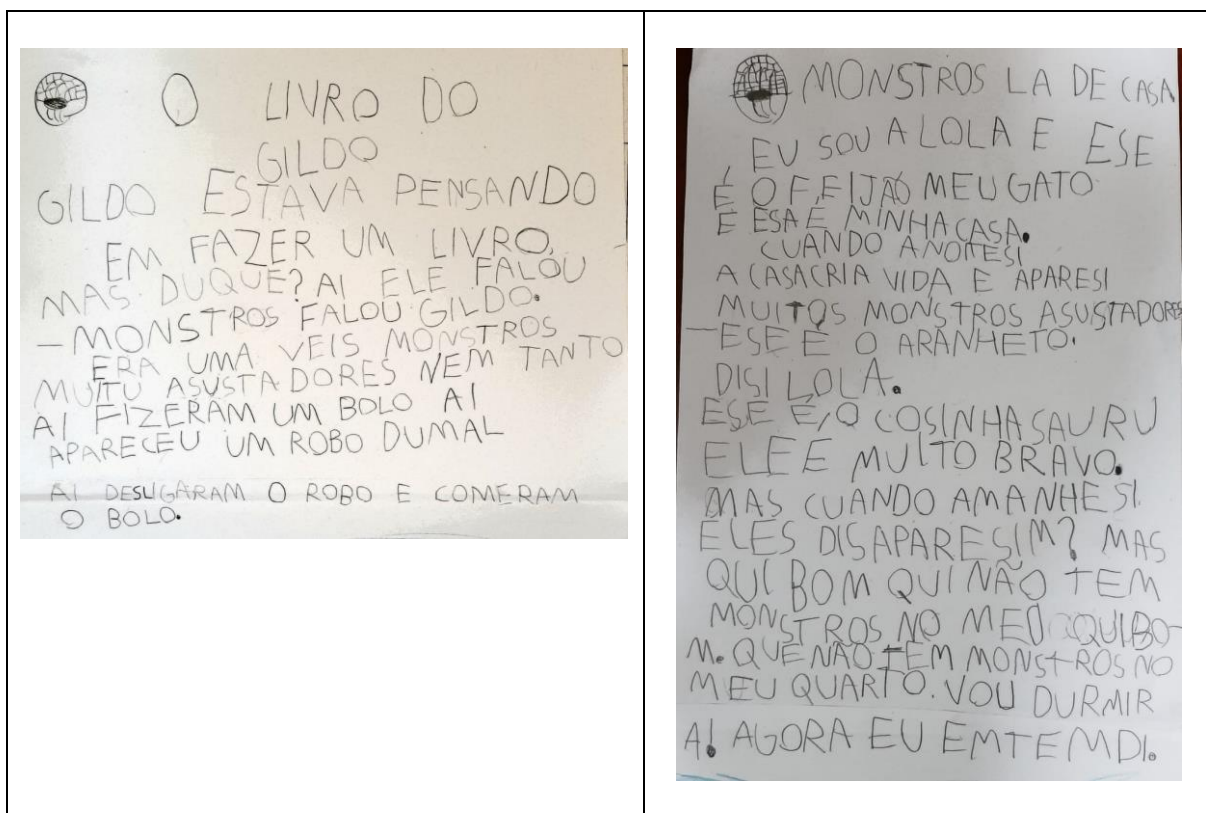
Chapeuzinho é grafado por XAPELSINHO

Ainda sobre o domínio da escrita, é interessante observar a questão da acentuação gráfica no texto de Lucca. “SAMOÉL” é acentuado talvez pelo “E” aberto. Por outro lado, temos a palavra “ARVORE” que não é ainda acentuada pelo estudante.

As narrativas produzidas pelas crianças iam abrindo um universo de possibilidades de trabalho com a linguagem que a professora segue construído de forma remota. Obviamente, ela não consegue trabalhar com toda a riqueza advinda das narrativas construídas pelas crianças porque, ao abrir o mundo para a escrita, ela não consegue prever tudo o que pode aparecer como retorno das crianças. Ao mesmo tempo, a narrativa lida pelo Ananse e a proposta de reescrita tem sido um incentivo de grande valia para que as crianças ousem trilhar o caminho de possibilidades de construção do dizer, no mundo com o outro e para o outro.

Para compreender a afirmação acima e acompanhar o avanço das crianças no decorrer do processo, apresentamos mais duas narrativas de Lucca construídas no terceiro trimestre do ano letivo. Trata-se de outras duas histórias trazidas por Ananse: a primeira é a “O livro de Gildo” de Silvana Randon (2018) editado pela Brinque-Book, e a segunda “Monstros lá de casa” de Eleonora Marton (2020) editado pela Peirópolis.

IMAGEM 2 – 2º MOMENTO DE PRODUÇÃO NARRATIVA



Fonte: Própria

Ao olhar para as duas narrativas representativas do segundo momento, conseguimos acompanhar um avanço da criança na manipulação seja da língua escrita seja de aspectos específicos do gênero narrativo. Sobre este último, notamos uma complexidade e ampliação dos elementos narrativos explicitados nos textos, especialmente, se comparados aos textos do momento anterior. Na primeira narrativa, o personagem Gildo pensa em fazer um livro, questiona-se sobre a possível temática que ele mesmo responde – monstros - e a narrativa finaliza com a história criada por Gildo, já que o monstro criado era assustador, mas nem tanto. Após a sua criação, fizeram um bolo, aparece na história (dentro da história) outro personagem, o robô do mal, que é desligado para eles comerem o bolo. Já na segunda narrativa, Lola assume a palavra desde o início ao se apresentar juntamente com o seu gato Feijão e à sua casa. Em seguida, aparece uma voz narrativa para explicar que a casa ganha vida ao anoitecer, alguns monstros são apresentados, mas eles deixam de existir no amanhecer. Lola assume a voz para expressar a alegria de não ter monstros em seu quarto, mas ao ver sombras (parte não explicitada

na narrativa) ela solta uma exclamação “Ah!” para explicar o fato de que entendeu o que acontecia na aparição dos monstros.

Um fato que desperta a atenção é a tentativa da criança em manipular o discurso direto em sua escrita. Assim, Lucca traz a voz das personagens para o texto, em uma mescla entre personagem, narrador, seja este personagem, observador e/ou onisciente. Nota-se que a criança já introduz elementos que introduzem a fala do personagem como, por exemplo, verbo dicendi:

(...) **AI ELE FALOU**
_ MONSTROS FALOU GILDO.

No exemplo, a introdução da fala do personagem aparece antes e depois da mesma, sendo que na segunda ocorrência, não há a separação entre a voz da personagem e a voz do narrador, mas há o uso do travessão para marcar o discurso direto.

Sobre este aspecto, na segunda narrativa, há momentos em que a voz da personagem é marcada pelo travessão e outras aparecem sem a marcação gráfica específica de discurso direto:

1- (...) **_ ESSE É O ARANHETO.**
DISI LOLA.

2- **A! AGORA EU EMTEMDI.**

A opção por diferentes formas de discurso – indireto ou direto – fica evidente já no início das duas narrativas:

GILDO ESTAVA PENSANDO EM FAZER UM LIVRO...
EU SOU A LOLA E ESE É O FEIJÃO MEU GATO...

É possível observar, neste segundo momento, uma maior compreensão das partes constituintes da narrativa – introdução, desenvolvimento e conclusão – sendo que o uso de conectivo como “mas” é utilizado com segurança:

GILDO ESTAVA PENSANDO EM FAZER UM LIVRO, MAS DUQUE?
CUANDO ANOITESI A CASA CRIA VIDA (...) MAS CUANDO AMANHESI ELES DISAPARECIM?

Em ambos exemplos acima, podemos notar ainda o uso do ponto de interrogação como uma estratégia de manter possivelmente uma interação com o seu interlocutor. Quanto ao domínio da língua escrita, há inúmeros problemas naturalmente. É fato que quanto mais a

criança se arrisca em sua interlocução, mais problemas da ordem do sistema normativo podem aparecer. Entretanto, é possível perceber o quanto dos elementos da estrutura da linguagem escrita estão presentes nas suas produções, evidenciando a discursividade e o dialogismo no processo de apropriação e ressignificação da linguagem escrita. Algo nos interessa mais do que olhar para as faltas cometidas por Lucca em suas produções narrativas e para o qual queremos direcionar o olhar do leitor: para uma criança que está em período de alfabetização, ou seja, está em seus primeiros passos de contato e diálogo com uma outra forma de linguagem - a escrita - e num contexto específico, já que participa das aulas em caráter remoto devido a uma pandemia que mal sabemos quando será totalmente controlada, pensamos na grande contribuição que tem sido proporcionada pelo Ananse.

Olhar a produção, as narrativas de Lucca, a partir das proposições do Ananse, nos sugere entender o quanto a escola, mesmo em caráter remoto, pode oportunizar a ampliação do que dizer, ao mesmo tempo em que também oportuniza de forma reflexiva e dialógica, formas de fazê-lo, compreensão acerca do mundo e do estar no mundo, empoderamento e autoria

Com o exercício do dizer das crianças pela escritura, das várias posições que elas vão ocupando, dos distintos papéis que elas vão assumindo – como leitoras, escritoras, narradoras, protagonistas, autoras...—vão emergindo e se explicitando não só diferentes funções, mas as diversas falas e lugares sociais (SMOLKA, 2012, P.154).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao tomarmos como ponto de partida a importância da narrativa na formação humana e na ciência, assumimos o lugar da contação de histórias para narrar sobre narrativas produzidas uma criança em fase de alfabetização em diálogo ao Projeto Ananse, experiência vivida em caráter remoto, durante o período de pandemia da COVID-19.

Acreditamos que tenha ficado explícito por meio da narrativa que o envolvimento com projeto de leitura e, principalmente, com literatura, é um caminho possível e viável para minimizar as mazelas deixadas pela pandemia e seu rastro de destruição. Por meio da análise das narrativas construídas por Lucca foi possível acompanhar não só um movimento relacionado ao processo de alfabetização em si, mas o quanto o estudante está manipulando conhecimentos sobre os textos, sobre a vida, uma vez que, por meio da narrativa, ele marca o seu lugar no mundo.

Obviamente, sabemos que o projeto Ananse é uma pontinha do Iceberg da educação básica brasileira que por muito tempo vai sofrer os impactos da pandemia. Mas, acreditamos que a narrativa, seja no campo da ciência, seja na sala de alfabetização, sempre será um apoio para que o bloco de gelo derreta e para que possamos ter o período gélido aquecido e transformado em outras narrativas de experiência.

REFERÊNCIAS

ANDRUETTO, M. T. **Por uma literatura sem adjetivos**. São Paulo: Pulo do gato, 2012.

BAKHTIN, M. **Estética da criação verbal**. São Paulo: Martins Fontes, 1992.

BRASIL. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília: MEC, 2017. Disponível em: http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNC_C_20dez_site.pdf. Acesso em: 22 de dezembro de 2017.

BRASIL. **Plano Nacional de Educação 2014-2024** [recurso eletrônico]: Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014, que aprova o Plano Nacional de Educação (PNE) e dá outras providências. – Brasília: Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2014.

BRASIL. Portaria MEC n. 544/2020 – Dispõe sobre a substituição das aulas presenciais por aulas em meios digitais, enquanto durar a situação da pandemia do novo coronavírus – Covid-19, e revoga as portarias MEC nº473, de 12 de maio de 2020, Brasília, 2020, Brasília, 2020. Disponível em: <https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/portaria-n-544-de-16-de-junho-de-2020-261924872>

BORTOLOTTI, N. **A interlocução na sala de aula**. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

BRUNER, J. **Realidade mental, mundos possíveis**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1998.

COLASANTI, M. **Como se fosse um cavalo**. São Paulo: Editora Pulo do Gato, 2012.

COSSON, R. **Letramento literário: teoria e prática**. São Paulo: Contexto, 2018.

ECO, H. **A ilha do dia anterior**. 5. ed. Rio de Janeiro: Record, 1995.

GAGNEBIN, J. M. **História e narração em Walter Benjamin**. 2. ed. São Paulo: Perspectiva, 1999.

GERALDI, J. W. Deslocamentos no ensino: de objetos a prática; de práticas a objetos. Apresentado na mesa-redonda “Gêneros discursivos e ensino”, no **XIX Seminário do CELLIP**. Unioeste, Cascável, 2009.

GOLDIN, D. **Os dias e os livros: divagações sobre a hospitalidade da leitura.** São Paulo: Editora Pulo do Gato, 2012.

GIOVANI, F. **O texto na apropriação da escrita.** 2006. 137 f. Dissertação (Mestrado em Educação). Depto de Metodologia de ensino, Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2006.

MARTON, E. **Monstros lá de casa.** São Paulo: Peirópolis, 2020.

GIOVANI, F.; MACHADO, A. L.; OLIVEIRA, L. G. No meio do caminho tinha uma pandemia: alfabetização, letramento e a formação do leitor literário por meio do projeto Ananse. **Revista Sobretudo**, 2021.

LARROSA, J. Notas sobre a experiência e o saber da experiência. **Revista Brasileira da Educação**, Rio de Janeiro, n. 19, jan./abr. 2002. p. 01-11.

LIMA, M. E. C. C. **Sentidos do trabalho: A educação continuada de professores.** Belo Horizonte: Autêntica, 2005.

MACHADO, A. M. **De olho nas penas.** Rio de Janeiro: Salamandra, 1983.

MACHADO, A. M. **Ponto de fuga: conversas sobre livros.** São Paulo: Companhia das Letras, 2016.

RANDO, S. **O incrível livro do Gildo.** São Paulo: Brinque-Book Editora de livros, 2018.

SISTO, C. **Textos e pretextos sobre a arte de contar histórias.** Chapecó: Argos, 2001.

SMITH, A. T. **Chapeuzinho e o leão faminto.** São Paulo: Brinque-Book, 2019.

SMOLKA, A. L. B. **A criança na fase inicial da escrita: a alfabetização como processo discursivo.** São Paulo: Cortez, 2012.


SOBRAL, C. **Tão, tão grande.** São Paulo: Editora Carochinha, 2019.


**DESINFORMAÇÃO E COVID-19: UMA VISÃO INTERDISCIPLINAR DA
COMUNICAÇÃO POLÍTICA**

**MISINFORMATION AND COVID-19: AN INTERDISCIPLINARY VISION OF
POLITICAL COMMUNICATION**

Recebido em: 15/09/2021

Aceito em: 20/02/2022

Ivana Cláudia Guimarães De Oliveira¹ 

Rodolfo Silva Marques² 

Mário Camarão França Neto³ 

Resumo: A pandemia da Covid-19 trouxe implicações, consequências e atitudes em escala global, despertando um conjunto de reflexões a respeito de como o governo federal, no Brasil, lida com a saúde coletiva da população. Propõe-se, neste trabalho, a discussão da desinformação gerada pelo presidente Jair Bolsonaro (no período analisado, sem partido-RJ) no combate ao vírus. O recorte da pesquisa considera as declarações presidenciais no período de um ano – de março de 2020 e março de 2021 –, basicamente em falas públicas, em contextos episódicos, no período em que a pandemia se alastrava no território brasileiro, na chamada “primeira onda” da doença no país. Usam-se os métodos da revisão de literatura e da discussão qualitativa de dados secundários para atingir os objetivos da pesquisa. Busca-se, com uma perspectiva da Comunicação Política e com um viés interdisciplinar, entender os objetivos de um discurso contrário à ciência, com o uso da linguagem distorcida para desinformar, por parte de Jair Bolsonaro. Os resultados encontrados evidenciam a “estratégia” sistemática presidencial de desinformar e confundir os interlocutores.

Palavras-chave: pandemia; saúde coletiva; desinformação; interdisciplinar.

Abstract: The Covid-19 pandemic brought implications, consequences and attitudes on a global scale, awakening a set of reflections on how the federal government, in Brazil, deals with the collective health of the population. In this work, it is proposed to discuss the disinformation generated by President Jair Bolsonaro (in the analyzed period, without a party-RJ) in the fight against the virus. The research clipping considers the presidential statements in the period of one year – from March 2020 to March 2021 –, basically in public speeches, in episodic contexts, in the period when the pandemic was spreading in Brazilian territory, in the so-called “first wave”. ” of the disease in the country. Methods of literature review and qualitative discussion of secondary data are used to achieve the research objectives. It seeks, with a perspective of Political Communication and with an interdisciplinary bias, to understand the objectives of a discourse contrary to science, with the use of distorted language to misinform, by Jair Bolsonaro. The results found show the systematic presidential “strategy” of misinforming and confusing interlocutors.

Keyword: pandemic; collective health; misinformation; interdisciplinary.

¹Doutora em Ciências do Desenvolvimento Socioambiental pelo Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido (PPGDSTU), no Núcleo de Altos Estudos da Amazônia (NAEA) da Universidade Federal do Pará (UFPA); Mestra em Planejamento do Desenvolvimento Sustentável, pelo mesmo programa. E-mail: ivana.professora@gmail.com.

² Professor Adjunto da Faculdade de Estudos Avançados do Pará (FEAPA) – Belém-PA-Brasil. É mestre em Ciência Política pela Universidade Federal do Pará (UFPA) e doutor em Ciência Política pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). E-mail: rodolfo.smarques@gmail.com.

³ Coordenador dos Cursos de Comunicação Social da Universidade da Amazônia (UNAMA) – Belém-PA-Brasil. Mestre em Ciências da Comunicação pela Universidade do Minho (UM / Portugal). Atualmente, cursa doutorado em Cibercultura e Redes de Informação – Ciências da Comunicação, na UM. E-mail: mariocamarao@gmail.com.

INTRODUÇÃO

A pandemia de Covid-19 trouxe evidências de grandes mudanças na vida cotidiana da população mundial. O discurso negacionista de políticos contribuiu para o agravamento da crise sistêmica (política, econômica, social e sanitária) que se alastrou em países como o Brasil. É essencial pensar como as linguagens e tecnologias caminham paralelamente e isso interfere diretamente na maneira de se comunicar com os diferentes públicos.

Como toda forma de comunicação tem uma intencionalidade, os recursos e estratégias disponíveis compõem um cenário representativo nesse campo de interações. No presente dossiê, com discussões a respeito das linguagens e tecnologias, busca-se um recorte empírico de pesquisa a respeito dos eixos desinformação, a partir de discursos e falas públicas do presidente do Brasil, Jair Bolsonaro, a respeito da pandemia de Covid-19, no país, entre março de 2020 e março de 2021.

Em 11 de março de 2020, a Organização Mundial da Saúde (OMS) comunicou que o planeta vivia uma pandemia, provocada pela chegada do novo coronavírus (Sars-Cov-2). Naquele dado momento, com a expansão da doença na China e com a confirmação de 118 mil infecções em mais de 100 países, foi feito o alerta global por Tedros Adhanom, diretor-geral do órgão multilateral⁴, para que esforços no sentido de protocolos de saúde fossem aplicados para a contenção da disseminação do vírus.

Os veículos de comunicação, com os recursos tecnológicos disponíveis, e nas mais diferentes linguagens, reforçaram os temores e a magnitude da pandemia. Em 23 de março de 2020, em carta para líderes políticos, a OMS decretou a Covid-19 como uma pandemia apocalíptica⁵, absolutamente sem precedentes na história contemporânea.

A OMS demonstrou grande preocupação, nos primeiros meses da pandemia, com a divulgação de notícias falsas e processos de desinformação através de plataformas digitais como o *YouTube* e o *Twitter*. As informações falsas, além de confundir, corroboram para um cenário mais preocupante na saúde mental das pessoas, gerando angústia e medo.

A pandemia de covid-19 trouxe modificações em proporções mundiais, trazendo à lume discussões e reflexões a respeito do comportamento humano e suas dimensões relacionais em campos multidisciplinares. Trata-se de um novo mundo de interação social e estamos, infelizmente, habituando-nos com a morte em larga escala.

⁴ PORTAL ABRIL: Disponível em <https://saude.abril.com.br/medicina/oms-decreta-pandemia-do-novo-coronavirus-saiba-o-que-isso-significa/>. Acesso em 10 jun. 2021.

⁵ PORTAL UOL: Disponível em <https://noticias.uol.com.br/colunas/jamil-chade/2020/03/24/em-carta-a-bolsonaro-e-g-20-onu-fala-em-risco-de-pandemia-apocaliptica.htm>. Acesso em 10 jun. 2021.

Nesta conjuntura de alerta máximo para questões sanitárias, o Presidente da República Federativa do Brasil, Jair Bolsonaro (sem partido), andou na contramão das preocupações globais minimizando em falas públicas, desde o primeiro óbito confirmado em São Paulo no dia 12 de março, os efeitos fatais da pandemia.

Assim, discute-se, neste trabalho, a percepção dos efeitos das declarações públicas do presidente Bolsonaro, passíveis de serem entendidas como *Fake News* na área da saúde, no comportamento das pessoas para a prevenção nesta questão de saúde pública. E, ainda, como essas notícias falsas causaram prejuízos para a sociedade brasileira no que tange dificuldade de aceitação popular dos esforços feitos por gestores públicos estaduais e municipais para frear o avanço da pandemia que já tingiu mortalmente mais de 100 mil brasileiros.

O *corpus* dessa pesquisa abarca o período de doze meses da pandemia no Brasil (entre março de 2020 e março de 2021), como forma de avaliar melhor, a partir de episódios de *Fake News* presidenciais na área da saúde pública, devidamente selecionados e com suas respectivas justificativas de escolha, em um momento em que doença se alastrou de forma rápida e mortífera no território brasileiro. O foco está sempre no campo das Ciências Humanas, a partir dos discursos políticos e da estratégia da desinformação.

Optou-se em não analisar as *lives* semanais do presidente da República, às quintas-feiras, porque, em geral, Jair Bolsonaro abordava outras questões além da pandemia – embora esse tema fosse sempre presente. Outra questão é que os limites deste artigo trazem a necessidade de apresentar algumas análises específicas – uma discussão sobre as *lives*, por si, já poderia embasar um outro trabalho, em contextos diversificados.

A escolha de marco temporal torna mais viável o dimensionamento da pesquisa, para exibir, em forma de painel descritivo e analítico, um estágio preponderante para a perda de controle, pelo governo federal, do alastramento da pandemia. Metodologicamente, são usados os caminhos qualitativos da revisão de literatura, trabalhando com os conceitos de comunicação política e de *Fake News*, e da discussão qualitativa de dados secundários para atingir os objetivos da pesquisa.

É importante ressaltar que a pandemia se expandiu no mundo de forma diferenciada, de acordo com a maneira como os países trataram a questão. No caso do Brasil, para além da postura negacionista do presidente da República, Jair Bolsonaro, as próprias condições geográficas do país, como a extensão territorial, geraram picos de infectados e de óbitos assimétricos, além de ações diferenciadas dos gestores públicos estaduais e procedimentos médicos diversos dos profissionais de saúde.

Como objetivos deste trabalho, procura-se identificar, efetivamente, de que forma as *Fake News*, no contexto dos discursos políticos, podem interferir na compreensão das pessoas em eventos com repercussão global, como a pandemia. Ao mesmo tempo, entender como são necessários o conhecimento científico e a checagem de informações para aumentar os níveis de discernimento e de senso crítico da população brasileira diante das informações recebidas diariamente – ainda mais no campo da saúde pública.

O artigo se apresenta estruturado desta maneira: a primeira seção traz uma discussão sobre interdisciplinaridade; a segunda parte traz o tópico abordagem política e desinformação; a terceira trata do discurso de Bolsonaro de 24 de março de 2020; a seguir, algumas declarações públicas da OMS que foram retiradas de contexto; o *Fast Checking* do Portal Aos Fatos; e as considerações finais.

INTERDISCIPLINARIDADE

As ciências foram e são provocadas constantemente, como que estimuladas a se manifestarem para entender melhor os fenômenos que se mostram presentes. Ciência Política, Comunicação Social, Antropologia e Sociologia emergem, no campo das Ciências Humanas e Sociais, como caminhos de investigação para elucidar dúvidas, embora não se tenha a pretensão de se esgotar a discussão em tão complexos cenários.

O campo da interdisciplinaridade foi proferido de forma inaugural na UNESCO, em 1961, por Georges Gusdorf. A ideia está conectada ao contexto de várias disciplinas e conteúdos que apresentam vínculos temáticos e analíticas, como forma de se impedir que as atividades teórico-práticas de tais pesquisas e trabalhos acadêmicos sejam desenvolvidos de forma isolada ou dispersa (GUSDORF, 1983; THIESEN, 2008).

Morin (2000) complementa a abordagem ao ressaltar que a interdisciplinaridade é o meio identificado para evitar que exista uma forma separada para absorver conhecimentos e perceber a realidade. A perspectiva de comunicação entre as ciências amplia-se a partir dos fluxos e das similaridades entre elas, e no contexto das disciplinas, em si, de maneira amplificada (MORIN, 2000).

Partindo-se de uma análise sistêmica e com um olhar integrado dos conteúdos disponíveis nas várias áreas do conhecimento, nota-se que a interdisciplinaridade proporciona e desperta e estimula uma relação dialógica entre as disciplinas (FAZENDA, 2006 e 2015).

A interdisciplinaridade emerge como o exercício de identificar elementos, objetos de estudos, casos e aspectos que proporcionem conhecimentos integrados. Em uma pesquisa

acadêmica, o objeto de estudo pode assumir uma versão mais ampla e generalista, com análise de problemas a partir do uso de perspectivas metodológicas diferentes, mas de uma completa (THIESEN, 2008).

As ações dos atores políticos estão vinculadas ao funcionamento dos meios de comunicação, suas regras e seus embates ideológicos. Em Althusser (1983), o conceito de ideologia está nos aparelhos estatais, reproduzindo os discursos da classe dominante e do governo em questão. Para o autor, enquanto que as forças armadas e a política representam os aparelhos repressivos da sociedade, para a manutenção do *status quo*, as igrejas, a família, as escolas e, em especial, os meios de comunicação social, representam os aparelhos ideológicos de reprodução social, interferindo diretamente no comportamento e nas decisões das pessoas, em especial, nos próprios discursos (ALTHUSSER, 1983).

E os processos de “construção” e disseminação das notícias falsas atendem motivações diversas, mas, em geral, têm o objetivo claro de confundir e de desinformar os destinatários das mensagens. As notícias falsas podem reforçar mentiras e mesmo movimentos de disseminação de ódio e/ou de acirramento de polarizações ideológicas.

ABORDAGEM POLÍTICA E DESINFORMAÇÃO

A dimensão da Política, no campo das *Fake News* na área da saúde durante a pandemia Covid-19, está ligada principalmente às ações dos atores governamentais em relação ao processo de convencimento de que o país não enfrentava uma crise sanitária de grandes proporções. As perspectivas ideológicas do presidente Jair Bolsonaro podem ser analisadas dentro do campo da Comunicação Política como “estratégias” discursivas para desinformar e confundir os interlocutores.

As ações dos atores políticos estão vinculadas ao funcionamento dos meios de comunicação, suas regras e seus embates ideológicos. O discurso político, nesse cenário, está conectado com os atores, sejam relevantes ou secundários na esfera pública, reforçarem sua ideologia de dominação e/ou pactos para a manutenção de uma determinada estrutura (BRANDÃO, 2012). O discurso, no âmbito político, influencia opiniões para a obtenção de apoios a ideias e/ou projetos de poder, com vínculos ou não com o que se observa na mídia (MIGUEL, 2002).

No contexto internacional da pandemia, um caso extremamente negativo foi observado na postura do presidente dos Estados Unidos da América, Donald Trump, e sua análise adotada em relação aos efeitos da pandemia em território norte-americano. O presidente Trump

seguidamente se referiu ao novo coronavírus como o “vírus chinês”, uma alusão pejorativa em razão do vírus ter começado na China e ter se alastrado para o resto do mundo. Entre outras falas públicas que tiveram grande efeito negativo, no dia 24 de abril, houve a sugestão de tratamento com desinfetante contra a covid-19⁶.

Logo após essa afirmação de Trump, a cidade de Nova York apresentou, nos dias seguintes, um incremento nos casos de intoxicação por desinfetante – cerca de 30 chamadas em um dia detectaram que pessoas haviam ingerido produtos tóxicos (desinfetantes, águas sanitárias, alvejantes, etc.), provavelmente influenciados pela declaração sem comprovação científica do presidente norte-americano⁷.

Há, também, em Jair Bolsonaro, claramente, uma perspectiva de tentativa de engajamento com as massas, em um viés populista, com frases de efeito – e nem sempre com compromisso com a verdade (LACLAU, 2005; MOUFFE, 2018).

Dentro de suas estratégias de comunicação política, Jair Bolsonaro se assemelha ao presidente norte-americano Donald Trump, do Partido Republicano, e que comandou os Estados Unidos de 2017 até 20 de janeiro de 2021. Em comum, ambos utilizam fortemente as plataformas digitais, os “recursos” das Fake News e da desinformação, além de ter um alinhamento ideológico à direita, numa perspectiva populista.

O alerta da Organização das Nações Unidas (ONU, 2020), destaca os riscos destas correntes de desinformação, uma “epidemia” paralela que se tornou uma segunda ameaça no enfrentamento ao novo coronavírus.

(...) a “pandemia global da desinformação” continua a alastrar-se. Estão a proliferar conselhos danosos para a saúde e falsas soluções. As falsidades estão tomando as ondas de rádio. Há teorias da conspiração ferozes a infectar a internet. O ódio está a tornar-se viral, estigmatizando e difamando pessoas e grupos. O mundo tem também de se unir contra esta doença. A vacina é a confiança. Primeiro, confiar na ciência. Saúdo os jornalistas e outros pesquisadores que verificam as montanhas de histórias enganosas e publicações nas redes sociais. As empresas das redes sociais devem fazer mais para erradicar o ódio e as afirmações prejudiciais sobre a COVID-19. Segundo, a confiança nas instituições – fundamentada na governança e na liderança dinâmicas, responsáveis e baseadas em provas. E a confiança no próximo. O respeito mútuo e a proteção dos direitos humanos devem ser a nossa bússola para enfrentar esta crise. Juntos, rejeitaremos as mentiras e os disparates que circulam por aí (ONU, 2020, s/p).

⁶ PORTAL VALOR ECONÔMICO. Disponível em <https://valor.globo.com/mundo/noticia/2020/04/24/trump-sugere-explorar-tratamento-com-desinfetante-contracovid-19.ghtml>. Acesso em: 20 jun.2021.

⁷ PORTAL EXAME. Disponível em <https://exame.com/mundo/ny-registra-aumento-de-intoxicacao-por-desinfetante-apos-sugestao-de-trump/>. Acesso em: 20 jun.2021.

Por tais razões, discutem-se aqui os principais efeitos das chamadas *Fake News* sobre as populações urbanas brasileiras durante a expansão da pandemia. Os aspectos estão ligados principalmente pelo grau de influência que as falas do presidente da República têm junto à população brasileira – principalmente entre os menos esclarecidos e mais susceptíveis à doença.

As *Fake News* (VISCARDI, 2020) – notícias mentirosas divulgadas como se fossem verdadeiras – já existem desde os séculos XIX e XX, mas ganharam atenção maior nos estudos acadêmicos e também no âmbito político com o processo eleitoral norte-americano de 2016, quando da vitória do candidato republicano Donald Trump. E, sem dúvida, as *Fake News* são maximizadas pelos efeitos e pela força das mídias e das redes sociais, em vários âmbitos (CANOSSA, 2018).

Castells (1999) destaca a questão tecnológica no contexto da informação e da sociedade do conhecimento, com a aceleração de dados através da Internet. Os processos de “construção” e disseminação das *Fake News* atendem motivações diversas, mas, em geral, têm o objetivo claro de confundir e de desinformar os destinatários das mensagens (VISCARDI, 2020).

Torna-se possível, assim, identificar que as *Fake News* se ancoram em um processo de retirada de credibilidade e de influência, nas variáveis sociológica e antropológica, na maneira como as pessoas entendem e absorvem as informações (KAKUTANI, 2018).

De acordo com Recuero e Gruzd (2019), *Fake News* trazem efeitos claros, como a desinformação, utilizadas livremente pelos veículos noticiosos ou por usuários de redes sociais, para indicar rumores e notícias falsas que circulam no ambiente virtual. Nesse contexto, parte-se da ideia de que as *Fake News* são notícias capazes de destruir a imagem, a reputação e a credibilidade de um grupo social ou indivíduo de uma maneira muito rápida. Se para indivíduos de fora da estrutura do Estado isso traz danos por vezes irrecuperáveis, imagina-se o que ocorre com agentes de saúde ou com gestores públicos que combatem pandemias. Os prejuízos em vida são trágicos.

No âmbito da compreensão dos discursos políticos para analisar essa crise da desinformação no contexto da maior crise sanitária do mundo nos últimos 70 anos, insere-se, também a análise de Orlandi (2015). A autora também destaca que o discurso e seus sentidos buscam conexões com as realidades. Cabe ao interlocutor interpretar as informações e discernir o que é certo e o que é errado. Em um contexto de comunicação política e da saúde, esse nível de interpretação e de senso crítico é essencial.

Para Kakutani (2018), o relativismo vem ampliando sua repercussão no ambiente das chamadas “guerras culturais” (aspas dos autores), reforçando preconceitos e movimentos

críticos à ciência. E o discurso relativista, outrora utilizado pelas ideologias de esquerda, passou a ser usados pela direita populista, principalmente pelas perspectivas dos negacionistas climáticos e dos criacionistas (KAKUTANI, 2018).

Outro fato que também se soma ao contexto do presente debate é a transparência nas informações – o conceito do *accountability*. Em uma crise sistêmica, exige-se o máximo possível de informações disponíveis, principalmente de fontes oficiais. No início de junho de 2020, o governo federal decidiu modificar a metodologia de divulgação dos dados oficiais – e restringiu o acesso a algumas informações.

Em resposta à decisão governamental, foi formado um consórcio de veículos de comunicação – integrado pelos portais G1 e UOL e pelos jornais O Globo, Extra, O Estado de S. Paulo e Folha de S. Paulo – para coletar e organizar as informações dos estados brasileiros e do Distrito Federal. Como uma forma de garantir a transparência das informações, equipes dos veículos que formaram o consórcio dividiram tarefas para compartilhar os dados obtidos, com os números consolidados de contaminações e mortes, com divulgação às 20 horas⁸.

Portanto, ao se compreender os procedimentos das interfaces da linguagem, da comunicação e da política, é possível analisar de maneira mais criteriosa alguns episódios que ocorreram durante o período crítico da maior crise sanitária vivida no Brasil.

O DISCURSO DE BOLSONARO DE 24 DE MARÇO DE 2020

O primeiro evento desse processo de desinformação foi a manifestação oficial, em forma de pronunciamento à nação⁹, do presidente da República Jair Bolsonaro. A fala pública em cadeia de rádio e televisão durou aproximadamente 5 minutos e ocorreu na noite de 24 de março de 2020. O chefe do poder executivo federal optou por um discurso negacionista, chamando o novo coronavírus de “gripezinha”, criticando a imprensa e questionando governadores e prefeitos por terem determinado a quarentena e o fechamento de escolas, comércios e fronteiras.

Em parte do discurso, Bolsonaro destacou que o vírus havia chegado, que estaria sendo enfrentado e que, em breve, passaria. O presidente da República ressaltou que os empregos deveriam ser mantidos e que a vida deveria continuar, para uma possível volta à normalidade.

⁸ PORTAL G1: Disponível em <https://g1.globo.com/politica/noticia/2020/06/08/veiculos-de-comunicacao-formam-parceria-para-dar-transparencia-a-dados-de-covid-19.ghtml>. Acesso em 20 jan. 2021.

⁹ YOUTUBE: Disponível em https://www.youtube.com/watch?v=VI_DYb-. Acesso em 20 jun. 2021.

Dessa forma, Bolsonaro manteve a minimização dos efeitos da pandemia, que já eram conhecidos na Europa e nos Estados Unidos, e conseguiu reforçar com seu discurso o apoio de uma base de eleitores indisposta a tomar medidas mais restritivas de circulação para autopreservação. Um fator que necessita ser ressaltado é o da persuasão.

O que diferencia a comunicação política eficiente, no contexto de pluralidade de opiniões, é exatamente a ideia do convencimento – ou seja, despertar uma atitude positiva do consumidor/cidadão em relação ao produto que é oferecido pelo governante (GOMES, 2004; WEBER, 2000).

O presidente ressaltou que algumas autoridades estaduais e municipais estavam com um discurso de “terra arrasada” e que o país não poderia parar por causa do vírus e que os empregos deveriam ser preservados. No confronto com as mídias, o presidente ressaltou que alguns veículos brasileiros estariam supostamente gerando pânico junto à população. Bolsonaro procurou defender as ações do seu governo para “salvar vidas e evitar o desemprego em massa” (aspas dos autores).

Percebe-se que a desinformação estava ligada à manutenção da base de apoio do presidente. O presidente da República finalizou dizendo que, pessoalmente, ele não sofreria os efeitos da Covid-19, caso tivesse sido contaminado, já que se tratava de uma “gripezinha” e que ele, Bolsonaro, tinha “histórico de atleta”¹⁰.

Enfatiza-se que nenhum dos pontos avaliados e citados pelo presidente da República em 24 de março de 2020 tiveram amparo nos fatos ou guardaram relação com a realidade. Vários governadores estaduais já tinham seguido protocolos da OMS de restrição de atividades para controlar a expansão da pandemia. A partir desse marco cronológico, elencam-se, a seguir, três sequências de episódios que mostram a postura do presidente da República influenciando negativamente o combate à Covid-19, nos estados e municípios, e gerando confusões junto aos veículos de comunicação e à população.

DECLARAÇÕES PÚBLICAS DA ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE RETIRADAS DO CONTEXTO

Dentro da discussão a respeito das *Fake News* e dos reflexos da postura do presidente da República, é necessário destacar algumas declarações públicas da Organização Mundial da Saúde (OMS) que foram retiradas de contexto, com o objetivo implícito de reforçar premissas

¹⁰ Idem

fantasiosas do governo federal e, em consequência, desinformar a população. Em 31 de março de 2020, o presidente Bolsonaro afirmou que a Organização Mundial da Saúde (OMS), através de seu diretor-geral Tedros Adhanom, teria falado que os trabalhadores informais têm que se manter em atividade, ou seja, saindo de casa para seus respectivos empregos.

Todavia, Bolsonaro praticou a omissão¹¹ – aparentemente de forma proposital – do trecho em que Tedros explicava que é necessário que os governos garantam um suporte para as pessoas que ficaram sem renda durante o isolamento social, recomendado pela Organização durante o período de quarentena. Bolsonaro, portanto, tirou a fala de contexto e gerou repercussões de todas as ordens nas mídias e redes sociais.

Em 22 de abril, o presidente Bolsonaro voltou a entrar em duelo verbal com as orientações da Organização Mundial da Saúde. O presidente brasileiro insinuou que não seguiria as recomendações da OMS – principalmente a respeito do distanciamento social – porque o diretor-geral da instituição não seria médico¹². Tedros Adhanom rebateu, uma vez mais, os comentários de Jair Bolsonaro. Adhanom ressaltou que cabe à instituição fazer orientações, e os países que seguissem os procedimentos sugeridos enfrentaram e enfrentariam menos problemas que os negacionistas.

Em 8 de junho de 2020¹³, após a OMS ter colocado dúvidas sobre a transmissão do novo coronavírus a partir de pacientes assintomáticos, Jair Bolsonaro afirmou que poderia dar ordens para reabrir as escolas no Brasil. Posteriormente, a Organização continuou falando que todos os estudos são provisórios – e foi mais uma fala retirada do contexto pelo governo brasileiro que gerou um desconforto grande junto à população.

Dessa maneira, esses conflitos verbais travados pelo governo brasileiro contra a OMS atrapalharam fortemente o controle da pandemia no Brasil. Ainda em junho de 2020, a Organização¹⁴ ressaltou o pedido para que o governo nacional mantivesse sua transparência no que tange à publicação de informações sobre os casos da covid-19 no país. Também foi solicitada, pela OMS, uma liderança política forte para o enfrentamento da pandemia – algo que o governo brasileiro não demonstrou em nenhum momento no processo.

¹¹ PORTAL ESTADÃO. Disponível em <https://politica.estadao.com.br/blogs/estadao-verifica/video-do-diretor-da-oms-foi-tirado-de-contexto-para-validar-discurso-de-bolsonaro/>. Acesso em 10 jun.2021.

¹² PORTAL UOL. Disponível em <https://noticias.uol.com.br/colunas/jamil-chade/2020/04/27/tedros-rebate-bolsonaro-quem-ouviu-oms-esta-em-melhor-situacao.htm>. Acesso em 10 jun. 2021.

¹³ PORTAL OBSERVATÓRIO NACIONAL. Disponível em https://observatorionacional.cnj.jus.br/observatorionacional/images/observatorio/coronavirus/clipping/Clipping_09062020.pdf. Acesso em 10 jun. 2021.

¹⁴ PORTAL UOL. Disponível em <https://noticias.uol.com.br/colunas/jamil-chade/2020/06/08/oms-pede-transparencia-no-brasil-e-solucao-para-confusao-sobre-dados.htm>. Acesso em 10 jun. 2021.

FAST CHECKING: PORTAL AOS FATOS

O portal de *Fast Checking* “Aos Fatos” realiza um levantamento a respeito das *Fake News* e falas distorcidas pelo presidente Jair Bolsonaro desde o início de seu governo, em janeiro de 2019. A atualização é semanal, através do endereço eletrônico www.aosfatos.org, mostrando um descompromisso de Bolsonaro com a verdade – e reforçando a premissa de que as *Fake News* se tornaram um método de comunicação política.

Em 15 de setembro de 2021, o Portal registrou aos 988 dias de mandato presidencial de Jair Bolsonaro, um total de 3.872 declarações falsas ou distorcidas.

Já a Imagem 1 – em forma de gráfico –, produzida pelo Portal “Aos Fatos”, mostra o total de declarações falsas e/ou falas distorcidas de Jair Bolsonaro entre março de 2020 e março de 2021, nos doze primeiros meses da pandemia no Brasil.

IMAGEM 1 – FALAS DISTORCIDAS DE BOLSONARO SOBRE O CORONAVÍRUS – 12 PRIMEIROS MESES DA PANDEMIA – PORTAL AOS FATOS



Fonte: Portal Aos Fatos (<https://www.aosfatos.org/todas-as-declara%C3%A7%C3%B5es-de-bolsonaro/>). Acesso em 15 set. 2021.

QUADRO 1: SEQUÊNCIA HISTÓRICA DAS DECLARAÇÕES FALSAS DE JAIR BOLSONARO SOBRE A PANDEMIA DE COVID-19 NO BRASIL (MARÇO DE 2020 A MARÇO DE 2021)

MÊS	DECLARAÇÕES FALSAS OU FALAS DISTORCIDAS DE JAIR BOLSONARO
Março/2020	117
Abril/2020	126
Maió/2020	125
Junho/2020	119
Julho/2020	80
Agosto/2020	70
Setembro/2020	55
Outubro/2020	61
Novembro/2020	70
Dezembro/2020	88
Janeiro/2021	181
Fevereiro/2021	65
Março/2021	191

Fonte: Autoria própria, a partir de dados compilados do Portal Aos Fatos (<https://www.aosfatos.org/todas-as-declara%C3%A7%C3%B5es-de-bolsonaro/>. Acesso em: 15 set. 2021)

O gráfico e os números levantados mostram uma maior concentração das falas distorcidas e/ou declarações falsas de Jair Bolsonaro nos meses de março, abril, maio e junho de 2020, além dos picos de janeiro e março de 2021, nos períodos mais complicados da pandemia no Brasil. Em março de 2020, a pandemia estava no início – e houve o discurso de Bolsonaro em rede nacional, que acabou gerando um efeito controverso junto à população brasileira.

Em janeiro de 2021, houve uma situação muito grave da pandemia na cidade de Manaus-AM¹⁵, além do início tardio do processo de vacinação no país. Em março de 2021, o Brasil registrou uma situação dramática no contexto da segunda onda da pandemia em todo o território nacional

Notícias falsas sobre o uso de medicamentos contra o novo coronavírus sem comprovação científica, a minimização da pandemia e de seus efeitos no país e falsa dicotomia entre enfrentamento da Covid-19 e a questão econômica estiveram no “cardápio” do chefe do executivo federal, promovendo uma desinformação a respeito das temáticas e buscando mascarar a ineficiência do governo em lidar com a crise sistêmica.

¹⁵ Manaus, a capital do Amazonas, viveu um caos na saúde neste mês, registrou recorde de casos de Covid-19, unidades de saúde superlotadas e falta de oxigênio, resultando em 2.522 mortes no mês. Disponível em <https://g1.globo.com/am/amazonas/noticia/2021/02/01/coronavirus-impoe-janeiro-mais-triste-da-historia-do-am-com-recorde-de-casos-mortes-e-internacoes-por-covid-19.ghtml> Acesso em: 15 set.2021.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Considerando-se que a presente pesquisa está em andamento, visto que se trata de um processo pandêmico com muitas variações – com suas derivações comunicacionais, linguísticas, econômicas, sociais e políticas –, a verificação dos efeitos da desinformação presidencial no cotidiano da população brasileira é evidente. Desde que Jair Bolsonaro adotou postura negacionista em relação à covid-19, questionando seus efeitos, sendo contrário ao distanciamento social horizontal e chamando-a de uma “gripezinha”, ele repassou para parte da sociedade brasileira – em especial para as pessoas mais ignorantes e/ou seus apoiadores – uma sensação de que a pandemia não geraria maiores efeitos no país.

O distanciamento social e/ou o *lockdown* mostraram-se os únicos mecanismos cientificamente comprovados em diminuir o ritmo de contaminação pela Covid-19 e, conseqüentemente, evitar o colapso dos sistemas de saúde das unidades federativas. Com a chegada das vacinas ao país em janeiro de 2021, de forma tardia, os efeitos pandêmicos foram redimensionados. O discurso do presidente priorizando a pauta econômica, falando em isolamento vertical e hidroxicloroquina acabou por confundir boa parte da população brasileira.

Até o encerramento desse trabalho, em 15 de setembro de 2021, foram registrados, até então, oficialmente, 21.034.610 casos de Covid-19 e 588.597 mortes causadas pela doença¹⁶. Falas distorcidas e/ou notícias falsas, em discursos oficiais ou em manifestações informais por parte do presidente Jair Bolsonaro, acabaram por aumentar a sua intensidade durante os doze primeiros meses da pandemia no Brasil, trazendo conseqüências graves para a população e incrementando a polarização ideológica já existente no país – e que teve seu marco cronológico mais visível no pleito eleitoral presidencial de 2018.

A despeito do fato de que combater as *Fake News* seja uma tarefa com muitas dificuldades, os indivíduos devem buscar mecanismos de enfrentá-las, principalmente quando elas vêm de agentes políticos relevantes – e, ao mesmo tempo, evitar a sua disseminação em massa sem as devidas checagens.

Assim, como bases teóricas as visões interdisciplinares sobre os discursos políticos, suas intencionalidades e a estratégia de desinformação, torna-se claro que Jair Bolsonaro usou constantemente os discursos anti-ciência, minimizando os efeitos da pandemia e transferindo

¹⁶ PORTAL CORONAVÍRUS/BRASIL. Disponível em <https://covid.saude.gov.br/>. Acesso em: 15 set.2021.

responsabilidades e convencendo parte do público de que o enfrentamento do governo federal à Covid-19 ocorreu de maneira correta.

REFERÊNCIAS

ALTHUSSER, Louis. **Aparelhos ideológicos de estado: nota sobre os aparelhos ideológicos de estado**. Tradução Walter José Evangelista e Maria Laura Viveiros de Castro. Rio de Janeiro: Graal, 1983.

BRANDÃO, Helena. **Introdução à análise do discurso**. Campinas: Editora Unicamp, 2012.

CANOSSA, Carolina. **Pizzagate: o escândalo de fake news que abalou a campanha de Hillary**. Superinteressante, abr. 2018. Disponível em <https://super.abril.com.br/mundo-estranho/pizzagate-o-escandalo-de-fake-news-que-abalou-a-campanha-de-hillary/> Acesso em 20 jun. 2021.

CASTELLS, Manuel. **A sociedade em rede**. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

FAZENDA, Ivani Catarina Alves. **Interdisciplinaridade: história, teoria e pesquisa**. 13. Ed. Campinas: Papirus, 2006.

GOMES, Wilson. **Transformações da política na era da comunicação de massa**. São Paulo: Editora Paulus, 2004.

GUSDORF, Georges. **Pasado, presente y futuro de la investigación interdisciplinaria**. In: APOSTEL, L. Et al. Interdisciplinaridade e ciências humanas. Madrid: Tecnos/UNESCO, 1983.

KAKUTANI, Michiko. **A morte da verdade: notas sobre a mentira na era Trump**. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2018. 272 p.

LACLAU, Ernesto. **On Populist Reason**. Londres: Verso, 2005.

MIGUEL, Luis Felipe. **Os meios de comunicação e a prática política**. Lua Nova [online]. 2002, n.55-56, pp.155-184.

MORIN, Edgar. **Os sete saberes necessários à educação do futuro**. Tradução de Catarina Eleonora F. da Silva e Jeanne Sawaya. São Paulo: Cortez; Brasília, DF: UNESCO, 2000.

MOUFFE, Chantal. **For a Left Populism**. Londres: Verso, 2018.

ONU. **COVID-19: chefe da ONU alerta para ‘epidemia de desinformação’**. Disponível em: <https://cutt.ly/tfCYwpE>, 2020. Acesso em 20 jul. 2021.

ORLANDI, Eni Puccinelli. **Análise de discurso: princípios e procedimentos**. 12. ed. São Paulo: Pontes Editores, 2015.

PORTAL ABRIL: Disponível em <https://saude.abril.com.br/medicina/oms-decreta-pandemia-do-novo-coronavirus-saiba-o-que-isso-significa/>. Acesso em: 10 jun. 2021.

PORTAL AOS FATOS. Disponível em <https://www.aosfatos.org/todas-as-declara%C3%A7%C3%B5es-de-bolsonaro/>. Acesso em 15 set. 2021.

PORTAL CORONAVÍRUS/BRASIL. Disponível em <https://covid.saude.gov.br/>. Acesso em: 15 set.2021.

PORTAL ESTADÃO. Disponível em <https://politica.estadao.com.br/blogs/estadao-verifica/video-do-diretor-da-oms-foi-tirado-de-contexto-para-validar-discurso-de-bolsonaro/>. Acesso em 10 jun.2021.

PORTAL EXAME. Disponível em <https://exame.com/mundo/ny-registra-aumento-de-intoxicacao-por-desinfetante-apos-sugestao-de-trump/>. Acesso em 20 jun. 2021.

PORTAL G1. Disponível em <https://g1.globo.com/politica/noticia/2020/06/08/veiculos-de-comunicacao-formam-parceria-para-dar-transparencia-a-dados-de-covid-19.ghtml>. Acesso em 20 jan. 2021.

PORTAL G1. Disponível em <https://g1.globo.com/am/amazonas/noticia/2021/02/01/coronavirus-impoe-janeiro-mais-triste-da-historia-do-am-com-recorde-de-casos-mortes-e-internacoes-por-covid-19.ghtml> Acesso em: 15 set.2021.

PORTAL OBSERVATÓRIO NACIONAL. Disponível em https://observatorionacional.cnj.jus.br/observatorionacional/images/observatorio/coronavirus/clipping/Clipping_09062020.pdf. Acesso em 10 jun. 2021.

PORTAL UOL. Disponível em <https://noticias.uol.com.br/colunas/jamil-chade/2020/03/24/em-carta-a-bolsonaro-e-g-20-onu-fala-em-risco-de-pandemia-apocaliptica.htm>. Acesso em: 10 jun. 2021.

PORTAL UOL. Disponível em <https://noticias.uol.com.br/colunas/jamil-chade/2020/04/27/tedros-rebate-bolsonaro-quem-ouviu-oms-esta-em-melhor-situacao.htm>. Acesso em 10 jun. 2021.

PORTAL UOL. Disponível em <https://noticias.uol.com.br/colunas/jamil-chade/2020/06/08/oms-pede-transparencia-no-brasil-e-solucao-para-confusao-sobre-dados.htm>. Acesso em 10 jun. 2021.

PORTAL VALOR ECONÔMICO. Disponível em <https://valor.globo.com/mundo/noticia/2020/04/24/trump-sugere-explorar-tratamento-com-desinfetante-contracovid-19.ghtml>. Acesso em 20 jun. 2021.

RECUERO, Raquel; GRUZD, Anatoliy. Cascatas de *Fake News* Políticas: um estudo de caso no twitter. **Galáxia (São Paulo)**, São Paulo, n. 41, p. 31-47, ago. 2019.

THIESEN, Juarez da Silva. A interdisciplinaridade como um movimento articulador no processo ensino-aprendizagem. **Rev. Bras. Educ.** [online]. 2008, vol. 13.

VISCARDI, Janaisa Martins. **Fake News, verdade e mentira sob a ótica de Jair Bolsonaro no Twitter. Trabalho de Linguística Aplicada. Volume 59, número 2. Campinas maio/ago. 2020. Epub 16-Set-2020.** Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/tla/issue/view/1677>. Acesso em 20 jun. 2021.

WEBER, Maria. Helena. **Comunicação e espetáculos da política.** Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2000.

YOUTUBE: Disponível em https://www.youtube.com/watch?v=VI_DYb-. Acesso em 20 jun. 2021.


**HISTÓRIA E CULTURA AFRO-BRASILEIRA: UMA PERSPECTIVA DO ENSINO
A PARTIR DA LEI Nº 10.639/2003**

**AFRO-BRAZILIAN HISTORY AND CULTURE: A PERSPECTIVE OF TEACHING
BASED ON LAW Nº 10.639/2003**

Recebido em: 10/10/2021

Aceito em: 12/12/2021

Erik Luís Sott de Santis¹ 

Fagner Fernandes Stasiaki² 

Amanda Oliveira Menezes³ 

Neusa Schnorrenberger⁴ 

Resumo: Em um país em que o racismo é estrutural e institucional, a presente pesquisa tem como objetivo fazer uma análise do ensino público a partir da Lei Federal 10.639/2003. Lei que torna obrigatório o ensino sobre história e cultura afro-brasileira nas escolas, e sobre o desenvolvimento dessas práticas pedagógicas da qual há um déficit arraigado advindo do colonialismo, alimentando o preconceito e impactando fortemente no processo de aprendizagem. Nesse sentido, entender a importância e o papel social de determinada Lei para as crianças que além de conhecerem diferentes referências, o significado da representatividade e que as produções negras são importantes, uma vez que a história desses por muito tempo foi relatada pela perspectiva do branco. A realização dessa pesquisa se dará pelo método dedutivo e será instruída por uma análise qualitativa a partir de referências bibliográficas na área educacional e jurídica, bem como o uso de reportagens. Com isso, se questiona, a lei infraconstitucional vem cumprindo seu papel e de que forma o Estado pode contribuir para que tal Lei se materialize, facilitando uma prática-política-pedagógica antirracista?

Palavras-chave: Afro-Brasileira; História; Lei 10639/2003; Ensino; Representatividade.

Abstract: In a country where racism is structural and institutional, this research aims to analyze public education based on Federal Law 10.639 / 2003. Law that makes the teaching of Afro-Brazilian history and culture mandatory in schools, and on the development of these pedagogical practices, in which there is an ingrained deficit derived

¹ Acadêmico do curso de Letras Português e Espanhol na Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS)- campus Cerro Largo, RS. Bolsista no Programa do Governo Federal Residência Pedagógica (PRP). E-mail: eriksottdesantis@gmail.com.

² Mestrando em Desenvolvimento e Políticas Públicas (PPGDPP/UFFS), campus Cerro Largo-RS. Bacharel em Direito pela Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões (URI), campus Santo Ângelo-RS. Membro do Grupo de Estudos: vozes (dis)sonates: estudos em torno do pensamento bakhtiniano. E-mail: fagnerfstasiaki@aluno.santoangelo.uri.br.

³ Acadêmica do curso de Letras Português e Espanhol na Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS)- campus Cerro Largo, RS. Bolsista no Programa do Governo Federal Residência Pedagógica (PRP). E-mail: amandaprestes11@hotmail.com.

⁴ Doutoranda e Mestra em Direito pelo Programa de Pós-Graduação stricto sensu - Mestrado e Doutorado em Direito da Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões (URI), Campus Santo Ângelo/RS. Integrante do Grupo de Pesquisa "Direito de Minorias, Movimentos Sociais e Políticas Públicas. Pesquisadora no Núcleo de Estudos em Comum (NEC) vinculado a Universidade Federal de Santa Maria/RS. Docente no Curso de Graduação em Direito da Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões (URI), Campus São Luiz Gonzaga/RS. Advogada. E-mail: profneusa@saoluiz.uri.edu.br

from colonialism, feeding prejudices and strongly impacting the learning process. In this sense, understand the importance and social role of a certain Law for children who, in addition to knowing different references, the meaning of the representation and that black productions are important, since their history for a long time was reported from the perspective White. . This research will be carried out using the deductive method and will be guided by a qualitative analysis based on bibliographic references in the educational and legal area, as well as the use of reports. With this, it is questioned, the infra-constitutional law has been fulfilling its role and how can the State contribute to such a Law being materialized, facilitating an anti-racist political-pedagogical practice?

Keyword: Afro-Brazilian; Story; Law 10639/2003; Teaching; Representativeness.

INTRODUÇÃO

O racismo no Brasil é estrutural e derruba os negros dos bancos escolares, após 18 anos da Lei 10.639/2003 ainda não se vê um avanço significativo da Lei em questão. Ocorre que a cultura negra no Brasil ainda é demonizada e por isso, há uma resistência no ensino dessa, pois existem professores que se recusam a trazer epistemologias negras e o ensino de determinada cultura para as salas de aula, ainda, tentam evangelizar, pregam em sala de aula e se recusam a aplicar determinada lei, na mídia, cantores que se recusam a cantar trechos que se remetem aos orixás.

No Brasil a intolerância religiosa e o racismo andam juntos. Após 133 anos da abolição da escravidão os negros ainda não ascenderam socialmente, às margens da sociedade e vítimas da necropolítica permaneceram marginalizados e sem nenhuma ajuda governamental, pois, não receberam terra e educação que eram as duas formas de ascensão social da época.

Nesse sentido, é importante que o ensino da cultura afro-brasileira em salas de aula, para que desde que crianças, os jovens conheçam outras referências como Carla Akotirene, Djamila Ribeiro, Zumbi dos Palmares, Dandara, Conceição Evaristo, Carolina Maria de Jesus e entre outros diversos nomes e produções afro-brasileiras e se sintam representados, bem como tenham sua história contada não somente pelo branco, eurocêntrico e colonial. A temática da presente pesquisa possui como objetivo, fazer uma análise do ensino público a partir da Lei Federal nº 10.639/2003, que tornou obrigatório o ensino sobre história e cultura afro-brasileira nas escolas, e sobre o desenvolvimento dessas práticas pedagógicas da qual há um déficit arraigado no colonialismo, alimentando o preconceito e impactando fortemente no processo de aprendizagem. A realização dessa pesquisa se dará pelo método dedutivo e será instruída por uma análise qualitativa a partir de referências bibliográficas. Com isso, se questiona: a lei infraconstitucional vem cumprindo seu papel e de que forma o Estado pode contribuir para que tal Lei se materialize, facilitando uma prática-política-pedagógica antirracista? Essa inquietação é o que move a presente pesquisa para a constituição de uma possível resposta.

O RACISMO DERRUBA OS NEGROS DOS BANCOS ESCOLARES: ONDE ELES ESTÃO?

Em uma sociedade totalmente dominada pela população branca, as grandes vítimas dessas relações só poderiam ser os negros e os índios, a falsa ideia de “democracia racial”, por muitos anos se projetou um Brasil, aos olhos do mundo, um país harmonioso, antirracista e

multirracial, com a falsa ideia de que esse era país em que o preconceito não existia. Ocorre que, a partir de 1950, por meio de um projeto, patrocinado pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), inicia-se um estudo sobre as relações raciais no Brasil e descobriu-se que a mobilidade social ascendente dos negros era bloqueada por conta de preconceitos raciais e pela discriminação daí advinda. (MUNANGA, 2001, p.14).

Essa cultura hegemônica que predomina tanto nas instituições públicas quanto privadas fortalece a falta de representatividade e consolida o racismo, o que para a filósofa Djamila Ribeiro, é o apagamento das epistemologias negras que, assim, acabam empobrecendo o debate em diversos espaços da sociedade. Os negros são, hoje, conforme o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), 54% da população brasileira, maioria populacional e minorias em direitos. Ribeiro refere que ao serem a maioria da população, suas elaborações devem serem lidas, debatidas e citadas. Aduz ainda, sobre a importância de estudar autores negros, mas não somente na crença de que esses devem serem lidos apenas por serem negros, mas porque numa sociedade como a nossa, de maioria negra, é irrealista que somente um grupo domine a formulação do saber. (RIBEIRO, 2019, p. 64-65).

Dessa maneira, na teoria, o ensino é um espaço que caminha para um processo de aprendizagem plural, mas, na prática, ainda existem muitas falhas, pois a literatura afro-brasileira não é contemplada nos planos de aula. Com isso, deve-se pensar e refletir as práticas docentes e a importância de abranger vozes negras as quais foram silenciadas por muitas décadas e que atualmente ainda lutam por seus espaços na sociedade. Percebe-se que o racismo institucional e estrutural está muito presente nas questões de ensino quando a história ainda é apresentada pela perspectiva do branco.

No Brasil, ainda há uma resistência no que se refere as práticas pedagógicas quando se trata de legados e valores da cultura afro. Um ensino decolonial é urgente, mas ainda não se fomenta, não valorizam ações que contribuem para os saberes africanos para a construção de um conteúdo em sala de aula que visa a representação das epistemologias negras. Essa persistência que tenciona a cultura eurocêntrica, elucida e mostra para a sociedade um movimento de resistência abrindo espaços, também, para reflexões sobre as questões raciais e a importância da representatividade dentro das escolas. (SOUZA; ROQUE, 2020, p. 136).

A educação é um direito fundamental previsto na Constituição Federal de 1988, logo, os negros por muitos anos foram privados de acesso a educação, a falta de oportunidades pós-abolição levou os negros para às margens da sociedade. A estruturação do ensino foi estabelecida pela voz do branco, da qual se apresentou como universal, com isso, o racismo

sempre derrubou as crianças dos bancos escolares, e a desvantagem é significativa deixando evidente que o racismo coopera para uma trajetória mais curta e desigual, a maioria acaba se evadindo e se excluindo do sistema de ensino. (MOREIRA-PRIMO; FRANÇA; 2020, p. 178)

Nesse sentido, observa-se a partir de dados coletados pela Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), realizada em 2013, que “as taxas de analfabetismo da população branca com a população negra, por exemplo, torna-se evidente que a taxa de analfabetismo entre negros (11,5%) permanece maior que o dobro da taxa entre brancos (5,2%).” (BRASIL, 2015, p. 02). Diante dessas estatísticas pode-se constatar que os negros não se reconhecem diante das práticas realizadas em sala de aula, não enxergam suas identidades ou seus semelhantes nesses espaços, bem como nos materiais didáticos. Segundo Candau (2003, s.p.) as relações de discriminação social se estabelecem tanto entre professor – aluno, como entre aluno – aluno. Desse modo, percebe-se que o racismo interfere no relacionamento do aluno no espaço escolar. Repensar a abordagem das aulas é fundamental para incluir a diversidade de saberes e a ruptura de paradigmas e preconceitos.

No decorrer da história a dominação europeia (branca) acabou silenciando o povo negro, indígenas, etc., povos que aqui habitavam se submeteram a cultura europeia da qual se tornava a predominante em toda a sociedade. A cultura desses povos passou a ser marginalizada pela cultura branca. Dessa forma, esse afronte entre culturas altera a dinâmica comunicativa dos que de fato faziam parte desse lugar, com isso a língua e a linguagem se modificam, uma vez que ela é primordial para se relacionar e se comunicar. Nos primórdios da literatura observa-se a demonização dos povos negros e indígenas através de textos dramáticos escritos por Gil Vicente, como elencado abaixo:

Os diabos têm nomes tupis (Saraiúva, Aimbirê, Guaixará) e surgem em cena pintados de vermelho, emplumados e tatuados, falam tupi, fumam e se embriagam, declaram-se antropófagos e assassinos, adúlteros e luteranos. As alegorias falam em espanhol e português: tudo temperado com o saboroso latim macarrônico de Gil Vicente. (VICENTE *apud* STÉGAGNO-PICCHIO, 2004, p. 79).

No mesmo viés, a figura do negro também esteve vinculada como uma representação negativa e subalterna, atualmente se carrega traços muito fortes dessa herança histórica que se estrutura nos diversos espaços da sociedade brasileira. Hoje, ainda se perpetua essas violências sobre os corpos negros e uma pesquisa realizada recentemente indica que em 2020, no Brasil, 78% dos mortos pela polícia são negros, isso significa que 4 a cada 5 pessoas mortas pela polícia são negras. (PEREIRA, 2021, s.p.). Diante disso, a violência tem cor, pois sem oportunidades

os negros são a maioria dos presos em flagrante por tráfico de drogas, o que a cada 10 pessoas no Rio de Janeiro 8 são negras⁵. Esses são em maior número condenados, mas são os que portam menor quantidade de drogas. (CONSULTOR JURÍDICO, 2020, s.p.).

Na pandemia da COVID 19⁶ os negros estão mais vulneráveis ao vírus, os dados que serão apresentados aqui são uma análise de uma reportagem da Rede de Notícias a Cabo (CNN) com base nos boletins epidemiológicos do Ministério da Saúde. O Brasil ultrapassou atualmente a marca de quatrocentos mil mortos, sendo 57% desse número são negros e pardos, isso é, a cada 10 brancos que morrem vítima do vírus, 14 são negros, ou seja, a chance de um negro morrer vítima desse vírus no Brasil é de 38 % a mais que os brancos. Ainda, segundo a reportagem, morrem 40% mais negros do que brancos no Brasil vítimas da COVID 19. (VINÃS; DURAN; CARVALHO, 2020, s.p.).

Em uma reportagem do jornal Folha de São Paulo⁷ nos mostra que “Dos 10 milhões de jovens brasileiros entre 14 e 29 anos de idade que deixaram de frequentar a escola sem ter completado a educação básica, 71,7% são pretos ou pardos. A maioria afirma ter parado de estudar porque precisava trabalhar.” (PALHARES, 2020, s.p.). É interessante analisar que essa afirmativa de que “precisava trabalhar” não coincide com os dados divulgados pelo site Econômico Valor, no qual refere que o desemprego entre negros atinge a marca de 71% maior do que entre brancos, conforme a pesquisa realizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Com todos esses dados é importante refletir em que tipo de sociedade os negros vivem e que tipo de trabalho eles exercem, uma vez que esses não se encontram empregados tanto em instituições públicas ou privadas.

Observou-se até o presente momento do estudo, que a desigualdade social está estruturada na sociedade, a falta de distribuição de renda e a falta de oportunidades não permitiu a ascensão social dos negros dentro da atual conjuntura, uma vez que os negros só se encontram no topo da pirâmide quando se fala de encarceramento, mortes em massa, desigualdades, racismo, ou seja, este segue sendo alvo da sociedade.

⁵ A reportagem completa se encontra no site “Consultor Jurídico”. Conjur é um site independente que traz informações sobre Direito e Justiça.

⁶ A COVID 19 é uma doença infecciosa causada pelo novo corona vírus (SARS-CoV-2). O primeiro caso confirmado no Brasil foi em fevereiro de 2020. A reportagem completa no site “CNN Brasil”, no maior canal de notícias do *Brasil* e do mundo.

⁷ Reportagem completa no site Folha de São Paulo. Jornal editado na cidade de São Paulo e de maior circulação no Brasil.

A EDUCAÇÃO E O PERIGO DE UMA HISTÓRIA ÚNICA⁸

“A história única cria estereótipos, e o problema com estereótipos não é que sejam mentira, mas que são incompletos. Eles fazem com uma história se torne a única história.” (ADICHIE, 2019, p. 26).

A história única, conforme Chimamanda (2019), cria estereótipos, no caso da falta de representatividade na literatura. As crianças negras acreditaram que seus ancestrais não merecem estar nesses espaços de poder, as mesmas acabam desacreditando de si, pois sempre existiu/existe uma ausência de figuras que pudessem se tornar referências, e isso vem sendo um obstáculo na permanência dos negros no ensino. A história incompleta e contada somente por quem sempre deteve o poder torna-se perigosa e nos induz a acreditar ser a única e absoluta verdade.

É evidente a urgência dos pensamentos e ensinamentos da cultura afro-brasileira na sociedade, a luta pela superação do racismo, a discriminação cotidiana, os assassinatos, o apagamento das representatividades e o silenciamento dessas vozes, o preconceito étnico-racial, religioso e político ainda é um problema da atual sociedade brasileira. Dessa forma, o Estado é responsável por promover políticas de reparação das quais devem criar condições igualitárias na educação e no desenvolvimento dos indivíduos, seja no âmbito pessoal ou profissional. (CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO, 2004, p.11-16).

Observa-se mais uma vez que as questões raciais não se limitam aos povos negros, pois os brancos privilegiados precisam entender esse espaço de poder que ocupam. As questões não só raciais, mas todas aquelas que reforçam os estereótipos e evidentemente os preconceitos precisam ser discutidos em todo e em qualquer lugar, principalmente em escolas. Através dessas instituições sociais que se possibilita a pluralidade dos povos e das ideias e assim adaptam-se as relações humanas, ensinando que a diversidade não é um problema e que o respeito deve estar mais próximo de todos dentro de uma sociedade. O professor tem como dever desenvolver o senso político e crítico em relação as desigualdades sociais e raciais, uma vez que a educação tem como objetivo ensinar que todos devem ser respeitados em suas diferentes formas independente de raça, cor, sexo ou religião.

Nesse mesmo sentido, pode-se dizer que, um marco muito importante para o movimento negro e também para que não se perpetue a verdade de uma história única, é a aprovação da Lei

⁸ Título inspirado no livro “O perigo de uma história única” da feminista Chimamanda Ngozi Adichie, 2019.

10.639/03 da qual se fundamentou nos seguintes dispositivos: 5º, 210, 206, 242, 215 e 216, ambos da Constituição Federal de 1988 (BRASIL, 1988); e nos artigos 26, 26A e 79B da Lei 9.394/96 dos quais visam o direito aos estudos da cultura e história afro-brasileira que constituíram e constituem a cultura do país. (BRASIL 1996). Nesse sentido é importante observar os artigos da Lei em questão e entender o contexto social e educacional do Brasil.

Art.26-A - Nos estabelecimentos de ensino fundamental e médio, oficiais e particulares, torna-se obrigatório o ensino sobre História e Cultura Afro-brasileira.

Parágrafo Primeiro – O conteúdo programático a que se refere o caput deste artigo incluirá o estudo da África e dos Africanos, a luta dos negros no Brasil, a cultura negra brasileira e o negro na formação da sociedade nacional, resgatando a contribuição do povo negro nas áreas social, econômica e política, pertinentes à História do Brasil.

Parágrafo segundo – Os conteúdos referentes à História e Cultura Afro-brasileira serão ministrados no âmbito de todo currículo escolar, em especial, nas áreas Educação Artística e de Literatura e Histórias Brasileiras.

Art. 79-B – O calendário escolar incluirá o dia 20 de novembro como “Dia Nacional da Consciência Negra”. (BRASIL, 2003) (grifo nosso).

Para a educação e para a formação dos alunos, a Lei aqui abordada, é uma forma de colocar em pauta as questões raciais na escola proporcionando assim um ambiente do qual abrange uma das questões mais urgentes da sociedade, pois o apagamento de uma cultura é também o esquecimento de seu povo. Sabe-se que há uma dificuldade da sociedade em lidar com essas questões o que resulta em processos lentos, tal Lei foi aprovada como já mencionado anteriormente, com o intuito de dar visibilidade e humanizar esse povo que no decorrer da história foi explorado e subalternizado pela cultura branca que adentrou em seus territórios e que ainda insistem nessa dominação político-cultural. A Lei supracitada sofreu dois vetos, dos quais se destaca:

O primeiro veto trata-se do parágrafo terceiro do artigo 26 que tinha como objetivo trabalhar o conteúdo nas disciplinas de História e Educação Artística, no ensino médio, contabilizando 10% anual ou semestral sobre a temática afro-brasileira. O veto teve a seguinte justificativa de que tal artigo segrega os valores culturais de determinadas regiões, uma vez que o Brasil é um país diverso e plural. Logo, o artigo 79 A, o qual prevê a participação de pessoas do movimento negro ou pessoas que estudam a matéria para auxiliar na formação e capacitação dos professores, sendo vetado romper a unidade da Lei que fala sobre o ensino e não sobre a capacitação dos professores para determinada temática. (BRASIL, 2003). Devido a estes vetos, observa-se que por mais que a Lei tenha sido aprovada, o legislador não conseguiu alcançar o seu objetivo, pois para essa se materializar é preciso proporcionar condições para que se concretize, uma vez que o Estado veta essas duas questões que são fundamentais e acaba

isentando de suas responsabilidades na formação política e pedagógica dos professores. (DA ROCHA, 2006, p. 83-85).

A Lei garante o ensino de África na sala de aula, ou seja, todo o aluno tem o direito de conhecer a cultura afro-brasileira. A ideia é que essa Lei sirva de instrumento de combate ao racismo, mas infelizmente não é isso que vem acontecendo na grande maioria das escolas, conforme se viu até o presente momento da pesquisa. Os descendentes de povos que foram escravizados, quando se trata do estudo da história, aduzem não terem estudado a própria história e cultura dentro das escolas, e o pouco que estudaram foi uma visão europeia do negro. Quando se trata de direitos para a população negra no Brasil, e após 18 anos da Lei 10.639, percebe-se que as instituições ainda são muito racistas, alegam, em outras palavras, que os negros merecem estar onde estão, pois não passaram em um concurso público para ocupar determinada posição (meritocracia) ou que para o ensino da cultura deles é necessário ter um material contando o outro lado da história. Identifica-se que tudo vira um obstáculo quando se trata de direitos para um povo que tem uma história de segregação.

O legislador ao vetar os dispositivos acima expostos não teve dimensão da importância de tais itens para dar consistência à Lei, foram vetados por diversas razões que aqui nesse momento não cabe dizer, mas isso comprova a falta de conhecimento histórico, inclusive do legislador, bem como daqueles que foram responsáveis pelos vetos, pois, esqueceram a importância dos jovens desde cedo terem outras referências e saberem quem foi Zumbi dos Palmares, Dandara, Akotirene, Djamila, Carolina Maria de Jesus e entre outros importantes nomes da história e cultura afro, inclusive brasileira. Ter um olhar dessa história que não seja a partir da perspectiva do branco, eurocêntrico, colocando os negros em uma posição desumana. É importante que as crianças desde pequenos saibam que os negros tem história, cultura, produções e que o racismo mata, assim como outros tipos de preconceito e intolerância.

Marcia Tiburi, no campo do poder do conhecimento, faz uma analogia a ventriloquacidade,⁹ pois “é exercida pelos intelectuais eurocêntricos, repetitivos e que evitam a todos os custos a afirmação de um pensamento próprio, seja seu, seja de outrem. Afirma a obediência a uma voz estrangeira ou nacional a ser sempre repetida.” A partir da perspectiva da filósofa Tiburi, pode-se pensar que tanto a academia quanto o ensino, geralmente acabam se contradizendo e tornam-se comparável ao ventríloquo senso comum que visam criticar. Diante

⁹ É o artista cuja performance consiste em não mexer os lábios dando a impressão de que sua voz sai de um títere, ventriloquacidade é a capacidade de falar por meio de outrem. (TIBURI, 2018, p. 101) do livro “Ridículo Político: uma investigação sobre o risível, a manipulação da imagem e o esteticamente correto”.

disso, quando se perpetua um pensamento, o automatismo do intelectual, aquele automatismo que repete o texto, a teoria e o jargão faz com que pareça um ator que esqueceu que atuar. A autora afirma ainda que, “o controle da expressão leva à morte da expressão”, (a gente continua) e a morte de um povo, que desamparados pelo Estado e pela sociedade, perpassa a ideia de que as universidades e escolas acabam se tornando campos destinados a formar zumbis (TIBURI, 2018, p.101).

No Brasil de acordo com as narrativas de quem ainda carrega a falsa ideia da democracia racial, o Brasil, sempre foi um paraíso racial até a chegada do debate sobre ações afirmativas e da Lei 10.639, é melhor dizer que, o paraíso racial acaba quando se fala em direitos para esses povos, pois, enquanto os negros ocupavam posições dentro das universidades para serem vigilantes, cozinheiros, serviçais e entre outras profissões dignas e honrosas, o Brasil era feliz. Não está se questionando as profissões aqui mencionadas, o que se questiona é o porquê somente os negros não podem ascenderem socialmente e ocupar os espaços de poder sem serem taxados de “vitimista”, não contribuindo assim, para uma identidade positiva para meninos e meninas negras, as produções negras precisam ser apresentadas como uma alternativa de uma outra versão da história que, historicamente foi contada e distorcida pelos ditos “vencedores”, os brancos e europeus. Nesse sentido o autor Rodney William nos traz a seguinte reflexão:

[...] não contribuem, por exemplo, para a construção de uma identidade positiva para meninos e meninas negras, que já sofreram com toda sorte de discriminação nas escolas, que nunca se veem representados e que assistem uma verdadeira distorção dos elementos culturais de seu povo e uma completa desvalorização de suas tradições. (WILLIAM, 2019, p. 90).

A demonização de tudo que vem do povo negro no Brasil, tem levado a episódios de violência simbólica conforme refere o doutor William, e isso, é bem alarmante, ainda que a gente tenha avançado (em direitos) bastante com relação a algumas questões, mas, os próximos anos ainda serão de muita luta e resistência, pois cantores que pertencem à outras religiões ainda se recusam pronunciar trechos que remetem aos orixás, bem como professores que “tentam evangelizar os alunos, pregam em sala de aula e se recusam a aplicar a Lei 10.639, veículos de comunicação que não dão oportunidades a artistas vinculados a religiões de matriz africana, telespectadores que se recusam a assistir novelas com essa temática” (WILLIAM, 2019, p.168-169).

A intolerância religiosa e o racismo andam lado-a-lado. E, nota-se que, a cor da pele não incomoda enquanto os negros estiverem nos lugares que sempre foram reservados para eles, enquanto eles não reivindicam direitos e seus espaços que são seus por direitos, ou seja, enquanto a mulher preta permanece na faxina dentro de algumas instituições. Com isso se retrata uma falsa ideia de que o Brasil permanece sendo um país feliz, um paraíso racial, pois o racismo nos dá a entender que é esse o Direito.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Visto que a história e cultura Afro-brasileira sempre foi marginalizada pela população branca, os dominantes europeus, não é de se espantar que ainda hoje exista a falsa ideia de um Brasil sem preconceitos. Diante dos estudos da Unesco, citados nesta pesquisa, comprovou-se que a discriminação e os preconceitos raciais são os grandes bloqueadores da ascendência social negra. Diante disso, a relevância desta pesquisa é fundamental para o meio social, uma vez que contempla a importância do ensino da história e cultura afro-brasileira nas escolas, como também investiga o (não) cumprimento da Lei nº 10.639/2003.

Em virtude dos fatos mencionados durante o estudo, conclui-se que passados 18 anos de Lei nº 10.639/2003, não houve avanços significativos em relação as desigualdades e preconceitos raciais. Constata-se que mesmo com a existência de uma Lei que obrigue o ensino sobre história e cultura afro-brasileira nas escolas, as instituições de ensino bloqueiam e criam obstáculos para sua efetivação. Logo, contribuem com uma sociedade racista e desigual, estabelecida pela voz do branco.

Dessa forma, entende-se que cumprimento da Lei nº 10.639/2003 deve ser fiscalizada pelas organizações educacionais, pois acredita-se que a educação e as políticas públicas são os principais meio de combater de modo significativo o racismo e as desigualdades raciais. É por meio das literaturas afro-brasileiras inseridas nas instituições de ensino, que as crianças negras serão representadas e incluídas, incluindo diversidades de saberes e a ruptura de paradigmas e preconceitos.

REFERÊNCIAS

ADICHIE, Chimamanda Ngozi. O perigo de uma história única. 1ª ed. São Paulo: Companhia das Letras. 2019.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 01 jul. 2021.

BRASIL. “Censo Escolar – Educacenso. O item cor/raça no censo escolar da educação básica”. Ministério da Educação. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), 2015. Disponível em: https://download.inep.gov.br/educacao_basica/educacenso/documentos/2015/cor_raca.pdf. Acesso em: 20 de mai. 2021.

BRASIL. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996.** Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm. Acesso em: 01 jul. 2021.

BRASIL. **Lei nº 10.639 de 09 de Janeiro de 2003.** Altera a Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira", e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/110.639.htm. Acesso em 19 de mai. 2021.

CHAVES, Lyjane Queiroz Lucena. **Literatura negra como prática de ensino no combate à discriminação racial.** Disponível em: <https://educacaopublica.cecierj.edu.br/artigos/19/30/literatura-negra-como-pratica-de-ensino-no-combate-a-discriminacao-racial>. Acesso em 19 de mai. 2021.

CONSELHO Nacional de Educação. Resolução nº.01 de 17 de junho de 2004. Dispõe sobre as diretrizes curriculares nacionais para a educação das relações étnico-raciais e para o ensino de história e cultura afro-brasileira e africana. Relatora: Petronilha Beatriz Gonçalves. Ministério da Educação. Brasília, julho de 2004. Disponível em: http://www.escoladeformacao.sp.gov.br/portais/Portais/84/docs/cursos-concursos/promocao/Anexo%20F5_RESOLU%C3%87%C3%83O%20CNECP%201,%20DE%2017%20DE%20JUNHO%20DE%202004.pdf >. Acesso em 05 de jun. 2021.

DA ROCHA, Luiz Carlos Paixão. **Políticas Afirmativas e Educação:** A lei 10.639/03 no contextos das políticas educacionais no Brasil contemporâneo. **Anais.** Disponível em: http://www.educadores.diaadia.pr.gov.br/arquivos/File/marco2012/historia_artigos/3rocha_dissertacao.pdf>. Acesso em 30 de mai. 2021.

MOREIRA-PRIMO, Ueliton Santos; FRANÇA, Dalila Xavier de. Efeitos do racismo da trajetória escolar de crianças: uma revisão sistemática. Debates em educação. Universidade Federal de Alagoas. 2020. **Anais.** Disponível em: <https://www.seer.ufal.br/index.php/debateseducacao/article/view/8403>. Acesso em 19 de mai. 2021.

MUNANGA, Kabengele, Prefácio. *In:* D’ADESKY, Jacques. **Pluralismos Étnicos e Multiculturalismo:** Racismo em anti-racismos no Brasil. Rio de Janeiro: Pallas 2001.

PALHARES, Isabela. Negros são 71,7% dos jovens que abandonam a escola no Brasil. **Folha de São Paulo.** Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/educacao/2020/06/negros-sao-717-dos-jovens-que-abandonam-a-escola-no-brasil.shtml>. Acesso em 22 de mai. 2021.

PEREIRA, Júlia. Segundo pesquisa, 78% dos mortos pela polícia são negros. **Rede Brasil Atual.** Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas->

[noticias/2020/10/18/oito-a-cada-10-mortos-pela-policia-no-brasil-sao-negros-aponta-relatorio.htm](#) >. Acesso em 15 de mai. 2021.

RIBEIRO, Djamila. **Pequeno Manual Antirracista**. 1ª Edição. São Paulo: Companhia das letras, 2019.

SOUZA, Gasperim Ramalho de; ROQUE, Arnaldo César. **Identidades e Epistemologias: A Lei 10639/03 na Descolonização da Escola**. Disponível em: <<https://periodicos.ufpe.br/revistas/interritorios/article/download/248993/37143>> . Acesso em 21 de mai. 2021.

STEGAGNO-PICCHIO, Luciana. **História da Literatura Brasileira**. 2ª ed. rev. e ampliada. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 2004.

TIBURI, Marcia. **Ridículo Político: uma investigação sobre o risível, a manipulação da imagem e o esteticamente correto**. 4ª Ed. Rio de Janeiro: Record, 2018.

VINÃS, Diego; DURAN, Pedro; CARVALHO, Júlia. **Morrem mais negros que brancos por coronavírus no Brasil**. **CNN Brasil**. Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/saude/2020/06/05/negros-morrem-40-mais-que-brancos-por-coronavirus-no-brasil>. Acesso em 22 de mai. 2021.

WILLIAM, Rodney. “Apropriação cultural”. In: **Feminismos Plurais**. RIBEIRO, Djamila [Coord.]. São Paulo: Pólen, 2019.

8 em cada 10 presos em flagrante no Rio são negros, diz estudo da Defensoria. **Consultor Jurídico**. Disponível em: <<https://www.conjur.com.br/2020-ago-05/cada-10-presos-flagrante-rio-sao-negros-estudo>>. 15 de mai. Jun. 2021.

**DEMOCRACIA, POLÍTICAS PÚBLICAS E PARTICIPAÇÃO CIDADÃ: TECENDO
(DES)ENCONTROS**

**DEMOCRACY, PUBLIC POLICIES AND CITIZEN PARTICIPATION: WEAVING
(MIS) MEETINGS**

Recebido em: 01/01/2022

Aceito em: 18/02/2022

Aline Rodrigues Maroneze¹ 

Resumo: A democracia se coloca, na atualidade, como balizadora de estratégias e políticas públicas que, por meio de processos participativos, podem contribuir significativamente para que as sociedades superem problemas e resolvam estrategicamente demandas que efetivam desafios e retrocessos ao desenvolvimento humano, social, estrutural e econômico. O presente ensaio objetiva discorrer acerca das relações e dos desencontros que as temáticas da democracia, políticas públicas e participação social estabelecem, apresentando, este último, como meio onde as comunidades podem se organizar e resolver problemas sociais por meio de processos participativos que envolvam e incluam, de maneira indistinta, aqueles que necessitam e demandam certa atuação do Estado. Para o alcance dos objetivos propostos utiliza-se como metodologia a pesquisa qualitativa e bibliográfica, e o método indutivo.

Palavras-chave: Políticas Públicas; Democracia; Participação Social

Abstract: Democracy is currently placed as a guide for strategies and public policies that, through participatory processes, can significantly contribute to societies overcoming problems and strategically solving demands that effect challenges and setbacks to human, social, structural development and economical. This essay aims to discuss the relationships and disagreements that the themes of democracy, public policies and social participation establish, presenting the latter as a means where communities can organize and solve social problems through participatory processes that involve and include, indistinctly, those who need and demand a certain action from the State. To achieve the proposed objectives, qualitative and bibliographic research and the inductive method are used as methodology.

Keywords: Public Policies; Democracy; Social Participation

INTRODUÇÃO

Nunca se discutiu tanto democracia como nos séculos XX e XXI, provavelmente, pela necessidade após períodos de guerras e ditaduras que marcam a história de muitos países no mundo. Pode-se conceber a democracia, portanto, como sendo a capacidade do povo de decidir os rumos da sociedade, ocupando os espaços e estruturas do Estado, monitorando e controlando as ações governamentais.

¹ Mestra em Desenvolvimento e Políticas Públicas pelo PPGDPP, da Universidade Federal da Fronteira Sul, UFFS – Campus Cerro Largo/RS. Especialista em Direito Processual Civil. Mestranda em Direito pelo Programade Pós-Graduação Stricto Sensu em Direito, Campus de Santo Ângelo/RS. Bolsista CAPES/PROSUC. E-mail:aline_maroneze@yahoo.com.br

Como instrumento necessário à constituição e às garantias de direito, a democracia se coloca, na atualidade, como balizadora de estratégias e políticas públicas que, por meio de processos participativos, podem contribuir significativamente para que as sociedades superem problemas e resolvam estrategicamente demandas que efetivam desafios e retrocessos ao desenvolvimento humano, social, estrutural e econômico.

O presente ensaio objetiva discorrer acerca das relações e dos desencontros que as temáticas da democracia, políticas públicas e participação social estabelecem, apresentando, este último, como meio onde as comunidades podem se organizar e resolver problemas sociais por meio de processos participativos que envolvam e incluam, de maneira indistinta, aqueles que necessitam e demandam certa atuação do Estado.

PERSPECTIVAS ACERCA DE DEMOCRACIA

A democracia se constitui em um conjunto de regras para a constituição de maiorias, entre as quais valeria a pena destacar, o peso igual dos votos e a ausência de distinções econômicas, sociais, religiosas e étnicas (BOBBIO, 1982).

Bobbio (1982), vai afirmar que o cidadão, ao fazer a opção pela sociedade de consumo de massa e pelo Estado de bem-estar social, sabe que está abrindo mão do controle sobre as atividades políticas e econômicas por ele exercidas em favor de burocracias privadas e públicas. Schumpeter afirma que o processo democrático é um método político, um certo arranjo institucional para chegar a decisões políticas e administrativas (SCHUMPETER, 2017, p. 242).

Como se pode analisar, muitos foram os modelos e conceitos de democracia pensados ao longo do tempo como uma nova forma de organização social, só que, no entanto, tais espaços foram ocupados, via de regra, por membros da elite e detentores de bens e capitais, que viam o povo apenas como legitimador de seus poderes e não como pessoas preparadas para ocuparem espaços relevantes de decisão e de governos. Demo possui uma visão realista sobre o assunto, sendo que para ele:

Nossa sociedade é miserável em termos políticos porque ainda é uma senzala. A própria alegação constante de que somos um povo pacífico, que não deseja violência, esconde uma forma soturna e não menos gritante de violência, pois vende-se como como traço interessante o que no fundo não passa de marca da subserviência. (DEMO, 1996, p. 43).

Tal afirmativa instiga a reflexão sobre aspectos não colocados em prática num sistema democrático, as falsas atuações e participações da sociedade nos assuntos que lhe dizem respeito e impactam diretamente. Essa não ação estaria relacionada a nossa história: baseada em falta de oportunidade e estímulo para participar, sendo escravos de mandos e desmandos de quem possui o poder para tal.

Democracia é, nesta ótica, uma forma de governo e de organização social muito recente. Começa a ter força no imaginário e campos políticos no final do século 18 - tendo em vista que não era bem vista por muitas pessoas e segmentos da sociedade. Ganha força após a Segunda Guerra Mundial em especial na Inglaterra, França e Estados Unidos. Sabemos que houveram três grandes ondas democráticas.

A primeira onda ocorre entre 1828 e 1926 tendo como inspiração a Revolução Francesa, espalhando-se pelo Continente Europeu e América do Norte. Junto com ele houve uma 'onda reserva' caracterizada pela ascensão do fascismo e do nazismo ao poder. A segunda onda ocorre entre 1943 e 1962 com o fim da Segunda Guerra Mundial e a derrota do nazi-fascismo. Esta onda foi levada para a Alemanha Ocidental, Itália, Áustria e Coreia do Sul. A 'onda reserva' que acompanha a segunda onda ocorre entre 1958 e 1975 com os golpes militares que resultaram nas ditaduras latino-americanas.

A terceira onda ocorre a partir de 1974 com a revolução dos 'cravos' que derruba a ditadura de Salazar e Marcelo Caetano em Portugal. Estendeu-se para a América Latina no final dos anos 70 e início dos anos 80, se propagando para o leste europeu no final dos anos 90. Pode-se reparar que junto com estas ondas de democratização que ocorreram mundo a fora vieram acompanhadas de 'ondas reservas', as quais faziam um contraponto de resistência a estes movimentos democráticos e de liberdade.

Inicialmente os protestos eram a única forma de expressão e mobilização social. Com o tempo surgiram os primeiros grupos institucionalizados a lançar ações, como o grupo de Direitos Humanos e Feministas. No Brasil a participação política e democrática tem sido marcada por dois fenômenos importantes:

(...) a ampliação da presença da sociedade civil nas políticas públicas e o crescimento das chamadas instituições participativas. Do lado da sociedade civil, diversos atores pertencentes a esse campo político reivindicaram, desde o final do período autoritário, uma maior presença em instituições encarregadas da deliberação sobre políticas públicas (AVRITZER, 2012, p. 34).

Hoje podemos dividir democracia em dois níveis: de baixa e alta intensidade. A democracia de alta intensidade pode ser caracterizada, contraponto a de baixa intensidade, as formas de participação na vida em sociedade experimentada em formas de organização além do Estado, a participação social busca no exercício compartilhado de poder, transformar as relações sociais e práticas culturais, que são perceptíveis no âmbito local, pois os indivíduos têm o direito de expressarem suas aspirações com liberdade e respeito às diferenças. Pressupõe a participação direta da sociedade no debate, na articulação de espaços criados e desenvolvidos para a captação de demandas e opinião para serem implementados pelos governos ou pela própria sociedade organizada. Bordenave nos lembra que:

A democracia participativa promove a subida da população a níveis cada vez mais elevados de participação decisória, acabando com a divisão de funções entre os que planejam e decidem lá em cima e os que sofrem as consequências das decisões cá embaixo (BORDENAVE, 1994, p. 34).

Quando se fala em democracia é obrigatório se falar em participação e mecanismos de inclusão da sociedade nos processos de gestão, atuação, fiscalização e decisão. Atualmente podemos citar como exemplos de ferramentas de participação e democracia de alta intensidade: os conselhos de políticas públicas (municipais, estaduais, nacionais), as conferências (municipais, estaduais, nacionais), orçamentos participativos, audiências públicas, consultas populares, dentre outros.

Ressalta-se também a criação de entidades representativas da sociedade civil como associações, ONGs e OSCIPs para a atuação da comunidade em determinadas áreas de seu interesse. Podemos citar como exemplo as conferências nacionais que se tornaram a mais importante e abrangente política participativa do Brasil, que têm desenvolvido uma tradição de conferências nacionais desde o início dos anos 1940, quando o governo Vargas convocou uma primeira conferência nacional de saúde, sendo potencializadas na última década em suas mais variadas áreas. Representam um encontro entre governo e sociedade civil para definir elementos bastante amplos da agenda de uma determinada política pública. Para Avritzer:

Esse padrão modificou fortemente a ideia de autonomia da sociedade uma vez que, por mais paradoxal que pareça, a sociedade civil que reivindicou a sua autonomia em relação ao Estado foi a mesma que reivindicou arranjos híbridos com a sua participação junto aos atores estatais durante a Assembleia Nacional Constituinte. A maior parte das IPs tem a sua origem nos capítulos das políticas sociais da Constituição de 1988. Essa foi a origem das formas de participação no nível local, tais como os conselhos e as formas de participação incipientes no nível federal durante os anos 1990 (AVRITZER, 2012, p. 35).

As conferências nacionais se firmaram nos últimos anos como a principal política participativa do governo federal e são resultado das reivindicações populares garantidas na Constituição de 1988. No entanto, ainda não está completamente claro se as pessoas que participam das conferências e conselhos detêm as informações necessárias para tal e se o processo de decisão é fortemente influenciado pelo governo ou não. Também não está completamente claro se as decisões tomadas e deliberadas (em ambas situações) são implantadas a posteriori (ou não) e de que forma elas ocorrem. Sobre isso, Avritzer comenta ainda que,

(...) há uma participação efetiva nas conferências nacionais que expressa continuidade com as formas de participação que surgiram no Brasil durante a redemocratização. Essas formas de participação têm começado a influenciar o comportamento dos atores da sociedade civil. No entanto, não está ainda claro como as decisões são tomadas nas conferências e como elas pautam, de fato, o comportamento do governo (AVRITZER, 2012, p. 35).

Durante muito tempo participação e representação não se articulavam. Hoje, cada vez mais a democratização caminha para a união entre representatividade e participação. Um representante eleito jamais tratará de todas as questões e temáticas relevantes da sociedade e, sendo assim, os indivíduos, que também possuem seus interesses, se mobilizam em prol destes, cabendo aos representantes eleitos cuidarem das demais áreas. Daí a importância de integrar participação e representação, para que num trabalho sinérgico a sociedade sane suas deficiências e melhore a vida de seus habitantes.

A teoria democrática apoia a integração entre representação e participação e sua articulação através dos conselhos, assembleias, orçamentos participativos, entidades, a fim de tornar a democracia realmente de alta intensidade, reduzindo ao máximo qualquer efeito de baixa intensidade, pois o sentido da democracia é ampliar a participação e inclusão de todos em uma gestão compartilhada.

Há de se fazer muitas críticas aos países que possuem sua democracia em baixa intensidade. Locais assim ficam presos a vontades de grupos e elites, o povo não é agente ativo dos rumos da sociedade, pois apenas delega poder e representatividade a quem considera superior. Regiões que não desenvolvem instrumentos de participação e debate comunidade-governo tendem a não se desenvolverem e seu futuro não será favorável às pessoas que nela habitam. A comunidade precisa ser ouvida e estar inserida nos processos decisórios, bem como se organizar na busca de garantia de seus direitos.

Nos locais onde as ferramentas existem, é preciso fazer com que estas sejam eficazes e tragam benefícios e desenvolvimento aos seus habitantes e naqueles onde é inexistente, criá-los. O controle social passa também pela fiscalização e monitoramento se o que for deliberado será realmente cumprido pelo poder público nos prazos e recursos estipulados.

Não há dúvidas de que uma democracia de alta intensidade traz muito mais benefícios para a sociedade, tendo em vista às ferramentas de participação direta e indireta da comunidade que possui a chance de ser ativa e atuante nos temas que dizem respeito aos seus interesses a do coletivo. Cabe às pessoas se apropriarem destes espaços e os fazerem funcionar para que todas as áreas tenham participação, representação, ações e debate. Só assim o povo será soberano e democrático plenamente.

DEMOCRACIA E POLÍTICAS PÚBLICAS: A IMPORTÂNCIA DA PARTICIPAÇÃO CIDADÃ

Vive-se em uma época, onde há um reconhecimento da necessidade de participação cívica e democrática por parte da população em geral, tendo por consequência o aumento das ferramentas participativas em várias esferas e áreas, que se iniciaram no Brasil, em especial, nos anos 90 e que vieram se expandindo por toda a Nação na última década. É necessário, portanto, uma avaliação constante do controle societário (*accountability*) na vida democrática de uma sociedade. Sobre isso, Lavallo e Castello nos dizem que *accountability*,

(...) é acionada por parte de atores coletivos em funções de representação que são desempenhadas *de jure* ou *de facto* perante o poder público e suas instâncias administrativas, tem grande relevância para a teoria democrática e para o futuro das inovações democráticas participativas ensaiadas ao longo dos últimos anos. (LAVALLE; CASTELLO, 2008, p. 68).

Esta foi, sem dúvida, uma das principais práticas que alavancaram a democracia no Brasil nas últimas décadas, abrindo portas para que a população participasse além do voto nas decisões governamentais. Ressalta-se a importância desta ferramenta, também, para o futuro e desenvolvimento pleno das ações que visem à prática democrática pelas instituições nas instâncias participativas onde a sociedade atua. O'Donnell, contribui afirmando que,

(...) *Accountability* democrática tem sido um dos temas frequentes nas discussões políticas contemporâneas, abrangendo estudiosos, policy-makers e cidadãos. Atualmente é comum empregar *accountability* ao enfatizar a atividade do administrador público em apresentar informações sobre sua gestão para a população, principalmente no sentido de prestar contas das suas atividades governamentais (O'DONNELL, 1998, p. 55).

A fiscalização e monitoramento das ações do governante deveriam ser tema de interesse da sociedade como um todo, dependendo, inclusive, dela. Toda a ação coletiva tende a ser muito mais eficiente do que uma meramente individualizada e é neste contexto em que os cidadãos são instigados a atuarem e fiscalizarem os atos públicos de sua área de atuação ou interesse, bem como os gestores públicos prestarem contas de seus atos ao coletivo.

Podemos medir o grau de democratização, institucionalização e representação de uma localidade através das ferramentas que esta cria e desenvolve a fim de incluir novos agentes da sociedade nos processos decisórios e de debate, tendo em vista que esta possui muito a contribuir para a gestão e desburocratização dos serviços públicos e suas gestões. A democracia só se expandirá realmente quando for amparada em alicerces de valores democráticos pela população, que através de práticas democráticas dará dinâmica e movimento às ações de interesse coletivo. Nesta ideia, Lavalle e Castello complementam afirmando que,

(...) No caso do controle social, sempre que se fala em nome de alguém, ou o sujeito da fala comparece como membro de uma entidade ou grupo nas inovações institucionais participativas e nos espaços de negociação, a lógica da auto-apresentação como explicitação de interesses e opiniões individuais, própria da participação, é substituída pela lógica da representação (LAVALLE; CASTELLO, 2008, p. 68).

De uma forma legitimada, o representante de uma entidade também exerce uma representação em nome de um grupo, devendo também prestar contas sob pena de ser deposto de suas atividades, pois o grupo espera que suas demandas sejam canalizadas da melhor forma possível objetivando supri-las. Há muito mais chance de se atingir os objetivos almejados se a comunidade estiver organizada institucionalmente do que um cidadão de forma isolada.

As demandas são expostas e direcionadas através dos canais de participação de forma a contribuir com o debate e apresentando novas pautas e agendas aos órgãos de governo oficiais. A pluralidade dos movimentos sociais organizados é de extrema importância para o fortalecimento das práticas democráticas de uma localidade. Cada área pode ter uma forma específica para se expressar e atuar socialmente, necessitando apenas ser criado, estimulado e desenvolvido – o que deve partir da própria sociedade. É o capital social o responsável, diretamente, pelo desenvolvimento de uma localidade, não devendo esta esperar que todas as

ações e pautas venham do poder público – pois é ela, enquanto sociedade – a mais interessada em desenvolvê-las.

Como já foi ressaltado, independente do incentivo do governo, a sociedade deve buscar mecanismos de controle e fiscalização das ações governamentais, tencionando o próprio Estado a agir e administrar conforme as demandas sociais. Em muitos casos, as pessoas (através de ONG's e OSCIP's) conseguem desempenhar um papel na sociedade com muito mais resultados para a sociedade do que os próprios governantes. Não são poucos os casos de governos que não aceitam formas de participação ou de controle social sobre suas ações, não legitimando e criando conselhos, não dialogando com a sociedade e agindo como se fosse a única responsável pela tomada de decisões. Este tipo de gestão é ultrapassada e tende a fracassar. Sobre as organizações Lavalle e Castello afirmam que,

(...) Trata-se não apenas de entidades criadas especificamente para representar os indivíduos ou atores coletivos envolvidos em sua criação, mas também, e, sobretudo, de organizações civis que representam interesses delimitados e instituídos mediante o ato de sua própria fundação (LAVALLE; CASTELLO, 2008, p. 78).

Uma entidade nasce com um propósito comum entre os que a constituem, representando esta finalidade e objetivo coletivo, necessitando suas ações estarem de acordo com suas propostas, tendo sua agenda formada por estratégias que visem atingi-las. O ideal é que ocorra sempre o debate entre ambos, a fim de facilitar o desenvolvimento de ações e projetos relevantes a todos onde o coletivo saia fortalecido. Quando estas ferramentas se consolidam em uma sociedade, ocorre um efeito multiplicador democrático muito importante, pois novos atores passam a se sensibilizar e atuar em entidades civis em prol de todos, acarretando um círculo vicioso benéfico para a sociedade, motivando-a a desenvolver tais ferramentas e estratégias de atuação, cabendo às pessoas se destas disponíveis de participação e aumentarem o grau de institucionalização em suas cidades.

Com o desenvolvimento de práticas como a “accountability societária” a democracia só tende a sair mais fortalecida e desenvolvida e o povo cada vez mais participativo, tornando a comunidade mais inclusiva no que se referem às decisões coletivas tomadas pelos governantes bem como às aplicações do dinheiro público, auxiliando inclusive no planejamento da cidade. Não há dúvidas de que sua aplicabilidade só traz benefícios coletivos, auxiliando na formação de uma consciência coletiva e crítica dos atores sociais, que terão mais espaço, voz e vez na fiscalização das esferas públicas.

A accountability representa o controle da sociedade sobre o governo, de uma forma vertical, que não a tradicional em uma relação eleitoral, mas sim de uma mobilização civil para que o governo corrija posturas e atenda expectativas que a sociedade possui. Este controle realizado acarreta sanções que a sociedade impõe aos governantes – de forma simbólica e não administrativa – através da opinião pública compartilhada, dificultando a legitimação dos representantes e governos, fazendo-os ganhar ou perder eleições, em um reflexo no sistema eleitoral. Esse controle realizado aos governantes cria status e imagens que estes levarão em sua vida política, a qual a sociedade lhes marcará conforme seu trabalho, atuação e prestação de contas, sendo do interesse político dos governantes que esta imagem seja a melhor possível – sendo que para isto deverá ter dialogado e criado espaços para a participação da sociedade em seus governos.

A necessidade desse controle social é resultado da ineficiência dos mecanismos de controle oficiais e institucionalizados, os quais não respondem e atuam conforme as necessidades da sociedade, que acaba se organizando e realizando por conta um controle sobre o governo ou em sua área de interesse direto, fiscalizando, cobrando, pressionando, acompanhando e compartilhando informações e ações por estes realizadas.

As eleições não esgotam as possibilidades de accountability vertical tendo em vista que após a Constituição de 1998 outras formas e instituição de controle foram desenvolvidas no Brasil, como por exemplo, o Ministério Público o qual é acessível a todos os grupos e cidadãos na garantia de seus direitos. Além disso, houve um forte ativismo por parte do Judiciário, que começou a atuar em temas que até então não faziam parte de sua agenda de atuação, como por exemplo, as ações do legislativo. Aliam-se a estes mecanismos os conselhos e conferências, os quais empoderam a sociedade civil no controle das ações governamentais.

O exercício da democracia e do controle social vão além e ultrapassam as eleições, pois são (e devem ser) praticadas e exercidas cotidianamente pela sociedade, através de seus mecanismos de controle e de participação, auxiliando na constituição de uma democracia plena, igualitária e acessível a todos.

Estes instrumentos precisam se expandir mais para que a maioria das pessoas tenham acesso e (re) conheçam os mecanismos para controle como garantia de seus próprios direitos. Para isso a educação e a emancipação dos agentes sociais surgem como as ferramentas ideais para que tais mecanismos sejam apropriados e incorporados na sociedade (e seus grupos organizados) – a fim de que o controle da sociedade no que se refere ao público seja cada vez

maior e eficiente. Quando isso ocorrer de forma ampla e responsável, as eleições serão apenas mais um dos momentos de controle social - e talvez não o principal - formando um sistema que se bem executado pela sociedade só trará benefícios gerais a todos e o governo terá de atender de uma forma maior aos anseios da população e não apenas seus próprios interesses políticos ou de barganhas pelo poder. Além de um direito garantido, o monitoramento é obrigação da sociedade que deseja se desenvolver e solucionar seus problemas em uma gestão compartilhada, onde todos são responsáveis pelas conquistas ou retrocessos do coletivo, entretanto, cabe à sociedade se colocar no papel de protagonista desta vigilância, chamando para si essa responsabilidade, tendo como objetivos uma sociedade melhor para todos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante do exposto no presente ensaio, verifica-se que a temática da democracia é, para além de mero conceito teórico, prática necessária na regulação e no desenvolvimento das sociedades. Considera-se, no contexto atual, como elemento indispensável àqueles grupos que desejam, para além de transpor problemas e dificuldades, emanciparem-se como sujeitos que, ativamente, podem contribuir no desenvolvimento do local e do país onde vivem.

A participação social requer que se institua canais efetivos que promovam, considerando as peculiaridades e necessidades de cada grupo, um modo de captar demandas e coletivamente formular estratégias que objetivamente venham ao encontro das necessidades sociais, humanas, estruturais, culturais e econômicas dos sujeitos. Este, deve ser vislumbrado pelos governos como um capital humano que pode (e deve) contribuir na construção das políticas e práticas a serem adotadas nos mais variados setores. Compartilhar ideias, estratégias e responsabilidades é prática que fornece, nos mais variados níveis, condições para que se promovam e desenvolvam ações que efetivamente sirvam à população.

Assim sendo, conclui-se ainda que os processos democráticos são e necessitam de meios pelos quais as decisões não sejam simplesmente verticalizadas, mas que, de forma permanente, se institua canais de participação onde as demandas sejam colocadas como prioridade das gestões e governos, e não interesses particulares, oportunidade em que as comunidades se sintam, ao mesmo tempo, participantes e colaborativas do local em que vivem. Deste modo, não há saída e alternativa para as demandas sociais que não por meio da democracia e da participação social, sendo ainda, sua implementação satisfatória, ainda um desafio na maioria das localidades e Estados brasileiros.

REFERÊNCIAS

AVRITZER, Leonardo. **Conferências Nacionais: Ampliando e Redefinindo os Padrões de Participação Social no Brasil.**

AVRITZER, Leonardo. **Sociedade Civil, Instituições Participativas e Representação: Da Autorização à Legitimidade da Ação.**

BOBBIO, Norberto. **O conceito de sociedade civil.** Tradução de Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro: Edição Graal, 1982.

BORDENAVE, Juan E. Díaz. **O que é participação.** 8 ed. São Paulo: Brasiliense, 1994.

BURDA, Janete. **Missões Guarani: a saga da República Guarani na América do Sul.** Curitiba: Livraria do Chain Editora, 2001.

DEMO, Pedro. **Pobreza Política.** 5 ed. Campinas: Autores Associados, 1996.

LAVALLE, Adrian Gurza, CASTELLO, Graziela. **SOCIEDADE CIVIL, REPRESENTAÇÃO E A DUPLA FACE DA ACCOUNTABILITY: cidade do México e São Paulo,** 2008.

O'DONNELL, Guillermo. Accountability horizontal e novas poliarquias. **Revista Lua Nova.** São Paulo: CEDEC, Nº 44, 1998.

SCHUMPETER, Joséph A. **Capitalismo, Socialismo e Democracia.** São Paulo: Editora Unesp, 2017.


**ANÁLISE QUANTITATIVA DA MOVIMENTAÇÃO FUNCIONAL DOS
IMIGRANTES NO RS**

**QUANTITATIVE ANALYSIS OF THE FUNCTIONAL MOVEMENT OF
IMMIGRANTS IN RS**

Recebido em: 08/01/2022

Aceito em: 16/02/2022

Nei Saraiva da Fontoura Junior¹ 

Thiago da Silva Sampaio² 

Resumo: O presente trabalho constitui-se como uma pesquisa exploratória, com uma abordagem quantitativa da movimentação funcional dos imigrantes no estado do Rio Grande do Sul no período entre 2017 e 2021. Os dados provêm da base harmonizada RAIS/CTPS/CAGED disponibilizada pelo portal da Imigração do Ministério da Justiça e Segurança Pública. A análise dos dados apontou para uma evolução da movimentação funcional dos imigrantes no período analisado, embora com uma redução do saldo muito acentuada no ano de 2021, assim como diferenças significativas entre a remuneração dos imigrantes, quando consideradas categorias como raça, cor e gênero. As principais atividades desenvolvidas foram aquelas voltadas às atividades industriais, especialmente as que dizem respeito à indústria alimentícia.

Palavras-chave: Imigração; Mercado de Trabalho; Estatística.

Abstract: The present work is an exploratory research, with a quantitative approach to the functional movement of immigrants in the state of Rio Grande do Sul in the period between 2017 and 2021. The data comes from the harmonized base RAIS/CTPS/CAGED made available by the Immigration portal of the Ministry of Justice and Public Security. Data analysis pointed to an evolution in the functional movement of immigrants in the analyzed period, although with a very sharp reduction in the balance in 2021, as well as significant differences between the remuneration of immigrants when considering categories with race, color and gender. The main activities developed were those related to industrial activities, especially those related to the food industry.

Keyword: Immigration; Labor market; Statistic.

INTRODUÇÃO

O crescente número de imigrantes presente no mercado de trabalho formal brasileiro está condicionado, tanto pela dinâmica econômica, quanto por fatores de ordem humanitária (SIMÕES *et al.*, 2019). Segundo a distinção feita por (HALLAK NETO; SIMÕES, 2020), este

¹ Aluno do Programa de Pós-graduação em Políticas Públicas da Universidade Federal do Pampa. E-mail: neifontoura.aluno@unipampa.edu.br.

² Professor do Programa de Pós-graduação em Políticas Públicas da Universidade Federal do Pampa. E-mail: thiagosampaio@unipampa.edu.br

fluxo pode ser dividido em dois períodos: o primeiro 2010 – 2014, caracterizado pelo dinamismo econômico e 2015 – 2019, com os efeitos da crise econômica e os novos fluxos migratórios, principalmente da América Central e Caribe e da América do Sul.

O presente trabalho busca por meio de uma abordagem quantitativa, explorar as bases de dados relacionadas com o tema da imigração no Brasil e coletar informações sobre a movimentação funcional dos imigrantes no Estado do Rio Grande do Sul entre 2017 e 2021. O objetivo é, por meio de técnicas estatísticas adequadas, identificar os padrões, e estabelecer correlações entre as variáveis.

A análise cobre o período entre 2017 e 2021, com vistas a observar os impactos da publicação da Lei de migrações Brasileira, Lei 13.445 de 24 de maio de 2017, a qual tem como objetivo regular a movimentação dos migrantes no Brasil e estabelecer diretrizes nas políticas públicas para este público (BRASIL, 2017).

Os dados provêm da Base Harmonizada com dados da Relação Anual de Informações Sociais – RAIS, da Carteira de Trabalho e Previdência Social - CTPS e do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados - CAGED³, e foram coletados através do Portal da Imigração do Ministério da Justiça e Segurança Pública. Esta base de dados fornece informações sobre a movimentação funcional dos imigrantes, além de um detalhamento como: gênero, faixa etária, nível educacional e muitas outras informações úteis para os estudos sobre a imigração.

Esta base de dados foi escolhida por ser padronizada e dispor de uma ampla quantidade de dados para consulta, o que permite a análise estatística das informações.

METODOLOGIA

O presente trabalho pode ser entendido como uma pesquisa exploratória, nas palavras de Gil (2008, p. 27): “Pesquisas exploratórias são desenvolvidas com o objetivo de proporcionar visão geral, de tipo aproximativo, acerca de determinado fato.” Neste sentido, o objetivo é explorar as bases de dados disponíveis sobre o tema da imigração, e com o auxílio de ferramental estatístico localizar padrões que possam ser utilizados para ampliar o conhecimento sobre o tema.

3 De acordo com o observatório das migrações internacionais a base RAIS-CTPS-CAGED é a base que contém informações sobre as admissões e desligamentos no mercado de trabalho formal, proveniente do pareamento entre a base CAGED e as bases RAIS e CTPS.

Quanto ao método, dada a disponibilidade de uma ampla e rica base de dados optou-se pelo método estatístico, novamente utilizando as palavras de Gil

Este método fundamenta-se na aplicação da teoria estatística da probabilidade e constitui importante auxílio para a investigação em ciências sociais. Há que se considerar, porém, que as explicações obtidas mediante a utilização do método estatístico não podem ser consideradas absolutamente verdadeiras, mas dotadas de boas probabilidades de serem verdadeiras (GIL, 2008, p. 17).

Em relação ao recorte temporal e geográfico. O recorte temporal abrange o período estabelecido entre os anos de 2017 até o ano de 2021⁴. Este período foi definido, considerando o estabelecimento da lei de migração, Lei 13.445 de 24 de maio de 2017. Quanto ao recorte geográfico foram utilizados dados de municípios do Estado do Rio Grande do Sul.

Após a coleta, os dados da base harmonizada RAIS/CTPS/CAGED foram tabulados com auxílio do software Excel. Posteriormente, e com os dados previamente preparados, realizou-se uma análise com o auxílio do software de análise de dados PSPP, fazendo o uso das ferramentas de tabulação cruzadas, qui-quadrado e testes de Mann-Whitney.

RESULTADOS

Ao longo do período analisado, 2017 - 2021, observou-se 112.287 movimentações funcionais, espalhados por 152 municípios gaúchos, sendo 61.327 admissões e 50.960 desligamentos. Os imigrantes que tiveram movimentações funcionais no estado provinham de 129 países.

TABELA 1 – MOVIMENTAÇÃO FUNCIONAL DOS IMIGRANTES NO RS
ENTRE 2017 E 2021

	2017	2018	2019	2020	2021
Admissões	9.180	9.654	12.489	13.192	16.812
Desligamentos	7.141	7.574	10.106	9.514	16.625
Saldo	2.039	2.080	2.383	3.678	187
Total	16.321	17.228	22.595	22.706	33.437

Fonte: Elaborado pelo autor com dados da RAIS/CTPS/CAGED

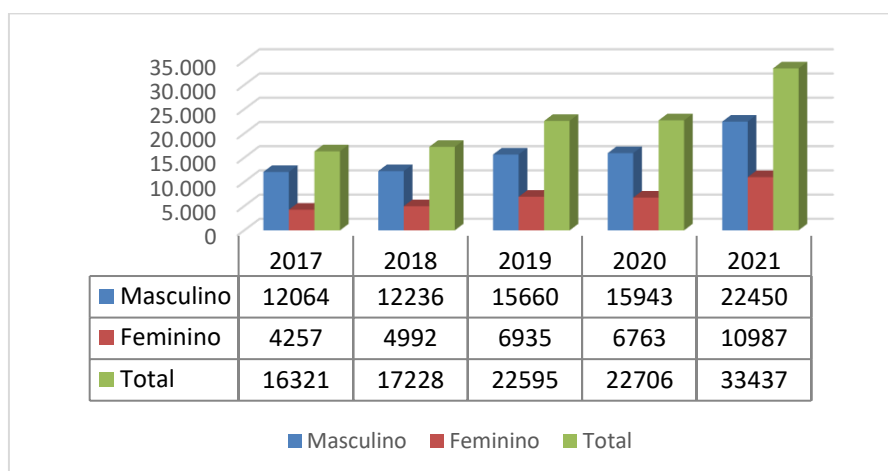
4 Os dados do ano de 2021 ainda podem sofrer modificações, devido a movimentações funcionais que não foram registrados no devido mês no ano de 2021, portanto apenas no final do ano 2022 os dados do ano de 2021 estarão fechados.

Observando-se os registros desses imigrantes, conforme demonstrado na tabela acima, observa-se uma evolução constante do número de movimentações funcionais no período. Entretanto, mesmo com a evolução das movimentações funcionais ao longo do período, o saldo, entendido como a diferença entre as admissões e as demissões sofreu uma forte redução no ano de 2021, o saldo que era de 3.679 em 2020 reduziu para 187 em 2021, uma redução de mais de 95%.

Outro fator digno de nota é a distribuição por gênero entre os imigrantes, durante o período de análise a distribuição entre homens e mulheres, embora ainda bastante acentuada tem apresentado redução. Em todos os anos do período houve mais movimentações de homens do que de mulheres, entretanto à proporção que era de 73,9% - 26,1% em 2017 reduziu-se para 67,1% - 32,9% em 2021. Portanto, a distribuição por gênero no Estado do Rio Grande do Sul está alinhada com o padrão brasileiro, visto que esta distribuição de aproximadamente 70 – 30 também é observada no trabalho de Tonhati e Macedo (2020), ao analisar o ingresso de imigrantes no Brasil, no período entre 2010 e 2019.

Além disso, a evolução da participação feminina na força de trabalho, de acordo com (SIMÕES *et al.*, 2019), pode estar relacionada com dois movimentos observados: a crise econômica que atingiu setores que tradicionalmente empregam mais homens e a redução do fluxo de haitianos, a partir de 2016, grupo este com elevada participação masculina.

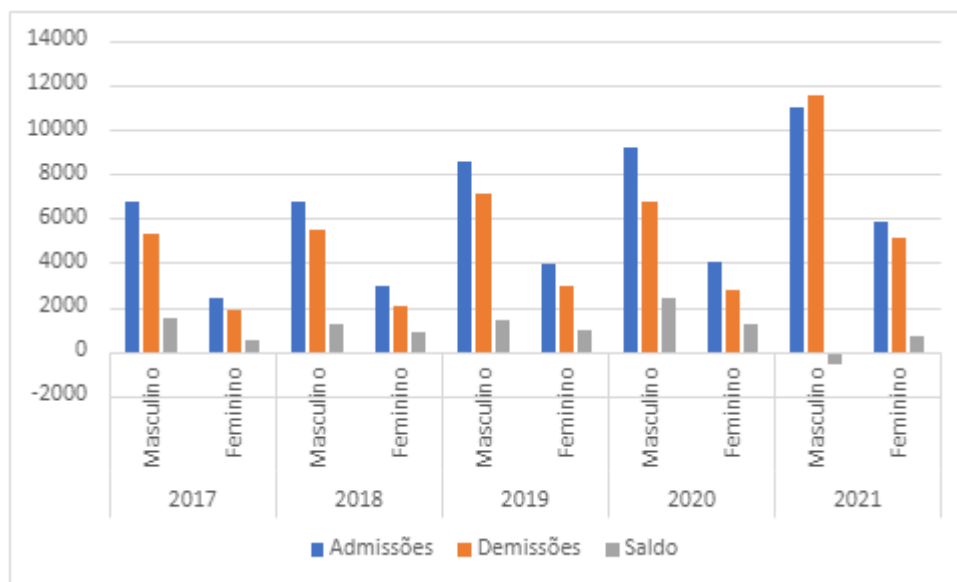
GRÁFICO 1 – INGRESSO DOS IMIGRANTES ENTRE 2017 E 2021



Fonte: Elaborado pelo autor com dados da RAIS/CTPS/CAGED

Correlacionando a movimentação funcional desses imigrantes com o seu gênero, percebe-se que o aumento da movimentação no ano de 2021 ocorreu nos dois gêneros, e que nesse ano, ao contrário da tendência que se estava consolidando no período de análise, o saldo resultante da diferença entre admissões e demissões reduziu-se significativamente.

GRÁFICO 2 - ADMISSÕES E DEMISSÕES POR GÊNERO ENTRE 2017 - 2021



Fonte: Elaborado pelo autor com dados da RAIS/CTPS/CAGED

De fato, conforme se observa na imagem acima, no ano de 2021, pela primeira vez, as demissões de homens superaram as admissões, e o resultado geral do ano não foi negativo, pois o saldo das mulheres foi capaz de neutralizar, em uma pequena parte, o efeito negativo na movimentação masculina. Entretanto, isto não foi suficiente para evitar a redução de mais de 95% no saldo entre os anos de 2020 e 2021, conforme demonstrado na tabela 1.

Considerando a distribuição por raça e cor, percebe-se que predominam as categorias de pretos e brancos, sendo estas duas responsáveis por 71% das movimentações.

TABELA 2 – DISTRIBUIÇÃO DOS IMIGRANTES POR GÊNERO E RAÇA

Raça	Masculino		Feminino	
	Observado	Esperado (Resíduo)	Observado	Esperado (Resíduo)
Preta	32.085	29.744 (2,54)	10.541	12.881 (-8,93)
Branca	22.794	25.837 (-3,83)	14.233	11.189 (13,45)
Ignorado	8.996	8.950 (0,13)	3.831	3.876 (-0,45)
Parda	7.198	7.021 (0,58)	2.865	3.041 (-2,03)
Não Identificado	6.584	6.162 (1,50)	2.247	2.668 (-5,25)
Amarela	529	474 (0,75)	151	205 (-2,64)
Indígena	167	162 (0,10)	66	70 (-0,37)

Total	78.353	33.934
--------------	---------------	---------------

Fonte: Elaborado pelo autor com dados da RAIS/CTPS/CAGED

A tabela acima mostra a realização de um teste qui-quadrado de independência que busca demonstrar se duas variáveis categóricas são relacionadas entre si, ou não. Estão apresentados os valores observados e os valores esperados para cada categoria, além dos resíduos ajustados entre parênteses.

Após a realização do teste, conforme demonstrado na tabela 2, observou-se que a raça e gênero são fatores correlacionados com a movimentação funcional dos imigrantes⁵. Observa-se que a predominância dos homens nas movimentações funcionais também está presente ao se analisar a distribuição por raças. Visto que, com exceção das mulheres brancas, em todas outras categorias observou-se menos mulheres do que era esperado.

Nesta mesma linha, os homens mostraram-se super-representados em todas as categorias, com a exceção dos homens brancos, que apresentaram menos movimentações do que o esperado para a categoria deles⁶ (-3,83). Em linhas gerais, de acordo com os dados do teste, é possível dizer que, geralmente, predominam as movimentações funcionais masculinas, e que apenas as mulheres brancas conseguem uma maior penetração no mercado de trabalho (13,45).

Justamente esta capacidade da mulher branca para entrar no mercado de trabalho, pode ser a justificativa para o homem branco apresentar um desempenho abaixo do esperado. Assim como a super-representação do homem preto no mercado (2,54), poder correlacionar-se com a forte dificuldade de a mulher negra inserir-se (-8,93).

Ao correlacionar as categorias de raça com a remuneração dos imigrantes, é necessário destacar que, ao comparar os imigrantes brancos e pretos, os dois principais grupos, observa-se uma diferença salarial no período analisado. Enquanto os imigrantes brancos tinham uma remuneração média de R\$ 2.122,89, os imigrantes negros tinham uma remuneração média de R\$ 1.431,77. No presente estudo, a remuneração foi uma variável que não apresentou uma distribuição normal⁷. Sendo assim, para comparar a diferença de remuneração entre negros e

5 Nível de significância estabelecido em 5%, valor $p < 0,00$

6 Quando menores que -1,96 ou maiores que 1,96 os resíduos ajustados indicam que aquele resultado é significativo.

7 Teste de Kolmogorov-Smirnov com Sig < 0,00

brancos realizou-se um teste de Mann-Whitney⁸, que demonstrou ser estatisticamente significativa a diferença apresentada.

Esta diferença de remuneração, com relação ao quesito de cor e raça, foi identificada em outros trabalhos, e não apenas para as categorias negros e brancos. De acordo com Hallak Neto e Simões (2020), a diferenciação de rendimentos entre as categorias de imigrantes manifestou-se com grande intensidade no quesito raça e cor, visto que os imigrantes de raça ou cor amarela e branca, apresentam rendimentos superiores aos imigrantes de raça ou cor preta ou parda.

Outro aspecto que deve ser considerado está relacionado com o nível de instrução desses imigrantes. A base de dados utilizada para o desenvolvimento deste trabalho RAIS/CTPS/CAGED divide os imigrantes em sete categorias, desde sem instrução, até os pós-graduados. Conforme demonstrado na tabela abaixo:

TABELA 3 - DISTRIBUIÇÃO DOS IMIGRANTES POR GÊNERO E NÍVEL DE INSTRUÇÃO

Nível	Masculino		Feminino	
	Observado	Esperado (Resíduo)	Observado	Esperado (Resíduo)
Sem instrução	14.469	13.150 (2,89)	4.377	5.695 (-10,14)
Fundamental Completo	11.186	10.957 (0,57)	4.517	4.745 (-1,99)
Médio Incompleto	6.691	7.128 (-1,42)	3.525	3.087 (5,00)
Médio Completo	37.645	37.530 (0,09)	16.139	16.253 (-0,33)
Superior Incompleto	2.162	2.488 (-1,91)	1.404	1.077 (6,72)
Superior Completo	5.975	6.848 (-2,91)	3.839	2.965 (10,21)
Pós-Graduação	225	249 (-0,47)	133	108 (1,66)
	78.353		33.934	

Fonte: Elaborado pelo autor com dados da RAIS/CTPS/CAGED

Observando-se os dados relativos ao nível de escolaridade, tanto entre homens, quanto entre as mulheres, percebe-se que predominam os imigrantes com nível de instrução média. De acordo com Cavalcanti (2021), esta observação está atrelada a consolidação da presença dos imigrantes de nível médio no mercado de trabalho, diferentemente do início da década, em que predominavam os imigrantes com nível superior, relacionado, portanto, aos novos fluxos do sul global.

8 Teste de Mann-Whitney com Sig < 0,00

Analisando os dados do teste, observa-se que as mulheres tendem a apresentar uma formação melhor que a dos homens. Embora a superioridade numérica dos homens faça com que eles estejam numericamente mais representados em todas as categorias. É necessário considerar a quantidade de mulheres que supera o esperado nas categorias mais qualificadas, como superior incompleto (6,72) e principalmente superior completo (10,21). Assim como, percebe-se a sub-representação de mulheres nas categorias sem instrução (-10,14), ou fundamental completo (-1,99).

Enquanto os homens estão sub-representados nas categorias mais qualificadas como superior incompleto (-1,91) e superior completo (-2,91), eles concentram-se de forma anormal dentro da categoria sem instrução (2,89).

É importante salientar que, mesmo as mulheres tendo uma maior qualificação, isto não se traduz em uma remuneração mais alta. A remuneração média dos imigrantes durante o período analisado ficou em R\$ 1.786,14. Entretanto, enquanto a remuneração média dos homens era de R\$ 1.909,20, a das mulheres era de R\$ 1.502,01. O teste de Mann-Whitney verificou que a diferença observada é estatisticamente significativa.

Esta relação entre maior qualificação e menor rendimento para as mulheres imigrantes também foi observada no trabalho de Hallak Neto e Simões (2020, p.107). Segundo eles: “Mesmo com a existência das desigualdades de rendimentos entre homens e mulheres, com os trabalhadores do sexo masculino recebendo em média mais do que as trabalhadoras, as imigrantes, em média, são mais escolarizadas.”

TABELA 4 – PAÍS DE ORIGEM DOS IMIGRANTES

País	Observações	Percentual
Haiti	44.907	(40,0%)
Venezuela	18.329	(16,3%)
Uruguai	10.947	(9,7%)
Senegal	8.624	(7,7%)
Naturalidade Brasileira	7.262	(6,5%)
Argentina	4.859	(4,3%)
Paraguai	2.691	(2,4%)
Cuba	2.558	(2,3%)
China	1.540	(1,4%)
Colômbia	1.271	(1,1%)
Outros	9.299	(8,3%)
Total	112.287	(100,0%)

Fonte: Elaborado pelo autor com dados da RAIS/CTPS/CAGED

Analisando-se a distribuição por países de origem, conforme a tabela acima, é nítida a predominância dos Haitianos e Venezuelanos responsáveis por mais da metade das

movimentações funcionais observadas no período. Isso é expressivo, considerando-se que os imigrantes provinham de 129 países. Esta observação ampara-se na observação de Cavalcanti (2021), em que aponta a crise nas políticas de recepção de imigrantes dos países desenvolvidos, aliado aos efeitos da crise econômica de 2007 nas economias do norte, o que alterou a rota de migração no globo por meio da consolidação da rota sul-sul.

Outro fator digno de nota é que entre as dez nacionalidades com maior representação dentro da amostra, apenas dois países não estão localizados dentro do continente americano. Senegal, país africano e China, representante do continente asiático. Isso pode ser associado a característica do território gaúcho, com uma grande faixa de fronteira com o Uruguai e a Argentina, respectivamente 3º e 6º nacionalidades com maior número de movimentações funcionais.

TABELA 5 – PRINCIPAIS OCUPAÇÕES DOS IMIGRANTES ENTRE 2017 - 2021

Função	Observações	Percentual
Alimentador de linha de Produção	17.064	(15,2%)
Faxineiro	6.724	(6,0%)
Abatedor	5.257	(4,7%)
Servente de Obras	5.051	(4,5%)
vendedor de comercio varejista	4.060	(3,6%)
Trabalhador volante da agricultura	3.551	(3,2%)
Repositor de mercadorias	3.304	(2,9%)
Auxiliar nos serviços de alimentação	3.197	(2,8%)
Magarefe	3.061	(2,7%)
Outros	61.018	(54,4%)
Total	122.287	(100,0%)

Fonte: Elaborado pelo autor com dados da RAIS/CTPS/CAGED

Em relação às ocupações, observa-se que predominam as atividades baixa complexidade. Destaca-se as atividades atreladas à indústria alimentícia, como alimentador de linha de produção e abatedor. Além disso, há que se considerar que as atividades desempenhadas no estado estão alinhadas com o parâmetro observado no resto do Brasil, conforme o trabalho de Hallak Neto e Simões (2021), em que predominam as atividades na produção de bens e serviços, e em serviços como vendedores em lojas e mercados, com predominância para os primeiros.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente trabalho apresentou de forma resumida alguns dos aspectos da evolução da imigração no estado de Rio Grande do Sul. O fenômeno da imigração no estado tem seguido,

de forma geral, as mesmas características da imigração no restante do Brasil, com predomínio de imigrantes haitianos e venezuelanos.

Ainda que os achados deste trabalho estejam alinhados com outras pesquisas sobre o tema, a abordagem estatística permitiu, não apenas verificar a existência das assimetrias entre os imigrantes, como comprovar a sua significância. Como exemplos significativos pode-se citar as diferenças de remuneração observadas entre homens e mulheres e entre negros e brancos.

Os dados demonstraram uma evolução constante na movimentação funcional dos imigrantes. Predominaram os imigrantes do chamado sul global, dedicados, em sua grande maioria, a atividades de baixa remuneração e escolaridade. Quesitos como raça e cor, assim como o gênero estão correlacionados com a remuneração dos migrantes. Observou-se dificuldade na absorção da mão de obra das imigrantes do sexo feminino no mercado de trabalho, principalmente das imigrantes negras.

A base de dados foi capaz de oferecer uma ampla quantidade de dados para análise com 112.287 observações, além de informações sobre a distribuição por gênero, raça e cor, idade e remuneração, e diversas outras informações. Os dados do ano de 2021, por ainda não estarem completos podem ser citados como uma limitação do trabalho.

REFERÊNCIAS

MACEDO, Marília; TONHATI, Tânia. Imigração de mulheres no Brasil: movimentações registros e inserção no mercado de trabalho formal (2010-2019). **Revista PÉRIPILOS**, v.4, n.2, p 125 – 155. 2020.

HALLAK NETO, João; SIMÕES, André. Desigualdade de rendimento do imigrante no mercado de trabalho brasileiro. **Revista PÉRIPILOS**, v.4, n.2, p 95 – 124. 2020.

BRASIL. **Lei 13.445, de 24 de maio de 2017**. Institui a Lei de Migração. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/lei/113445.htm. Acesso em 01 abril. 2022.

SIMÕES, A; HALLAK NETO, J; CAVALCANTI, L; OLIVEIRA, T; MACEDO, M. Relatório RAIS A **Inserção socioeconômica dos imigrantes no mercado de trabalho formal. Observatório das Migrações Internacionais**; Ministério da Justiça e Segurança Pública/Coordenação Geral de Imigração Laboral. Brasília, DF: OBMigra, 2019.

CAVALCANTI, Leonardo. A década de 2010 (2011-2020): Dinamismo e mudanças significativas no panorama migratório e de refúgio no Brasil. CAVALCANTI, L; OLIVEIRA, T.; SILVA, B. G. **Relatório Anual 2021 – 2011-2020: Uma década de desafios para a imigração e o refúgio no Brasil**. Série Migrações. Observatório das Migrações Internacionais;

Ministério da Justiça e Segurança Pública/ Conselho Nacional de Imigração e Coordenação Geral de Imigração Laboral. Brasília, DF: OBMigra, 2021

HALLAK NETO, João; SIMÕES, André. Inserção do imigrante no mercado formal de trabalho brasileiro entre 2011 e 2020. In. CAVALCANTI, L; OLIVEIRA, T.; SILVA, B. G. **Relatório Anual 2021 – 2011-2020**: Uma década de desafios para a imigração e o refúgio no Brasil. Série Migrações. Observatório das Migrações Internacionais; Ministério da Justiça e Segurança Pública/ Conselho Nacional de Imigração e Coordenação Geral de Imigração Laboral. Brasília, DF: OBMigra, 2021

A EMANCIPAÇÃO FEMININA NA SOCIEDADE DO PATRIARCADO: UMA ANÁLISE SOBRE A CONTRIBUIÇÃO DOS MOVIMENTOS FEMINISTAS NESTA PROMOÇÃO

FEMALE EMANCIPATION IN PATRIARCHY SOCIETY: AN ANALYSIS OF THE CONTRIBUTION OF FEMINIST MOVEMENTS IN THIS PROMOTION

Recebido em: 01/01/2022

Aceito em: 28/02/2022

Aline Rodrigues Maroneze¹ 

Resumo: A sociedade patriarcal vê e trata as mulheres como seres inferiores, colocando-as em uma situação de desigualdade frente aos homens, condenando-as a viver uma vida de dependência no mais amplo sentido. Contudo, os movimentos feministas surgem no cenário social para denunciar todas essas desigualdades e opressões destinadas às mulheres, mas mais que isso, para também lutar pela emancipação delas frente às relações de violência e hierarquização. Assim, O objetivo geral deste ensaio teórico está consubstanciado em compreender sobre a importância dos movimentos sociais feministas na promoção da emancipação das mulheres. De modo que a pergunta norteadora da pesquisa refere-se à: Qual a relevância dos movimentos sociais feministas na promoção da emancipação feminina? Assim, a realização desta pesquisa será baseada no método dedutivo. Como técnicas, específicas serão realizadas pesquisas bibliográficas e documentais, mediante as quais serão apresentados os posicionamentos doutrinários acerca do problema debatido neste trabalho.

Palavras-chave: Sociedade Patriarcal; Emancipação Feminina; Movimentos Feministas.

Abstract: Patriarchal society sees and treats women as inferior beings, placing them in a situation of inequality vis-à-vis men, condemning them to live a life of dependence in the broadest sense. However, feminist movements appear on the social scene to denounce all these inequalities and oppressions aimed at women, but more than that, to also fight for their emancipation in the face of violence and hierarchy. Thus, the general objective of this theoretical essay is embodied in understanding the importance of feminist social movements in promoting women's emancipation. So, the guiding question of the research refers to: What is the relevance of feminist social movements in promoting female emancipation? Thus, this research will be based on the deductive method. As specific techniques, bibliographic and documentary research will be carried out, through which the doctrinal positions on the problem discussed in this work will be presented.

Keyword: Patriarchal Society; Female Emancipation; Feminist Movements.

INTRODUÇÃO

A sociedade do patriarcado vê as mulheres como inferiores aos homens, devendo submissão e servidão a eles, segundo a lógica patriarcal. E por conta desta pretensa inferioridade, afirmada pelo patriarcado, durante algum tempo elas não eram reconhecidas

¹ Mestra em Desenvolvimento e Políticas Públicas pelo PPGDPP, da Universidade Federal da Fronteira Sul, UFFS – Campus Cerro Largo/RS. Especialista em Direito Processual Civil. Mestranda em Direito pelo Programade Pós-Graduação Stricto Sensu em Direito, Campus de Santo Ângelo/RS. Bolsista CAPES/PROSUC. E-mail:aline_maroneze@yahoo.com.br

como sujeitas de direito, já que eram vistas apenas como objetos de agrado e satisfação dos homens, sendo relegadas ao cuidado da família, criação dos filhos e ao ambiente doméstico, sem qualquer reconhecimento social ou político.

Contudo, vendo que havia na sociedade uma relação de desigualdade muito grande entre homens e mulheres, os movimentos sociais feministas surgem no cenário social lutando para que as mulheres pudessem ser reconhecidas enquanto sujeitas de direito, e assim garantir direitos importantes para elas. Com a mobilização dos movimentos feministas foi possível dar visibilidade às pautas das mulheres que reivindicavam reconhecimento, emancipação, garantias legais e respeito frente aos homens.

Nesse sentido, o objetivo geral deste ensaio teórico está consubstanciado em compreender sobre a importância dos movimentos sociais feministas na promoção da emancipação das mulheres. De modo que a pergunta norteadora da pesquisa refere-se à: Qual a relevância dos movimentos sociais feministas na promoção da emancipação feminina?

Assim, a realização desta pesquisa será baseada no método dedutivo. Como técnicas, específicas serão realizadas pesquisas bibliográficas e documentais, mediante as quais serão apresentados os posicionamentos doutrinários acerca do problema debatido neste trabalho.

AS MULHERES E A SOCIEDADE DO PATRIARCADO

Conforme dito, as mulheres foram consideradas durante muito tempo inferiores aos homens, e para que pudessem ter seus direitos reconhecidos foi necessária muita mobilização e luta, sobretudo dos movimentos sociais feministas, os quais através de sua movimentação conseguiram importantes conquistas às mulheres.

Neste sentido, a fim de estudar sobre a desvalorização das mulheres ao longo da história (deixando claro que nem sempre foi assim, ao contrário do que muitos ainda acreditam, o patriarcado não existiu desde sempre), parte-se dos estudos de Aristóteles, sobretudo em sua obra “A Política”, obra considerada um clássico. O autor faz a seguinte afirmação: “Em todas as espécies, o macho é evidentemente superior à fêmea: a espécie humana não é exceção” (1991, p. 29).

Conforme se depreende da citação acima, o filósofo acreditava na superioridade do macho sobre a fêmea em todas as espécies, e afirma com precisão que esta superioridade também pode ser verificada na relação de homens e mulheres. A coisificação e a objetificação também se percebe de maneira intrínseca na citação colacionada acima. Contudo, o autor ainda esclarece que os homens mostravam toda a sua força e poder quando tinham a

obediência das mulheres, sobre isso afirma: “[...] força de um homem consiste em se impor, a de uma mulher, em vencer a dificuldade de obedecer” (ARISTÓTELES, 1991, p. 31).

Necessário trazer os ensinamentos da autora, Heleieth Iara Bongiovani Saffioti (2005, p. 42), sobre a relação do patriarcado com a ideia de objetificação do corpo das mulheres, a autora esclarece que no patriarcado as mulheres não passam de meras concebidas de novos seres, sobre isso:

[...] as mulheres são objetos da satisfação sexual dos homens, reprodutoras de herdeiros, de força de trabalho e de novas reprodutoras. Diferentemente dos homens como categoria social, a sujeição das mulheres, também enquanto grupo, envolve prestação de serviços sexuais a seus dominadores. Esta soma de dominação com exploração é aqui entendida como opressão. Ou melhor, como não se trata de fenômeno quantitativo, mas qualitativo, ser explorada e dominada significa uma realidade nova.

Importante ressaltar que o patriarcalismo vai além de um mero conjunto de convicções, ele é um estruturante da sociedade, afirmamos isso por que através de uma construção cultural histórica aprendemos a naturalizar o domínio dos homens sobre as mulheres, dominação essa que é própria do patriarcado. Dessa forma, o sistema patriarcal seria uma:

[...] organização sexual hierárquica da sociedade tão necessária ao domínio político. Alimenta-se do domínio masculino na estrutura familiar (esfera privada) e na lógica organizacional das instituições políticas (esfera pública) construída a partir de um modelo masculino de dominação (arquétipo viril) (COSTA, 2008).

Portanto, a cultura patriarcal acaba por estabelecer uma relação paradoxal com as mulheres, já que ao mesmo tempo que as vê com objetificação, inferiorização e desvalorização precisa delas para garantir sua prole, e assim acaba com naturalizar a servidão das mulheres para com os homens, chamando isso de amor. Não bastasse toda a construção de uma naturalização da servidão feminina, ainda buscam de todas as formas controlar o corpo das mulheres, inclusive com o apoio e com a atuação do Estado (SAFFIOTI, 2004).

Dessa forma, o patriarcado faz parte da cultura e do cerne social, sendo considerado uma engrenagem importante para o funcionamento da sociedade e das instituições, e essa opressão embora seja mais sentida pelas mulheres, não é destinada somente à elas, assim como não são somente os homens que perpetuam o sistema patriarcal, sobre isso: “[...] a violência de gênero pode ser perpetrada por um homem contra outro, por uma mulher contra

outra. Toda via, o vetor [...] da violência de gênero caminha no sentido homem contra a mulher, tendo a falocracia como caldo de cultura” (SAFFIOTI, 2004, p. 75).

Carole Pateman (1993, p.167), vai esclarecer sobre a naturalização do poder dos homens sobre as mulheres, afirmando que esta naturalização acaba por abranger todas as esferas da vida, sobre isso: “[...] o poder natural dos homens como indivíduos (sobre as mulheres) abarca todos os aspectos da vida civil. A sociedade civil como um todo é patriarcal. As mulheres estão submetidas aos homens tanto na esfera privada quanto na pública”.

Conforme se depreende dos ensinamentos de Carole Pateman (1993), fica latente a gravidade de todo o cenário social, que enquanto sociedade patriarcal acaba por naturalizar a submissão das mulheres aos homens, e isto não ocorre apenas no âmbito particular, mas ultrapassa todo o ambiente doméstico, atingindo também o âmbito público e as Instituições.

E enfatiza acerca do contrato sexual, destacando que: “O contrato sexual, deve-se enfatizar, não está associado apenas à esfera privada. O patriarcado não é puramente familiar ou está localizado na esfera privada. O contrato original cria a sociedade civil patriarcal em sua totalidade [...]” (PATEMAN, 1993, p. 29).

Diante dos ensinamentos de Carole Patman fica perceptível que a dominação do homem sobre a mulher acaba sendo legitimada pela existência de um contrato, e como a autora destaca, a legitimação da dominação dos homens sobre as mulheres ultrapassa o âmbito privado, atingindo toda a estrutura social, acabando por naturalizar esta hierarquização entre os gêneros.

O patriarcado traz em sua gênese a ideia de superioridade masculina, de modo que, o reforço dessa pretensa superioridade, acaba gerando desigualdades, perpetuando e autorizando violências contra as mulheres, bem como, para os demais grupos sociais considerados minorias ou inferiores por esse sistema, sobre isso:

A ideologia patriarcal motivou a imposição de uma suposta superioridade do homem sobre a mulher, alterando as relações de gênero. Tornou-as desiguais, legitimando a violência e a opressão, não só contra mulher, mas também contra as minorias, que são grupos de uma sociedade que não participam integralmente da vida social (HAHN; WOHLFAHRT; OLIVEIRA, 2011, p. 216).

Outro ponto importante que merece atenção é a diferenciação entre o patriarcado paterno e o patriarcado masculino. O patriarcado paterno está mais ligado ao âmbito familiar, pois diz respeito à figura do pai, já o patriarcado masculino refere-se aos privilégios que o homem goza em razão do gênero masculino. De maneira mais didática:

O patriarcado paterno está ligado à figura do pai, que, neste sistema, tem amplos poderes – inclusive para tirar a vida – sobre a mulher, os filhos e os subordinados, tendo apoio e legalidade fundamentada do Direito. Predominou até o início da modernidade. O patriarcado masculino é uma forma mais sutil do patriarcado paterno: o homem tem precedência apenas por ser homem. Predomina nas sociedades patriarcais modernas e está difuso nas estruturas sociais (HAHN; WOHLFAHRT; OLIVEIRA, 2011, p. 215).

O patriarcado acaba por gerar uma série de desigualdades sociais, bem como o reforço dos papéis destinados aos homens e as mulheres, o que acaba também por impor identidades pré-determinadas em razão de seu gênero, e através dessa imposição sutil dos papéis de cada um e cada uma acaba por passar uma falsa ideia de que isso é natural, o que acaba por reforçar as desigualdades e a dominação dos homens sobre as mulheres:

Um dos grandes riscos gerados para as mulheres nas sociedades patriarcais encontra-se no fato da naturalização de seus papéis, baseados especialmente em suas condições biológicas que acabam, muitas vezes, sendo uma justificativa para o exercício de relações de poder e opressão das mulheres. [...] A tentativa de fixar identidades duradouras de mulheres e de homens sob o pretexto de diferenciações naturais possui uma intencionalidade nada ingênua, e que precisa ser desmistificada para, então, se ter mais elementos para o debate acerca da corporeidade e das liberdades democráticas das mulheres (ANGELIN, 2015, p. 185).

Ainda, sobre os papéis de acordo com o gênero, ressalta-se que: “Através do aprendizado de papéis, cada um/a deveria conhecer o que é considerado adequado (e inadequado) para um homem ou para uma mulher numa determinada sociedade, e responder a essas expectativas” (LOURO, 1997, p. 24).

O estudo e o entendimento sobre o patriarcado não é uma tarefa fácil, ao passo que, conforme fora visto, ele se reinventa, se reproduz e se apresenta com mais ou menos força, a depender sob que viés ele é analisado, uma vez que a cultura, a família, a escola, as instituições e a religião são fatores que podem contribuir para o fortalecimento (ou não) desse sistema social que é tão opressor e tirano com relação às pessoas, mas sobretudo, com relação às mulheres.

OS MOVIMENTOS FEMINISTAS E A SUA IMPORTÂNCIA NA PROMOÇÃO DA EMANCIPAÇÃO FEMININA

Este momento da pesquisa objetiva estudar sobre os movimentos sociais e sua relevância no cenário social, sobretudo no que se refere à emancipação das mulheres. Para

isto, começa-se pela busca em compreender o que são os movimentos sociais e quais são seus objetivos, dando maior ênfase e destaque para os movimentos feministas.

Neste sentido, entende-se ser de importância trazer o que vem a ser um movimento social, Anthony Giddens (2005, p. 357), entende os movimentos sociais como “[...] tentativas coletivas de promover um interesse comum ou de assegurar uma meta comum por meio de uma ação fora das instituições estabelecidas”.

No que se refere às características dos movimentos sociais, importante ressaltar que: “[...] citam como suas características básicas o seguinte: possuem identidade, têmpositor e articulam ou fundamentam-se em um projeto de vida e de sociedade [...]” (GOHN, 2011, p. 336).

Percebe-se por meio da definição de Gohn (2011), que ela evidencia pelos menos três características principais nos movimentos sociais, a primeira diz respeito a existência de uma identidade, ou dito de outra forma, a identificação com uma pauta específica, como por exemplo, o movimento sufragista. A segunda característica refere-se ao fato de possuírem um antagonista e a última característica se relaciona com a existência de um projeto de vida ou de sociedade, e aqui o exemplo do movimento sufragista também se enquadra, a fim de demonstrar o projeto e a pauta pela qual há a mobilização.

É importante ressaltar que os movimentos feministas surgem para (re)pensar novas formas de convívio social, superando as desigualdades de gênero e galgando direitos e emancipação social e política às mulheres:

Emancipar-se é equiparar-se ao homem em direitos jurídicos, políticos e econômicos. Corresponde à busca de igualdade. Libertar-se é querer ir mais adiante, marcar a diferença, realçar as condições que regem a alteridade nas relações de gênero, de modo a afirmar a mulher como indivíduo autônomo, independente, dotado de plenitude humana e tão sujeito frente ao homem quanto o homem frente à mulher (CHRISTO, 2001, p. 21)

É importante dar ênfase para a Revolução Francesa, uma vez que os movimentos surgem inicialmente como forma de contestação ao regime de escravidão: “O feminismo, como movimento organizado na modernidade, surgiu após a Revolução Francesa, em reação à escravidão [...]” (ANGELIN; MADERS, 2013, p. 105).

Traz-se neste pequeno ensaio teórico, apenas a título informativo, sobre a Declaração das Mulheres e da Cidadã², para demonstrar sobre a importância da luta das mulheres por

² Dá-se destaque aqui para os Movimentos Feministas e a mobilização de mulheres na reivindicação do reconhecimento de direitos às mulheres. Percebe-se a relevância da mobilização feminina, quando olha-se para a

reconhecimento de direitos e liberdade, uma vez que foi através das mobilizações sociais destes movimentos que direitos importantes foram conquistados para as mulheres, uma luta antiga e que ainda não acabou.

Nesse sentido, os movimentos feministas buscam o reconhecimento das mulheres enquanto seres humanas, uma vez que a elas eram negados uma série de direitos fundamentais, que, no entanto, eram reconhecidos aos homens. Assim, os movimentos feministas lutam para a “[...] afirmação básica das mulheres como seres humanos e não como bonecas, objetos, coisas, ou animais, nos termos da crítica feminista clássica. O feminismo é positivamente uma extensão do movimento pelos direitos humanos” (CASTELLS, 1999, p. 230).

Maria da Glória Gohn (2010, p. 159) destaca sobre a amplitude do movimento das mulheres, abarcando várias lutas e demandas, tanto sociais, políticas, assim como a superação de padrões culturais opressores:

Movimento das mulheres é amplo, composto de lutas do movimento feminista e de feministas independentes, de movimentos de gênero, ONGS e entidades que compõem partes de seu universo. Mas é também composto por múltiplos outros movimentos sociais que demandam melhores condições de vida e trabalho, reconhecimento de direitos sociais, políticos e culturais etc., com presença majoritária das mulheres (GOHN, 2010, p. 159).

Através das atuações dos movimentos feministas têm sido possível repensar padrões até então considerados naturais, fazendo nascer um novo cenário social que contemple as mulheres como autoras e donas de sua própria história, essas práticas desempenhadas pelos movimentos feministas tem muita força de transformação e mudança cultural, é nesse sentido que argumenta Rosângela Angelin (2015, p. 195):

[...] através de atos de resistência, subversão ou transgressão de paradigmas, estes protagonizados, em especial por movimentos feministas que, através de suas ações tem logrado modificar culturalmente as relações humanas e garantido espaços das mulheres na sociedade. Pode-se afirmar que tais movimentos são os responsáveis pelos maiores ganhos das mulheres na história da humanidade, pois se forjam em espaços que agrupam mulheres, espaços estes que possibilitam às mulheres pensar, refletir, analisar e compreender a sociedade, a fim de se projetar um futuro mais igualitário. E estas ações e feitos são imprescindíveis para se garantir a construção de uma democracia de fato participativa e emancipadora (ANGELIN, 2015, p. 195).

Revolução Francesa (1789), quando da Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão, escrito durante a revolução, contudo ela foi questionada por um grupo de mulheres que se consideravam esquecidas no reconhecimento de direitos, bem como questionavam acerca da autoridade masculina sobre a mulher, momento em que Olympe Gouges, em 1791 escreveu a Declaração dos Direitos da Mulher e da Cidadã, contudo, ela pagou com a vida, sendo guilhotinada, uma vez que sua atitude foi considerada uma afronta na época.

As conquistas dos movimentos feministas são muitas, contudo, apesar disso, um grande número de mulheres ainda vive uma vida restrita, que é definida pelos homens, ou pelas instituições, pela Igreja, mas a mudança social também é uma mudança de cultura, por isso é tão penosa e lenta, nesse sentido:

A libertação das mulheres não seria completa se não as libertasse de toda referência ao seu ser próprio, à sua natureza ou à sua “psicologia”. A construção de si pelas mulheres é fundada sobre o aquilo que resiste à sua identidade social, isto é, sobre uma natureza que não se reduz a uma cultura ou a uma organização social. É assim que as mulheres vão se erguendo até chegar à afirmação da singularidade e à liberdade de escolher sua própria vida, definida pela oposição a toda definição imposta de fora (TOURAINÉ, 2007, p. 47).

Touraine (2007), afirma, ainda, que a lógica da opressão/submissão presente no patriarcado foi algo culturalmente aprendido ao longo de muitos anos, sendo que a igreja, a escola, a família e as instituições tem muita contribuição para a formação desta cultura. Confirmando o que foi dito acima, Riane Eisler (2007, p. 240), vai afirmar que a relação entre o que é dominado e o que está dominando: “é internalizado desde o nascimento por todas as crianças que crescem numa família tradicional de dominância masculina”. Aqui, chama-se a atenção, mais uma vez, para a importância da atuação da família no reforço e perpetuação do patriarcado na sociedade, e também na mudança deste padrão.

Dessa forma, diante de tudo o que fora estudado até aqui, pode-se afirmar sobre a importância do movimento feminista na vida das mulheres, que conquistaram direitos importantes para elas, como por exemplo o direito ao voto, através do movimento sufragista, bem como o direito ao divórcio, à educação. Direitos conquistados através da mobilização social dos movimentos feministas, que através do reconhecimento de direitos importantes para elas, acaba promovendo também a sua emancipação social, política e econômica.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nesse sentido, em uma sociedade patriarcal, que apesar de todas as evoluções e transformações culturais, ainda continua vendo a mulher com certa inferioridade, os movimentos feministas assumem papel de grande relevância, uma vez que através de suas mobilizações sociais trazem uma nova forma de ver e tratar as mulheres, rompendo e fazendo (re)pensar a lógica patriarcal.

Diante de todo o estudo que fora realizado, pode-se concluir que os movimentos feministas acabam por promover a emancipação social das mulheres, na medida que

conquista e consegue o reconhecimento de direitos para elas. Contudo, é inegável que apesar das conquistas serem muito importantes, a objetificação, a desvalorização e a violência contra a mulher ainda continua muito viva em nossa sociedade, que embora com o reconhecimento da igualdade de gênero, ainda vê a mulher como inferior ao homem.

Assim, respondendo a pergunta norteadora desta pesquisa, os movimentos feministas são relevantes na promoção da emancipação social das mulheres, tanto por trazer ao cenário social pautas femininas importantes, como também através da sua atuação na quebra de paradigmas de gênero preconceituosos e discriminatórios, buscando para as mulheres um novo lugar junto à sociedade, um lugar onde haja respeito e equidade de gênero, onde as mulheres não sejam julgadas e condenadas pela forma que se vestem, falam e se comportam na sociedade.

REFERÊNCIAS

ANGELIN, Rosângela. Direitos sexuais e direitos reprodutivos das mulheres: avanços e desafios na construção da democracia. **Coisas do Gênero: Revista de estudos feministas de teologia e religião**. São Leopoldo. V.1, n.2, p. 182-198, ago/dez. 2015.

ANGELIN, Rosângela; MADERS, Angelita Maria. Os movimentos feministas e de mulheres no Brasil: (re)construindo as identidades das mulheres em busca de direitos de cidadania e relações equitativas de gênero. **Revista Direitos Culturais**. PPGDireito – Mestrado da Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões (URI). Santo Ângelo: 2013.

ARISTÓTELES. **A Política**. Tradução Roberto Leal Ferreira. São Paulo. Martins Fontes.1991.

CASTELLS, Manuel. **O Poder da Identidade**. A Era da Informação: Economia, Sociedade e Cultura. Vol. 2. São Paulo: Editora Paz e Terra, 1999.

CHRISTO, Carlos Alberto. **Marcas de Batom**. Revista Caros Amigos, 2001. Disponível em: <http://pensocris.vilabol.uol.com.br/feminismo.htm>. Acesso em 11 jan 2021.

EISLER, Riane. **O cálice e a espada: nosso passado, nosso futuro**. São Paulo: Palas Athena, 2007.

GIDDENS, Anthony. **Sociologia**. 4 ed. Artmed. Porto Alegre, 2005.

GOHN, Maria da Glória. Movimentos Sociais na Contemporaneidade. **Revista Brasileira de Educação**. v.16. n. 47, mai-ago. 2011.

GOHN, Maria da Glória. **Novas Teorias dos Movimentos Sociais**. 3d. São Paulo: Edições Loyola, 2010.

GOHN, Maria da Glória. **500 Anos de Lutas Sociais no Brasil:** movimentos sociais, ongs e terceiro setor. Londrina: Revista de Ciências Sociais, Mediações, v. 5, n.1, jan-jun. 2000.

HAHN, Noli; BOHNENBERGER, Gustavo; OLIVEIRA, Fernanda. FEMINISMO E DIREITOS ESPECIAIS. In BERTASO, João Martins; GAGLIETTI, Mauro José [Orgs.]. **Diálogo e Entendimento:** Direito e Multiculturalismo & Cidadania e novas formas de soluções de conflitos. 1. ed. Rio de Janeiro: GZ Editora, 2011, p. 209-222.

LOURO, Guacira Lopes. **Gênero, Sexualidade e Educação:** uma perspectiva pós-estruturalista. Vozes: Petrópolis, 1997.

PATEMAN, Carole. **O contrato sexual.** Trad. Marta Avancini. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1993.

SAFFIOTI, Heleieth Iara Bongiovani. Gênero e Patriarcado. In: CASTILLO-MARTÍN, Márcia; OLIVEIRA, Sueli de. **Marcadas a Ferro.** Violência contra a Mulher. Uma Visão Multidisciplinar. Brasília: Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, 2005. pp. 35-76.

SAFFIOTI, Heleieth Iara Bongiovani. **Gênero, patriarcado, violência.** São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2004.

TOURAINÉ, Alain. **O mundo das mulheres.** Tradução de Francisco Morás. Petrópolis, RJ: Vozes, 2007.